

TVR
N.º 114, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 213/2021
OF 398/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 79, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 779, de 17 de setembro de 2014 - Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista, no município de Pedrinhas Paulista - SP;
- 2 - Portaria nº 739, de 9 de junho de 2015 - Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA, no município de Brotas de Macaúbas - BA;
- 3 - Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Esperança de Iguatemi - ACEI, no município de Iguatemi - MS;
- 4 - Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 - Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo - RN;
- 5 - Portaria nº 3.632, de 19 de agosto de 2015 - Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas, no município de Brasilândia de Minas - MG;
- 6 - Portaria nº 4.373, de 21 de setembro de 2015 - Associação Beneficente Social de Santo Estevão, no município de Santo Estevão - BA;
- 7 - Portaria nº 79, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL, no município de Lucrécia - RN;
- 8 - Portaria nº 135, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Moriah (Moriah FM), no município de Jales - SP;
- 9 - Portaria nº 148, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI, no município de Diamantina - MG;
- 10 - Portaria nº 159, de 1º de fevereiro de 2016 - Sociedade Educadora Patuense, no município de Patu - RN;
- 11 - Portaria nº 241, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Urtigão, no município de São João da Urtiga - RS;
- 12 - Portaria nº 691, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba, no município de Joinville - SC;
- 13 - Portaria nº 728, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação de Governador Valadares Minas Gerais, no município de Governador Valadares - MG;
- 14 - Portaria nº 1.907, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes, no município de Vicência - PE;
- 15 - Portaria nº 2.182, de 7 de junho de 2017 - Associação Livre Comunitária de Capoeiras, no município de Capoeiras - PE;

16 - Portaria nº 2.194, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci, no município de Guaraci - SP;

17 - Portaria nº 2.195, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Liberdade, no município de Ipuã - SP;

18 - Portaria nº 2.202, de 7 de junho de 2017 - Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá - Ceará, no município de Pacujá - CE;

19 - Portaria nº 2.476, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina - CE, no município de Ibiapina - CE;

20 - Portaria nº 2.484, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária de Itapagipe, no município de Itapagipe - MG;

21 - Portaria nº 2.486, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão, no município de Cachoeira Paulista - SP;

22 - Portaria nº 2.736, de 7 de junho de 2017 - Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista, no município de Cascavel - CE;

23 - Portaria nº 3.001, de 7 de junho de 2017 - Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro, no município de Ribeirão Claro - PR;

24 - Portaria nº 3.004, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Base Vila São Francisco, no município de Laranjeiras do Sul - PR;

25 - Portaria nº 3.048, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Vale do Groaíras, no município de Groaíras - CE;

26 - Portaria nº 3.166, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela, no município de Vinhedo - SP;

27 - Portaria nº 3.172, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária São Pedro de Alcântara de Ubajara, no município de Ubajara - CE;

28 - Portaria nº 3.175, de 28 de setembro de 2017 - Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, no município de Sobral - CE;

29 - Portaria nº 4.501, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC, no município de Barros Cassal - RS; e

30 - Portaria nº 5.466, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão, no município de Mantena - MG.

Brasília, 19 de maio de 2021.

Brasília, 3 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006656/2013-25, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL, inscrita no CNPJ nº 70.030.739/0001-21, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 18 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lucrécia, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10511/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3.

Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 79, de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.

4.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 79/2016/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006656/2013-25 e nº 53780.000254/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lucrécia/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912400** e o código CRC **63E6651A**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 398/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 19 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 779, de 2014; 739, 3.598, 3.603, 3.632, 4.373, de 2015; 79, 135, 148, 159, 241, 691, 728, de 2016; 1.907, 2.182, 2.194, 2.195, 2.202, 2.476, 2.484, 2.486, 2.736, 3.001, 3.004, 3.048, 3.166, 3.172, 3.175, 4.501 e 5.466, de 2017.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.055773/2011-51

SEI nº 2577304

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37220/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.006656/2013-25.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702413** e o código CRC **E626F386**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.006656/2013-25

(Processo de Outorga nº 53780.000254/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia**, sediada na localidade de **Lucrécia / RN**, tem validade até 18/11/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 28 de fevereiro de 2013.



NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

ADECOL



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE LUCRÉCIA
RUA JULIETA DANTAS 210 CENTRO – LUCRÉCIA / RN
CNPJ 07.030.730/0001-21

LDE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 006656/2013-25

SEAPA/SCE

18/02/2013-14:55

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ALTERNATIVA FM 104,9

LUCRECL/RN

Vagner Cavalcante Soares

CPF: 565.231.304-87

Presidente

seu

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Guia de Recolhimento da União - GRU

Nome do Contribuinte / Receptor:
Associação de desen. comunitário de Iurecia

Nome da Unidade Favorecida:
COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

Observações: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.

SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE

GRU SIMPLES
Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.
[STNA91C6733A0163EAA67457B30932AE734]

| | |
|-----------------------------|--------------------|
| Código de Recolhimento | 18822-8 |
| Número de Referência | |
| Competência | |
| Vencimento | |
| CNPJ ou CPF do Contribuinte | 70.030.739/0001-21 |
| UG / Gestão | 410003 / 00001 |
| (=) Valor do Principal | 20,00 |
| (-) Desconto/Abatimento | |
| (-) Outras deduções | |
| (+) Mors / Multa | |
| (+) Juros / Encargos | |
| (+) Outros Acréscimos | |
| (=) Valor Total | 20,00 |

85820000000-7 20000254188-5 22049182700-5 30739000121-6



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCARIAS
05/02/2013 - AUTO-ATENDIMENTO - 11,51.
3853974888

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: VAGNER CAVALCANTE SOARES
AGENCIA: 1588-1 CONTA: 22.068-X

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM, UNIAO
Codigo de Barras 85820000000-7 20000254188-5
22049182700-5 30739000121-6

Data do pagamento 05/02/2013
Valor em Dinheiro 20,02
Valor em Cheque 0,02
Valor Total 20,02

DOCUMENTO: 020501
AUTENTICACAO SISBB:
C.CD4.B24.BD4.E61.111

mauita.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gerarHTML.asp

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,



A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, inscrita no CNPJ sob nº 70.030.739/0001-21, Processo nº 53.780.000.254/98 com sede na Rua Julieta Dantas, 210, Bairro: Centro, Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.805-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme portaria nº _____ datada de _____ e Decreto Legislativo nº _____ publicado no Diário Oficial da União datado de _____, vem respeitosamente à presença da Va. Exa. Requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Lucrécia/RN 05 de dezembro de 2012

Assinatura manuscrita de Vagner Cavalcante Soares em tinta azul.

Vagner Cavalcante Soares

Presidente

Vagner Cavalcanti Soares

CPF: 565.231.304-84



DECLARAÇÃO

Eu, Vagner Cavalcante Soares na qualidade de representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, inscrita no CNPJ sob nº 70.030.739/0001-21, com sede na Rua Julieta Dantas, 210, Bairro: Centro CEP: 59.805-000, Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, declaro para os devidos fins que: a emissora encontrasse com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização Do Ministério Das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Lucrécia/ RN, 05 de dezembro de 2012.

Vagner Cavalcante Soares
Presidente



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE LUCRECIA
CNPJ: 70.030.739/0001-21

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:17:43 do dia 05/02/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/03/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

| | | | |
|--|---|--|---------------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 70.030.739/0001-21 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 08/11/1993 |
| NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENV COMUNITARIO DE LUCRECIA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADECOL | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA | | | |
| LOGRADOURO R JULIETA DANTAS | | NÚMERO 210 | COMPLEMENTO |
| CEP 59.805-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO LUCRECIA | UF RN |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 28/11/2012 às 10:58:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 28/11/2012

06



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO DE LUCRÉCIA

Av. Getúlio Vargas, S/N - Centro - Lucrécia - RN. CEP: 59.805-000. Tel. 397 - 2357 Ramal: 253
CGC/MF N.º 08.491.458/0001-00

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data infra, foi REGISTRADO neste Cartório, o presente **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL**, o qual foi devidamente prenotado no protocolo do Livro nº 1-A, deste Cartório Único Judiciário.

Certifico mais ainda que, o presente documento retro, foi devidamente **Registrado no Livro 1-A - Registro de Pessoas Jurídicas, às fls. nº V/36 a 38 e v.º (s)**, deste Cartório Único Judiciário de Lucrécia/RN.

O referido é verdade e dou fé.

Lucrécia -RN, 26 de Outubro de 2000.

Lyvia de Freitas Suassuna
Lyvia de Freitas Suassuna

Oficiala Substituta do Registro de Pessoas Jurídicas

08 491 458 / 0001-00

ÚNICO CARTÓRIO REGISTRO CIVIL
E DE IMÓVEIS

AV. GETÚLIO VARGAS, S/N

CEP: 59.805-000

LUCRÉCIA - RN



FIRMA DO TRO.
FAGUNDES
NATAL-RN

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA-RN

CAPÍTULO I

Da denominação, Sede, Duração e Objeto

Art. 1º - É instituída uma associação de desenvolvimento comunitário de Lucrécia originária de movimento espontâneo entre os habitantes da comunidade.

Art. 2º - A Associação reger-se-á pelo presente Estatuto e leis que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º - A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede na cidade de Lucrécia-RN e foro em ~~Martins~~ RN e tem por objetivos:

I - promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras de melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo;

II - proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar, através da integração de seus moradores;

III - proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

IV - promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas e lideranças comunitárias.

V - prestar serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes critérios:

§ 1º - Dar oportunidade à difusão das idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;

§ 2º - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

§ 3º - Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;

§ 4º - Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;

§ 5º - Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;

§ 6º - Organizar arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;

§ 7º - Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;

Parágrafo Único - Poderá agregar-se às atividades da Associação qualquer pessoa, independente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste estatuto.

Art. 4º - A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

III – Conselho Fiscal

§ 1º O exercício de quaisquer das funções requeridas para o funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.

§ 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalva a participação na Assembléia Geral.

CAPÍTULO II

Da Assembléia Geral

Art. 5º - A Assembléia Geral é o órgão supremo da Associação constituída por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos.

§ 1º - A Assembléia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva ou mediante requerimento de um terço dos associados.

§ 2º - A convocação da Assembléia Geral é feita através de edital, afixado na sede da Associação e publicado nos veículos de comunicação disponíveis na comunidade, com antecedência de oito dias.

§ 3º - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se e delibera:

I – em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados;

II – em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número.

§ 4º - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se e delibera:

I – em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados;

II – em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados. Não havendo esse número mínimo na seguinte convocação, será fixada nova data para a realização da Assembléia.

§ 5º - Preside a Assembléia Geral qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes.

§ 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente na segunda quinzena de maio de cada ano, para eleger a Diretoria Executiva e o conselho Fiscal; extraordinariamente sempre que as necessidades da comunidade o exigirem.

§ 7º - Compete privativamente à Assembléia Geral:

I – reformar o Estatuto;

II – eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

III – autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias acaso exigidas;

IV – autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidade;

V – decidir sobre programas de trabalho e respectivos orçamentos.

CAPÍTULO III

Da diretoria Executiva

Art. 6º - A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de um ano, podendo ser reeleito.

Art. 7º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, uma vez por semana, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele.

Art. 8º - As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo Presidente.

Parágrafo Único - As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples.

Art. 9º - Compete a Diretoria Executiva:

- I - cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e outros regulamentos aprovados;
- II - acolher quaisquer reclamações dos associados;
- III - fixar o valor da contribuição social;
- IV - executar o plano de desenvolvimento da comunidade;
- V - encaminhar até 31 de março, para aprovação da Assembléia Geral, relatórios anuais das atividades desenvolvidas na comunidade;
- VI - aprovar o quadro de pessoal administrativo da associação;
- VII - exonerar, a pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social;
- VIII - convocar a Assembléia Geral;
- IX - interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos.

Art. 10º - Compete ao Presidente:

- I - representar a Associação, ativa da Assembléia, em juízo ou fora dele;
- II - proteger o patrimônio da Associação;
- III - alienar, mediante prévia anuência da Assembléia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a comunidade;
- IV - realizar, mediante aprovação da Assembléia Geral, contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- V - receber doações;
- VI - examinar e assinar, com o Tesoureiro, balancetes mensais e balanços;
- VII - aprovar propostas de inscrições de sócios. As propostas acaso não aprovadas devem ser submetidas, com as justificativas cabíveis, ao Conselho Fiscal, para exame;
- VIII - movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Tesoureiro;
- IX - assinar com o Secretário a correspondência da Associação.

Art. 11º - Compete ao Secretário:

- I - organizar e dirigir todos os assuntos de Secretaria da Associação;
- II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- III - assinar com o Presidente a correspondência da Associação;

Art. 12º - Compete ao Tesoureiro:

- I - responder pelo guardo de valores e títulos da Associação;
- II - movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Presidente;
- III - assinar com o Presidente, balancetes mensais, balanços e contratos de empréstimo;
- IV - substituir o Secretário em suas ausências e impedimentos.

CAPITULO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 13º - O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de um ano.

§ 1º - Serão eleitos também 3 (três) suplentes para o Conselho Fiscal.

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros o Presidente.

Art. 14º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros.

Art. 15º - Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar todo o movimento financeiro da comunidade, quer de receita, quer de despesa;

II - verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela Legislação específica estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;

III - fazer relatórios circunstanciados de quaisquer perícias, levadas a efeito, encaminhando-o ao Presidente da Diretoria Executiva;

IV - examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados.

CAPÍTULO V

Dos Sócios

Art. 16º - Serão sócios da Associação todos aqueles que atenderem aos seguintes requisitos:

I - manifestarem seu desejo de vincular-se à Associação, preenchendo a correspondente proposta de inscrição;

II - tenham seu pedido de inscrição aprovado;

III - pagarem a contribuição prevista no Art. 18º, alínea IV, a partir do mês de inscrição.

CAPÍTULO VI

Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Art. 17º - Os sócios, quites com a tesouraria da Associação e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto, têm os seguintes direitos:

I - votar a ser votado nas eleições para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II - usufruir de todos os serviços oferecidos pela associação;

III - recorrer de qualquer decisão da Diretoria Executiva;

IV - participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;

V - oferecer sugestões;

VI - requerer a convocação da Assembleia Geral, em caráter extraordinário.

Art. 18º - Os Sócios tem as seguintes obrigações:

I - cumprir o Estatuto, os Regulamentos e as disposições da Associação;

II - exercer os cargos para os quais forem eleitos salvo nos casos de impedimentos justificados.

III - colaborar com as iniciativas da Associação;

IV - pagar a contribuição mensal fixada pela diretoria Executiva até o último dia útil do mês de competência.

Art. 19º - O sócio que de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação fica sujeito às seguintes sanções e critério da Diretoria Executiva:

I - advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;

II – suspensão de um a doze meses:

- a) os reincidentes em infração punida com advertência;
- b) os que estejam em atraso, há três meses ou mais, no pagamento de contribuições pecuniárias;

III – Exclusão:

Os reincidentes em infração punida com suspensão;

§ 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso à Assembléia Geral.

§ 2º - A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo.

§ 3º - A pena de suspensão não isento o sócio de suas obrigações.

CAPITULO VII

Das Eleições

Art. 20º - A eleição para membro da Diretoria Executiva do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

Art. 21º - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

CAPITULO VIII

Do Patrimônio

Art. 22º - Os recursos da Associação são constituídos de:

- I – contribuições pagas pelos sócios;
- II – doações e subvenções, públicas ou privadas;
- III – produto resultante da venda de bens gerados pelo trabalho dos sócios;
- IV – outras receitas.

Art. 23º - O Patrimônio da Associação é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebidos ou por ela adquiridos.

§ 1º - Em caso de extinção da Associação, seu patrimônio será doado a entidades assistencialistas, devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, nomeados na Assembléia Geral de dissolução.

§ 2º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

§ 3º - A extinção da Associação se dará por decisão da Assembléia Geral Extraordinariamente especialmente convocada para esse fim.

CAPITULO IX

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 24º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal expirará no dia 1º de junho de cada ano.

Art. 25º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO DE LUCRÉCIA

Av. Getúlio Vargas, S/N - Centro - Lucrécia - RN. CEP: 59.805-000. Tel. 397 - 2357 Ramal: 253
CGC/MF N.º 08.491.458/0001-00

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data infra, foi REGISTRADO neste Cartório, o presente **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL**, o qual foi devidamente prenotado no protocolo do Livro nº 1-A, deste Cartório Único Judiciário.

Certifico mais ainda que, o presente documento retro, foi devidamente **Registrado no Livro 1-A - Registro de Pessoas Jurídicas, às fls. nº V/36 a 38 e v.º (s)**, deste Cartório Único Judiciário de Lucrécia/RN.

O referido é verdade e dou fê.

Lucrécia -RN, 26 de Outubro de 2000.

Lyvia de Freitas Suassuna
Lyvia de Freitas Suassuna
Oficiala Substituta do Registro de Pessoas Jurídicas

08.491.458/0001-00

GRUPO CARTÓRIO JUDICIÁRIO
E DE REGISTRO

AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO - LUCRÉCIA - RN

CEP: 59.805-000

TELEFONE: (84) 397-2357



FRANCISCO
FARIAS
NATAL - RN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE ALMINO AFONSO
ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS DE ALMINO AFONSO
Rua Almino Afonso, 101, Centro - CEP 59.760-000
RITA MOURA DE MELO NUNES
Tabeliã Pública - Titular

ALMINO AFONSO - RN - ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS
SERVIÇO NOTARIAL, REGISTRAL E DE PROTESTO
CNPJ: 08.548.800/0001-78
Rita Moura de Melo Nunes - TITULAR
Rua Almino Afonso, 101 - Centro
CEP: 59.760-000 - ALMINO AFONSO - RN
TEL: (0**84) 3395.0217

CERTIDÃO

RITA MOURA DE MELO NUNES, Tabelião e Oficiala do Registro
Títulos e Documentos da Cidade de Almino Afonso do Estado
do Rio Grande do Norte, na forma da Lei, etc...

CERTIFICO em razão do meu ofício, e, a requerimento de parte interessada, que nesta data, no **Livro B nº-3 sob o número 664, fls. 01 do Registro Integral de Títulos e Documentos**, prenotado no Livro A nº 1, fls. 38, sob o número 694, existente neste Cartório Único, a meu cargo, procedi ao registro da **Ata da Assembléia Geral Ordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL**, realizada em 05 de abril de 2012, lavrada as folhas 73 e Verso do Livro de Atas nº 01 da referida associação.

O referido é verdade e dou fé.

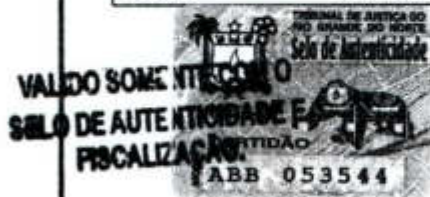
Almino Afonso/RN, 26 de Novembro de 2012.

Rita Moura de Melo Nunes
Rita Moura de Melo Nunes
TABELIÃ PÚBLICA
CIC nº 275.565.224 - 15

Rita Moura de Melo Nunes
Rita Moura de Melo Nunes
Oficiala do Registro
CPF: 275.565.224-15

FRIMA NO 2º E 4º. CARTÓRIO
MOSSUHO - RN
FRIMA NO 4º. E 6º. CARTÓRIO
NATAL - RN

| | |
|-----------------------|------------|
| CUSTAS | |
| Emolumentos: | R\$ 80,00 |
| FCRCPN | R\$ 4,00 |
| F.D.J. Lei nº 7088/97 | R\$ 21,00 |
| F.R.M.P. Lei 166/99 | R\$ 11,52 |
| TOTAL | R\$ 116,52 |



Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADT COL. Localizada à Rua Julieta Dantas, 210 - Centro - Lucrécia - RN. 05 (cinco) dias do mês de abril de 2012 (dois mil e doze) às 9:30h, reuniram-se os associados, para a escolha da nova diretoria e Conselho Fiscal. Feito as saudações aos presentes pelo presidente o sr. José Edson Soares, ele agradeceu a presença de todos (as) e em seguida apresentou a chapa que apresenta a seguinte composição: Presidente: Wagner Cavalcante Soares; Secretária: Franciele Dias de Queiroz Garcia; Tesoureira: Joana Dias da Cunha Soares; Conselho Fiscal: 1.ª Conselheira: Maria da Conceição de Brito Meneghette; 2.º Conselheiro: Fábio Jorge Dias Cavalcante; 3.º Conselheiro: Ivanor Soares de Oliveira; Duplentes do Conselho Fiscal: 1.º Thalita Rafaela de Santos Franco; 2.º Mariete Paulo da Costa; 3.º Maria Rosicleide de Oliveira. A escolha se deu por aclamação unânime da assembleia, ficando a diretoria e o Conselho fiscal formados pela chapa supra citada. Sendo declarado eleito e empossado pelo presidente, na ocasião aproveitou para parabenizar a todos e desejar sucesso e muitas realizações para esta gestão. Em seguida a palavra foi facultada, fazendo uso da mesma a presidenta eleita a sr.ª Wagner Cavalcante Soares, que fez os agradecimentos e falou de projetos para sua gestão, como a reforma da (ac) digos re. de da associação e a melhoria nos equipamentos tecnológicos da Rádio FM 104.9, pertencente a associação. Não houve mais pronunciamentos. Os trabalhos foram encerrados, e o presidente pediu que em Secretária Franciele Dias de Queiroz Garcia, lavrasse a presente ata que depois de lida e aceita, vai arquivada por mim e demais presentes. Lucrécia-RN 05 de abril de 2012. Franciele Dias de Queiroz Garcia, Maria Rosicleide de Oliveira Edilma Soares de Faria, Maria Rosicleide Oliveira Galobício

Mr. Das Communica
16
11/10/2019
9/10/2019

REGISTRO

ALMIRAO AFRONSO RM. UNICO OFICIO DE NOTAS
SERVICO NOTARIAL REGISTRAL E DE PROTESTO
RUA MOURAO DE MELLO NUNES, 101 - CENTRO
CEP: 68.740-000 - ALMIRAO AFRONSO - PA
TEL.: (081) 3395.0207

Lyvia de Freitas Suassuna
Tabelê, Escrivã, e Oficiala Substituta
do Registro Civil.
CIC: 813 570 874-20



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO DE LUCRÉCIA

Av. Getúlio Vargas, S/N - Centro - Lucrécia - RN, CEP: 59.805-000. Tel: 396 - 0060
CGC/MF N.º 08.491.458/0001-00

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data infra, foi apresentada para Registro a presente **ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA/RN (ADECOL)**. O qual foi devidamente prenotado no protocolo do Livro n.º 1-A, deste Cartório Único Judiciário de Lucrécia/RN.

CERTIFICO mais ainda que, o presente documento retro foi devidamente **Registrado sob o n.º 50, no Livro de Pessoas Jurídicas**, deste Cartório Único Judiciário de Lucrécia/RN.

O referido é verdade e dou fé.

Lucrécia-RN, 23 de Agosto de 2004.

Lyvia de Freitas Suassuna
Lyvia de Freitas Suassuna

Oficiala Designada do Registro de Pessoas Jurídicas



16

Ata da sessão do FUNDEC - Fundo de Desenvolvimento Comunitário realizada na cidade de Buarcia-RN, em 10 de novembro de 1985.

Nos 10 (dez) dias do mês de novembro de 1985 (mil novecientos e oitenta e cinco) às 12:00 (dois horas) no Estabelecimento de Consórcio de 1.º e 2.º grau José Maria Kallier - Buarcia-RN, reuniram-se os Srs. das várias comunidades: Coarima de Vaza; Essi; Bairro de Onça; Cabrerê; Serra da Beiter; Várzea grande; Tanquinho e Buarcia - sede. Registramos também a presença do Sr. Prefeito Municipal, Sr. Severino Dantas das Silva o Vice-Prefeito, o Sr. Francisco Rêgo Correia, o Vereador Francisco Antônio de Oliveira, o Sr. José Henrique de Oliveira, auxiliar do SETOP. O Sr. Prefeito fez a abertura, comunicando a todos que o objetivo da mesma será a fundação da associação e a escolha da Diretoria Executiva. Em seguida falou o Sr. Henrique. O mesmo fez a leitura do Estatuto e respondeu às várias perguntas feitas pelos senhores presentes. Após o encerramento da leitura do estatuto foi feita a escolha dos candidatos à serem votados para preencherem os cargos da Diretoria Executiva que são: Presidente, Secretário, Tesoureiro e o Conselho Fiscal. O mesmo é formado de 3 (três) membros e 3 suplentes. Foi iniciada a votação para formação da Diretoria Executiva, com 84 (oitenta e quatro) votantes. Os candidatos são os seguintes: Ivo Dantas, Manoel Dantas, Francisco Duarte Filho, Francisco Freire, Raimundo Duarte de Carvalho e José Edson Paiva. Foram eleitos para compor a Diretoria Executiva os Srs. Ivo Dantas - Presidente com 35 (trinta e cinco) votos. Vânia Maria Cavalcante - Secretária. Francisco Duarte Filho - Tesoureiro - com 17 votos. O Conselho Fiscal foi composto por, Manoel Dantas com 04 votos, Francisco Freire com 13 (treze) votos, José Edson Paiva com 09 (nove) votos. Os suplentes do Conselho Fiscal: Raimundo Duarte de Carvalho, com 03 (três) votos; Antônio Aparecido Meneghetti; Amaro Bandeira de Araújo, escolhidos pelo Sr. Henrique de Oliveira. Todas foram

08 491 458/0001-00

248

~~CPA 50505-000~~

LINDÉIA - RN



das Comunicações
19
19

ATA DA ASSEMBLEIA ORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
DE LUPECIA.

LISTA DE PRESENCAS

- 01 - Naimundo Tormaz de Oliveira
- 02 - Adus Lombo Alu Falco
- 03 - ~~Edson de Almeida~~
- 04 - ~~ARRIGO~~ JOSÉ DA SILVA
- 05 - Manoel Francisco
- 06 - Odeoncio Guedes
- 07 - Ypoo Ezequiel de Oliveira
- 08 - Antonio de Jesus Salgueiro
- 09 - Jonas Neto de Medeiros
- 10 - Roberto Ferronli Elias
- 11 - Antonio Mario de Costa
- 12 - Rita Maria Miquel
- 13 - Otavio Jose da Silva
- 14 - ~~ARRIGO~~ JOSÉ DA CUNHA
- 15 - Edson de Oliveira Neto
- 16 - José Dias de Azevedo
- 17 - Francisco Barros da Silva
- 18 - Francisco Martim de Azevedo
- 19 - Oronheo Dias Neto
- 20 - Severino José de Azevedo
- 21 - Maria Amalia de Azevedo
- 22 - ~~ARRIGO~~ JOSÉ DA SILVA
- 23 - José de Azevedo
- 24 - Oronheo de Azevedo
- 25 - Rosali Costa de Azevedo
- 26 - Maria José de Azevedo
- 27 - Francisco de Azevedo
- 28 - João Libanio de Azevedo
- 29 - Joana Dore de Azevedo
- 30 - Eva de Azevedo
- 31 - Manoel Ezequiel de Azevedo

66. ARROGO: FRANCISCO FELICIANA DA SILVA
67. Antonio Henrique de Brito
68. Simão Stigell de Figueiredo
69. Rosimara Campos da Silva
70. Luiz Dias da Costa
71. José Costa da Silva
72. ARROGO: FRANCISCO PEDRO FILHO
73. Maria da Silva Lages
74. Jéssica Rezende Soares Amoral
75. ARROGO: DAMIÃO PEREIRA DE OLIVEIRA
76. João da Silva Peres
77. Antônio Soares de Oliveira
78. Antônio de Almeida
79. ARROGO: SEVERINO RAMOS DOS SANTOS
80. Francisco Dias de Almeida
81. Bonifácio de Almeida
82. João da Silva de Almeida
83. Maria da Silva de Almeida
84. Ubirajara Garcia dos Santos
85. Francisco Dias da Cunha
86. João da Silva de Almeida
87. ARROGO: FRANCISCO BATISTA DIAS
88. Maria Salati de Brito Amoral
89. João Maria de Almeida
90. Maria Júlia Bezerra
91. Maria da Conceição de Brito Menezes
92. Maria Elizabeth Rezende
93. Cornélio Leite de Paiva
94. Maria Gaspar da Silva
95. Elias Fernandes de Almeida
96. Maria Fernanda da Silva
97. Francisco de Assis dos Santos
98. Luiz Carlos da Silva
99. João da Silva de Almeida

3
M. da C. Comunicação

100. Sebastião Soares de Souza
101. Maria Clotilde da Silva
102. Benedita Paiva do Amaral Oliveira
103. Rita Ferreira da Silva
104. Severina Rainunda Silva
105. Cláudia Graeme Lima Fernandes Paup.
106. [REDACTED] ARROGO: FRANCISCA SEVERINA DE SOUZA GOMES
107. Alda Lucia de Tosta
108. Francisca de Fátima Freitas Silva Cruz
109. Maria da Conceição Silva
110. Francisca Guadalupe da Silva
111. Antonia Rita Maria Silva
112. Aldemora Dantas de Brito
113. Maria de Fátima Maia e Silva
114. Maria Helena Costa Soares
115. Maria Lucia Alves
116. Maria Francisca da Conceição Fernandes
117. Francisco das Chagas Silva
118. Walter Evaristo do Vale
119. [REDACTED] Cavalante
120. Francisca Maria de Oliveira
121. Maria Wagner de Araújo
122. Raimundo José [REDACTED]
123. [REDACTED] [REDACTED]
124. [REDACTED] [REDACTED]
125. [REDACTED] [REDACTED]
126. José Pedro da Costa
127. Roberto Lima de Oliveira
128. [REDACTED] ARROGO: JOSE FIRMINO DE QUEIROZ
129. [REDACTED] [REDACTED]
130. Augusto Almeida
131. Antonio Aparício Almeida
132. Francisca Alves Sabino
133. Maria das Graças Silva



- 134 - *Paulo de Figueira*
- 135 - *Francisco Barreto do Amaral*
- 136 - *ARRODO JOSEFA DIAS DA CONCEIÇÃO*
- 137 - *Francisco Soares do Silva*
- 138 - *Maria mônica Duarte de Oliveira*
- 139 - *Helena Milla da Silva Gomes*
- 140 - *Barbete Paulo da Costa*
- 141 - *Addendo Maria da Silva*
- 142 - *João da Cunha* ← *José Leite da Cunha*
- 143 - *ARRODO MARIA AIRES DE LIMA E SILVA*
- 144 - *Joaquim da Costa*
- 145 - *Francisco Antonio de Oliveira*
- 146 - *Frei Odilon do Carmo*
- 147 - *Santa Bondeira de Moisés*
- 148 - *Frei São João*
- 149 - *Antonio Rômulo de Lencina*
- 150 - *Maria Helena Soares*
- 151 - *Maria do Socorro Soares*
- 152 - *ARRODO Manoel de Almeida*
- 153 - *ARRODO Maria de Lourdes Andrade de Almeida*
- 154 - *ARRODO MARIA DAS GRAÇAS TRAJANO*
- 155 - *Francisco Benedito de Araújo*
- 156 - *Wagner J. de Araújo*
- 157 - *Francisco de Araújo*
- 158 - *Francisco de Araújo*
- 159 - *Francisco Sales Henrique de Brito*
- 160 - *Maria Helena Pimenta de Almeida Santos*
- 161 - *Juliana Sereginha da Costa Araújo*
- 162 - *Maria José Câmara Silva*
- 163 - *Francisco de Araújo*
- 164 - *Maria Benedita de Almeida Moraes*
- 165 - *Guilherme Francisco de Araújo*
- 166 - *Francisca Pimenta de Almeida Santos*
- 167 - *Francisca Paula*

Handwritten signature and date 21/08/78

- 168 - José Leite Sobrinho
 169 - Maria Tereza Moraes
 170 - Maria José de Araújo
 171 - Francisco Maria de Bonifácio Barakante
 172 - Cesma Amoral de Oliveira e Silva
 173 - Wancilene de Paiva Oliveira Santos
 174 - Rita Eneas Bezerra de Araújo
 175 - Maria Eneas Bezerra
 176 - Francisco Eneas Bezerra de Araújo
 177 - [REDACTED] ARROGO: VALDEMARA LAZARO DA SILVA
 178 - [REDACTED] Francisco Pedro Filho
 179 - M. Le. F. de S. L. S.
 180 - Maria José Leite de Oliveira
 181 - Maria de Lourdes da Costa Cunha
 182 - [REDACTED] ARROGO: ISABEL MARIA DA CONCEIÇÃO
 183 - Maria do Socorro Leite Soares
 184 - [REDACTED] José de S. S.
 185 - Maria da Conceição de Souza
 186 - [REDACTED] José de S. S.
 187 - [REDACTED] ARROGO: BERTULEZA NUNES DA SILVA
 188 - [REDACTED] Maria Dilecia Dias de Oliveira
 189 - [REDACTED] M. A. J. B. L. S.
 190 - [REDACTED] ARROGO: JOSE EUZÉBIO DA CUNHA
 191 - [REDACTED] ARROGO: ANTONIA MORAIS GOMES
 192 - [REDACTED] Francisco Paulo S.
 193 - Rita Antônia da Silva
 194 - José Daniel de Oliveira
 195 - [REDACTED] M. A. J. B. L. S.
 196 - [REDACTED] José de S. S.
 197 - [REDACTED] [REDACTED] de S. S.

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de Hum mil novecentos e oitenta e nove, na Escola Municipal José Maria Xavier. Em meio de 4

DECLARAÇÃO

Eu, Vagner Cavalcante Soares na qualidade de representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, inscrita no CNPJ sob nº 70.030.739/0001-21, com sede na Rua Julieta Dantas, 210, Bairro: Centro CEP: 59.805-000, Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, declaro para os devidos fins que: não veicula publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural; Reserva um percentual mínimo de 5% de tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art.67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do art.221, II, da Constituição Federal.

Lucrécia/ RN, 05 de dezembro de 2012.



Vagner Cavalcante Soares
Presidente

06
10/01/2013

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

920.786 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 07.01.1973

NOME Vagner Cavalcante Soares

Ivan Cavalcante

FILIAÇÃO Francisca Maria da Conceição Cavalcante

Lucrécia RN DATA DE NASCIMENTO 02.07.1967

C/Cas Nº 225 Fls 25 Liv B-2 do

DOC ORDEM Cart de Almino Afonso RN

CPF 565.231.304-87 PASEP17049187222

NELSON BENEVIDES RAY & FILHOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

ALTO PADRÃO DE CÂMERAS E FILMES



Vagner Cavalcante Soares

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Comunicação
SAC
15
15



DECLARAÇÃO

Eu, Vagner Cavalcante Soares na qualidade de representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, inscrita no CNPJ sob nº 70.030.739/0001-21, com sede na Rua Julieta Dantas, 210, Bairro: Centro CEP: 59.805-000, Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, declaro responsável pela direção de programação Vagner Cavalcante Soares, RG: 920.786 SSP/RN, e responsável pela área editorial José Edson Soares, RG: 849.534 SSP/RN.

Lucrécia/ RN, 05 de dezembro de 2012.

Vagner Cavalcante Soares
Presidente

Cita da criação do Conselho Comunitário da Rádio Comunitária FM 104.9, pertencente a ADECOL (Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia) localizada na Rua Julieta Santas, 210 - Centro - Lucrécia RN. Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2010 (dois mil e dez) às 15:00h. O Diretor da rádio na pra citada Sr. José Edson Soares fazendo uso de suas atribuições e cumprindo a Lei Federal nº 9.612/98 de 19 (dezenove) de fevereiro de 1998 (mil novecentos e noventa e oito) que institui o Serviço de Radiodifusão e das outras providências. Deu início a reunião com a participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada para criar o Conselho Comunitário da rádio, onde foi constituído de forma plural e democrática, composto da seguinte forma: Presidente: Fábio Jorge Dias Cavalcante, representante da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL; vice presidente: Edilina Soares de Paiva, vereadora - Câmara Municipal de Lucrécia; 1ª Secretária: Franciele Dias de Azevedo Garcia - Escola Estadual Soregino Xavier; 2ª Secretária: Maria Rozália Gaudêncio de Oliveira - Pastoral da Criança; Tesoureira: Francisca Leila Maia Torres - Associação de Mulheres Agricultoras de Cabaré - AMAC; Diretora de Patrimônio: Maria da Conceição de Brito Meneghetti - Fundação Antônio Aparecido Meneghetti; Diretora de Cultura e Social: Lina Fabia de Oliveira - Grupo de Jovens Jovens de Unida de Cabaré - JUC; Diretor de Relações Públicas: Espedita Dias da Costa - Associação Comunitária Rural de Ecu - ACBE; Conselho Fiscal: 1º conselheiro Manoel Maia de Oliveira - Associação Rural Comunitária de Tanquinho - ARCT; 2º conse-

GRAFSET

Associação das Comunidades
FEV 27
1969

Prisco: Francisco Rogério Galdino - Igreja de Cristo no Brasil
3º Conselheiros: Nidia de Brito Meneghetti - Igreja Assembleia
Deus; Suplentes do Conselho Fiscal: 1º Suplente: Francisco
da Conceição da Silva Gomes, 2º Maria Alexandras da Silva,
3º Antônio Tramilson Tomaz. A escolha dos membros
se deu por aclamação. Após a formação da diretoria,
o Diretor da Rádio, impôs a diretoria do Conselho e
encerrou a assembleia e pediu que eu Secretário
Francisco Dias de Oliveira Garcia, lancesse a presente
ata que após lida e achada de conforme, foi adi-
nada por mim e demais presentes. Curitiba - PR,
20 de março de 2019. Francisco Dias de Oliveira Garcia,

[assinatura] João, Edilson Dangel Dias Prisco
Maria da Conceição de Brito Meneghetti, Manoel Manoel de Oliveira
Epiditor Dias da Costa Antônio de Oliveira
Nidia de Brito Meneghetti, Fco Rogério Galdino
Maria Alexandre da Silva, Ana Fabia de Oliveira
Maria Fozolia de Oliveira Galdino, Fca da Conceição da Silva
Gomes, Edilma Soares de Paiva, Francisco Izilda Maia Torres

[assinatura]
96

ADECOL



ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE LUCRÉCIA
RUA JULIETA DANTAS 210 CENTRO – LUCRÉCIA / RN
CNPJ 07.030.730/0001-21

| Sócios ADECOL | CPF/RG | Endereço |
|---|----------------|--------------------------|
| 1. Ivanilde Dias de Queiroz Gracia | 538.356.114-53 | Rua Antônio Leite |
| 2. Expedita Dias da Costa | 874.924.744-15 | Sítio Exú |
| 3. Francisca Leila Maia Torres | 012.372.704-99 | Av. Luiz Solano |
| 4. Edilma Soares de Paiva | 030.710.014-60 | Sítio Caboré |
| 5. Maria da Conceição de Brito Meneghetti | 1.329.515 | Av. Lauro Maia |
| 6. Manuel Maia de Oliveira | 962.139 | Sítio Tanquinho |
| 7. Natanael Soares de Oliveira | 465.493.404-97 | Sítio Caboré |
| 8. Vagner Cavalcante Soares | 920.786 | Rua Julieta Dantas |
| 9. Fabio Jorge Dias Cavalcante | 052.361.674-00 | Rua Agostinho Fonseca |
| 10. Marliete Paulo da Costa | 957.132 | Rua Francisco José |
| 11. Joana Dias da Cunha Neta | 023.720.954-39 | Sítio Baixio de Onça |
| 12. Josefa Honorina de Oliveira | 018.711.084-03 | Av. Lauro Maia |
| 13. José Edson soares | 849.534 | Rua Julieta Dantas |
| 14. Maria Rosicleide de Oliveira | 1.783.039 | Sítio Caboré |
| 15. Francisco das Chagas | 040.423.244-28 | Av. Egídio Dias |
| 16. Antonio Edilson Soares | 1.100.973 | Sítio Caboré |
| 17. Rafael Soares de Oliveira | 037.610.554-20 | Sítio baixio de onça |
| 18. Francisca Maria da Conceição Cavalcante | 190.217 | Av. Lauro Maia |
| 19. Rosangela Maria Maia | 903.687.464-53 | Sítio Caboré |
| 20. Francisco Edmilson Soares | 1.828.577 | Sítio Caboré |
| 21. Antonio Soares de Paiva | 200.646.404-34 | Sítio Caboré |
| 22. Antonio Ivanilson Tomaz | 1.542.093 | Sítio Exú |
| 23. Francisco Euzébio Gaudêncio | 910.297 | Rua Francisco José |
| 24. Antonio Costa de Oliveira | 914.667 | Rua Francisco José |
| 25. Eliabe Vasconcelos Soares | 070.567.644-79 | Sítio baixio de onça |
| 26. Thalyta Rafaela De Souto França | 076.633.714-61 | Sítio Caboré |
| 27. Eda Tuane Cavalcante Soares | 1.878.478 | Rua Julieta Dantas |
| 28. Maria Rozilene de Oliveira | 012.451.884-29 | Sítio Caboré |
| 29. Ivanuel Soares de Oliveira | 031.649.124-12 | Sítio Caboré |
| 30. Francisco Filho da Silva | 707.672 | Rua João Dos Santos |
| 32. Francisco Leite Sobrinho | 707.694 | Av Luis Solano |
| 33. Francisco Tassilio alves | 699.984 | Sítio Exú |
| 35. Hildebrando Maia de Oliveira | 429.348.184-20 | Sítio Serrota dos Leites |
| 36. Maria Rosineide Oliveira Galdêncio | 057.863.374-48 | Sítio Caboré |
| 37. Benedita Raimunda Dias | 779.425.824-34 | Rua dos Marinheiros |
| 38. José Avanildo da Silva | 155.246.378-86 | Av. Elias Lopes |
| 39. José Evandro Alves | 2.403.378 | Rua 13 de Maio |
| 40. Carmelita Leite de Paiva | 574.436.534-68 | Rua Raul de Alencar |
| 41. Maria Irenir da Costa | 332.097.168-97 | Rua Francisco José |



Ant

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Recibo do Sacado

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|-------------------------------|--|---|--|--------------------------|--|-------------------------------------|--|---------------------------------|--|---------------------------------------|--|
| Cedei : CONS.REG. ENGENHARIA, ARQUIT. E AGRONOMIA-CREA/RN | | | | Agencia/Codigo Cedente 2044.003.00001370-6 | | Vencimento 23/09/2005 | | | | | | | |
| Data do Documento 23/09/2005 | | No. do Documento 163-D /RN | | Especie Doc. | | Aceite | | Data do Processamento 23/09/2005 | | Nosso Numero 8200145489-1 | | | |
| Uso do Banco | | Carteira SR | | Especie R\$ | | Quantidade | | Valor | | (=) Valor do Documento 26,00 | | | |
| Instrucoes: ***** Nao Receber Apos a Data de Vencimento ***** | | | | | | | | | | | | | |
| 41 - ART/Doc. E00066283 | | | | | | | | | | 26,00 (601) (27) | | (-) Desconto | |
| | | | | | | | | | | | | (35) (-) Outras deducoes / abatimento | |
| | | | | | | | | | | | | (19) (+) Mora / Multa / Juros | |
| | | | | | | | | | | | | (+) Outros acrescimos | |
| | | | | | | | | | | | | (=) Valor cobrado | |
| NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO | | | | | | | | | | | | | |
| Sacado: RONALDO DE ANDRADE MARTINS R. PROF* JOSE GURGEL, 2960 NATAL-RN | | | | | | | | | | CAPIM MACIO | | 163-D /RN | |
| Sacador/Avalista: | | | | | | | | | | | | CEP:59.078-450 NAT/MFC | |

Autenticacao mecanica

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
LUDFACIL-NOVA LUTERIA.COM
SURTIOS AS SEGUNDAS-FEIRAS
266-14326455-20677
23SET2005 HORA DE 16:12:07
LOT. 17.017803-0 PERM. 12559
Natal
SICOB VAL PAGO 2526.00 OK
DATA VENCIMENTO 23/09/2005
1049820010 45489204409
03000013700 3 29080000002600

ESTE RECIBO E VALIDO COMO
COMPROVANTE DE PAGAMENTO.

28

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que as medições efetuadas para a coleta das coordenadas geográficas de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA**, da cidade de **Lucrecia – RN**, para o **Serviço de Radiodifusão Comunitária** foram efetuadas na padronização GPS-SAD69 ou WSG 84.

Lucrecia (RN), 23 de setembro de 2005.




Ronaldo de Andrade Martins, Eng

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins que a **cota do terreno**, no local de instalação do sistema irradiante, atende às condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "e" da Norma Complementar no. 01/2004.

Lucrécia (RN), 23 de setembro de 2005.



Ronaldo de Andrade Martins, Eng

CREA 1740/74-RN

2



PARECER CONCLUSIVO

Declaramos para os devidos fins que a instalação proposta atende a todas às exigências das Normas Técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 db_μ da emissora não fica situado a mais que 1 Km de distancia da antena transmissora, em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004.

Lucrecia, 23 de setembro de 2005.


Ronaldo de Andrade Martins, Eng

CREA 174/74 - RN


31



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos conforme Normas do Ministério da Aeronáutica, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "f" da Norma Complementar 01/2004.

Lucrecia, 23 de setembro de 2005.


Ronaldo de Andrade Martins, Eng

CREA 174/74 - RN



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende às condições exigidas no item 18.2.7.1 ou estudo específico, conforme determina o item 18.2.7.1.1, não sendo superior a 30 metros com relação à cota de qualquer ponto do terreno num raio de 1 Km em torno do local da instalação do sistema irradiante, conforme levantamento efetuado em mapas de escala de 1:100.000 da região e baseado na Norma Complementar no. 01/2004.

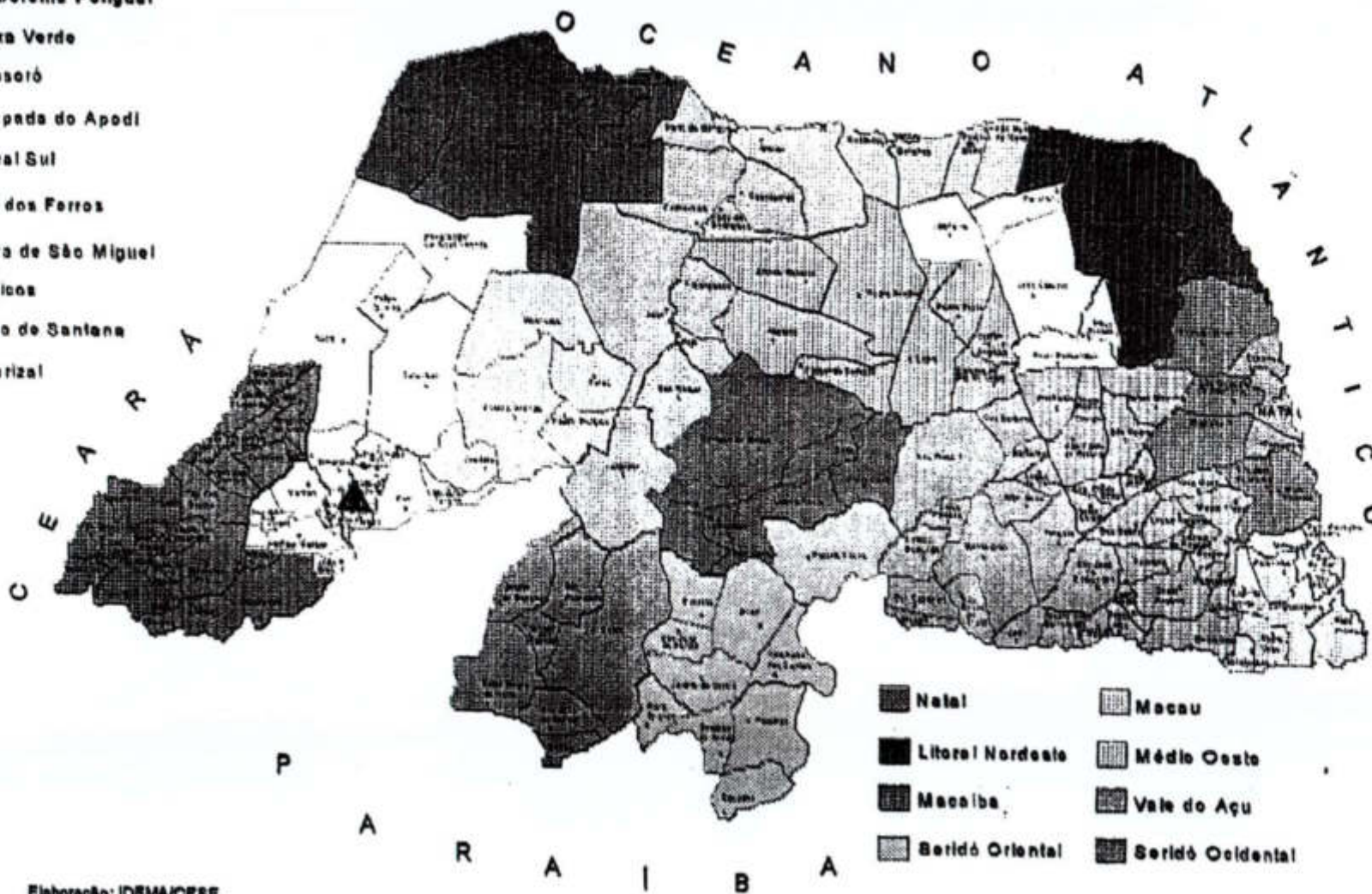
Lucrecia, 23 de setembro de 2005.


Ronaldo de Andrade Martins, Eng

CREA 174/74 - RN

RIO GRANDE DO NORTE DIVISÃO DO ESTADO POR MICRORREGIÃO

- Agreste Potiguar
- Borborema Potiguar
- Baixa Verde
- Mossoró
- Chapada do Apodi
- Litoral Sul
- Pau dos Ferros
- Serra de São Miguel
- Angicos
- Serra de Santana
- Umarizal



- Natal
- Macau
- Litoral Nordeste
- Médio Oeste
- Macaíba
- Vale do Açu
- Seridó Oriental
- Seridó Ocidental

Elaboração: IDEMA/CESE

Escala: Representação Esquemática / Sem Escala

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

| | | | |
|---|--|-------------------------------------|-------------------------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - CNPJ: 70.030.739/0001-21 | | Nº DA ENTIDADE 5001144078 | |
| Nº DA ESTAÇÃO 631428671 | SERVIÇO Radiodifusão Comunitária | NAT. SERV. ***** | LATITUDE 06S065300 |
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA JULIETA DANTAS 210 | | DISTRITO ***** | LONGITUDE 36W485000 |
| BAIRRO CENTRO | | MUNICÍPIO LUCRECIA | UF RN |

CIDADE DA OUTORGA : Lucrécia/RN
NOME FANTASIA : RÁDIO ALTERNATIVA
FREQUÊNCIA : 104,9 MHz
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 00:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYL967

Número Processo : 537800002541998

CANAL : 285
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM
PERP MÁXIMA : ***** W

ESTÚDIO
ENDEREÇO : RUA JULIETA DANTAS 210 CENTRO
MUNICÍPIO : Lucrécia
TRANSMISSOR PRINCIPAL : APEL - Aplicações Eletrônicas Ind. e Com. Ltda.
CÓDIGO : 0802040001
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****
CÓDIGO : *****

LOCALIDADE : *****
UF : RN
MODELO : ATFM-RC
POTÊNCIA : 25,000 W
MODELO : *****
POTÊNCIA : ***** W

ANTENA
FABRICANTE : IDEAL INDUSTRIA E COMÉCIO DE ANTENAS LTDA
GANHO : 0.00 dBd
DESCRIÇÃO : PLANO DE TERRA
COTA BASE DA TORRE : ***** m

MODELO : FMPT 1/4
POLARIZAÇÃO : Vertical
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 30.0 m

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IMPRESSA EM 21/12/2005

OBSERVAÇÕES

70.030.739/0001-21

Licenciada Em

21/12/2005

VÁLIDA ATÉ

18/11/2012

Helio Costa
Ministro das Comunicações

Revendedor Autorizado  (AA)         

CGC. 70.035.399/0001-21 Insc. Mun. 121.254-0 Cod. Ativ.: 126.002-2

v. Alfonso Prada 100
 Petrópolis - Natal
 CEP: 59.070-100
 Fone: (0xx84) 202-3500
 Fax: (0xx84) 202-4420

1.a Via

№ 001228

Tomador do Serviço *Ans. de Desenvolvimento bom. de natureza*

Endereço: AV. Lourenço Lage Nº 487

Bairro Centro Cidade Guacema Estado RN

Insc no C.G.C. 70.030.739/0001-21 Insc Mun. _____ Insc Est. _____

Natureza da Operação - Prestação de Serviços

Via Transporte: Em 03 de Agosto de 2000

[illegible]

Não Tem Valor Como Recibo.

| | |
|-------------------------|----------|
| Valor Total da Nota R\$ | 1.009,32 |
|-------------------------|----------|

ISS já incluído nos preços dos serviços calculados

a Aliquota de 5 % 50,00

FICA SUL **MOD.7** José Heraldo dos Santos Góia à ME. Av. Cel. Estreza, 139 Cecom. Alcatraz, Natal/RN. C.G.C./INSC. EST. 0001911307. 0001911307. Ins. Est. 20.075.734-2. 211-2360. NE 292000 O Brs. Alim. 127.180 6 05 115. 250 Notas Série A de 001.001 à 001.250 Auto. 00157 Pinc. 0001935-99 de 16.08.99 SCUF.

Recebi(emos) de **NORDCEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, os serviços constantes desta nota de serviços série A

Natal de de 12

No. 001225

Recherches



DECLARAÇÃO

Declaro sob a pena da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da norma nº 1/2011, aprovada pela portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011

Lucrécia/ RN, 05 de dezembro de 2012.



Vagner Cavalcante Soares
Presidente

Endereço para correspondência : Rua Julieta Dantas, 210, Bairro: Centro, Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.805-000.





Destinatário

**Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônicas
Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – Anexo B – Sala 300 –
CEP: 70044-900
Brasília/DF**



D. H.

Remetente:

Associação De Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia
Rua Julietta Dantas – Centro
CEP: 59805-000 – Lucrécia - RN



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0888/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Renovação de Outorga**

Referência: Processo nº 53000.006656/2013

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente Nota Técnica visa tratar da não renovação da outorga concedida à **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Lucrécia / RN**, em virtude do não cumprimento do disposto no subitem 20.2 da Norma nº 01/2011.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 18/11/2012, de forma que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado no período compreendido entre **18/08/2012 e 18/11/2012**, ou seja, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento da autorização, conforme subitem 20.2 da Norma nº 1/2011.

3. Ocorre que a entidade protocolou sua solicitação em 13/02/2013, ou seja, intempestivamente.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto e, considerando a previsão contida no parágrafo único do artigo 6º, da lei 9.612/98, de 19 de fevereiro de 1998, no artigo 36 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto 2.615, de 03 de junho de 1998 e no item 20.2 da Norma 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, opinamos pela não renovação da outorga concedida à **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia** e pelo encaminhamento de ofício comunicando à entidade da decisão e concedendo prazo para que a requerente, se for do seu interesse, apresente manifestação.

À consideração superior.

Brasília, 19 de março de 2013.

NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

nf/CGRC



De acordo. Expeça-se ofício à entidade.

Brasília, 26 de março de 2013.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
Telefone: (61) 3311-6281

Ofício nº 1071 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 22 de março de 2013.

Ao Senhor

VAGNER CAVALCANTE SOARES

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia
Rua Julieta Dantas, 210, Centro
59.805-000 Lucrécia – RN

ASSUNTO: Renovação de Outorga

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.006656/2013

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista que a **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia**, entidade autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Lucrécia / RN**, encaminhou intempestivamente a documentação necessária à renovação da autorização, a qual se expirou em **18/11/2012**, informamos que essa coordenação opinou pela não renovação da outorga para um novo período, nos termos da Nota Técnica nº 0888/2013/CGRC/SCE-MC, que segue anexa a este ofício.

2. Assim, fica V.Sa. notificada da abertura do processo em referência, oportunidade em que fica conferido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste Ofício, expedido com AR-Postal, para que esta entidade, se for do seu interesse, apresente manifestação.

OBSERVAÇÃO: No expediente de resposta deverão ser mencionados o número do(s) processo(s) e o Número deste Ofício de Exigência.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

LOE 342

02

Min. das Comunicações

45

AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – 3º andar – anexo oeste – sala 300 - 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 3311-6617

Dr.º SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
M.D. – Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 016839/2013-59
SEAPA/SCE
10/04/2013-07-55

PROCESSO – 53.780.000.254/98

Em resposta ao ofício nº 1071/2013/CGRC/SCE-MC, datado de 22 de março de 2013.

Processo – 53.000.006.656/2013

Reconhecemos e nos manifestamos, que houve, por nossa parte total desconhecimento do decreto 2.615 de 03 de junho de 1998, bem como à portaria nº 461, de 14 de outubro de 2011, do item 20.1.

Esclarecemos a Vª.Sª, que não houve má fé, no nosso procedimento, e sim não haver conhecimento do decreto, e portaria acima citados.

Pelo exposto, solicitamos a Vª.Sª, que reconsidere a não renovação da outorga.

Em contato com outras Associações do nosso estado, verificamos que algumas por total conhecimento das normas, foram citadas até no Diário Oficial da União, exemplos: Taipu, Rio do Fogo e Boa Saúde todas do Rio Grande do Norte.

No nosso caso não fomos citados no Diário Oficial da União.

Certos da atenção de vossa senhoria,

Lucrécia – RN 03 de Abril de 2013

Atenciosamente

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA
VAGNER CAVALCANTE SOARES
PRESIDENTE





Remetente:

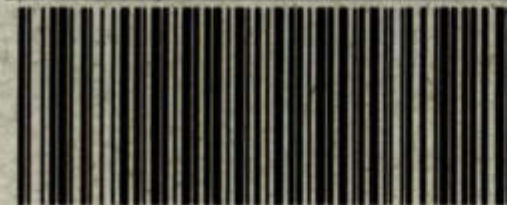
Associação De Desenvolvimento Comunitário De Lucrécia
Rua Julieta Dantas – Centro
CEP: 59805-000 – Lucrécia - RN

Destinatário

**Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônicas
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo B – Sala 300 –
CEP: 70044-900
Brasília/DF**



AR () MP () Peso/Weight: 0,020 Kg



SG180581422BR



LDE 4
53000.006656/13 - 42

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Ministério das Comunicações - SECE
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

Processo: 53.780.000.254/1998


53000 069882/2013-17

SEAPA/SCE

28/11/2013-09:01

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, inscrita no CNPJ sob nº 70.030.739/0001-21, com sede na Rua Julieta Dantas, 210, Centro – Lucrécia - CEP: 59805-000, Estado do Rio Grande do Norte, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme portaria nº _____ datada de _____ de _____ de _____ e Decreto Legislativo nº _____ publicado no Diário Oficial da União datado do ano de _____, vem respeitosamente à presença da Va. Exa. Requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Lucrécia/RN 22 de Novembro de 2013



Vagner Cavalcante Soares
Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, Vagner Cavalcante Soares na qualidade de representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitária de Lucrécia, inscrita no CNPJ sob nº 70.030.739/0001-21, com sede na Rua Julieta Dantas, 210, Centro – Lucrécia - CEP: 59805-000, Estado do Rio Grande do Norte, declaro para os devidos fins que: a emissora encontrasse com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização Do Ministério Das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Lucrécia/ RN, 22 de Novembro de 2013.



Vagner Cavalcante Soares
Presidente

DECLARAÇÃO



Eu, Vagner Cavalcante Soares na qualidade de representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitária de Lucrécia, inscrita no CNPJ sob nº 70.030.739/0001-21, com sede na Rua Julieta Dantas, 210, Centro – Lucrécia - CEP: 59805-000, Estado do Rio Grande do Norte, solicito vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da agência.

Lucrécia/RN 22 de Novembro de 2013

Vagner Cavalcante Soares
Presidente

DECLARAÇÃO

Declaro sob a pena da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da norma nº 1/2011, aprovada pela portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011.

Lucrécia/RN, 22 de Novembro de 2013.



Vagner Cavalcante Soares
Presidente

Rua Julieta Dantas, 210, Centro – Lucrécia - CEP: 59805-000, Estado do Rio Grande do Norte

Ata da sessão do FUNDEC - Fundo de Desenvolvimento
 realizada na cidade de Buarcia-RN, em 10 de novembro de
 1985.

Aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 1985 (mil novecentos e
 oitenta e cinco) às 12:00 (doze horas) no Estabelecimento de
 Conselhos de 1º e 2º grau Josezina Xavier - Buarcia-RN, reuniram-se
 os Srs. das demais comunidades: Coimbra de Vasa; Essi;
 Baixo do Onça; Caloré; Serra da Beiter; Várzea Grande;
 Tanquinho e Buarcia - sede. Registramos também a presença
 do Sr. Prefeito Municipal, Dr. Severino Dantas das Silva o Ven.
 Bispo, o Sr. Francisco Elias Correia, o Vereador Francisco
 Antônio de Oliveira, o Sr. José Henrique de Oliveira, auxiliar
 do SETOP. O Sr. Prefeito fez a abertura, comunicando a todos
 que o objetivo da mesma será a fundação da associação
 e a escolha da Diretoria Executiva. Em seguida falou
 o Dr. Henrique. O mesmo fez a leitura do Estatuto e res-
 pondeu às várias perguntas feitas pelos senhores presentes.
 Após o encerramento da leitura do Estatuto foi feita a escolha dos
 candidatos à serem votados para preencherem os cargos da Di-
 retoria Executiva que são: Presidente, Secretário, Tesoureiro e o
 Conselho Fiscal. O mesmo é formado de 3 (três) membros e 3 su-
 plex. Foi iniciada a votação para formação da Diretoria Execu-
 va, com 84 (oitenta e quatro) votantes. Os candidatos foram os se-
 quintes: Ivo Dantas, Manoel Dantas, Francisco Duarte Filho, Fran-
 cisco Freire, Raimundo Duarte de Carvalho e José Edson Paiva.
 Foram eleitos para compor a Diretoria Executiva os Srs.
 Ivo Dantas - Presidente com 35 (trinta e cinco) votos Vânia
 Maria Cavalcante - Secretária. Francisco Duarte Filho - Tesou-
 reiro - com 17 votos. O Conselho Fiscal foi composto por, Manoel
 Dantas com 09 votos, Francisco Freire com 13 (treze) votos
 José Edson Paiva com 09 (nove) votos. Os suplentes do Con-
 selho Fiscal: Raimundo Duarte de Carvalho, com 03 (três)
 votos; Antônio Aparecido Meneghetti; Amaro Bandeira de
 Araújo, escolhidos pelo Sr. Henrique de Oliveira. Todos

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMIRÃO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Lucélia - RN 05/09/13

Lyvia de Freitas Suassuna
TABELIA, ESCRIVÃ, OFICIALA SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL



11.458/0001-00

CARTÓRIO ÚNICO DE REGISTRO

CIVIL E DE IMÓVEIS

Luis Seleno S/N

CEP 59.805-000

LUCECIA

seus por unanimidade por parte dos presentes. Em seguida
o sr. Experto manifestou-se, logo após o sr. José Henrique de Oli
veira parabenizou a todos eleitos. Falou também o sr. Experto da
EUPITER-RN local o sr. Antonio Gutemberg da Costa, valorizando
o FURDEC pelo seu atendimento de melhorias para as comu
nidades carentes. O verendo Francisco Antonio de Oliveira
também parabenizou os eleitos. Não havendo nada mais
a tratar o sr. Presidente Ivo Santos encerrou a sessão
e mandando lavrar o presente ato que após lido e julga
do conforme vai assinada por todos presentes e datado
10 de novembro de 1985, Jânira Maria Cavalcante, Ivo SANTOS
de Oliveira, Francisco Luis de Lima, Antônio Santos de
Prindal, Carlos de Paiva, Ivo Ivo Santos das Farias,
Antônio Carlos de Paiva, Evaristo Evaristo de Paiva,
Maurício Paiva de Paiva, Janna Darc Batista, Maria da Conceição
de Brito Meneghetti, Francisco Dias de Amorim, Fátima
Henrique de Brito, Maria Vitorica Henrique de Brito,
Jorge Roberto de Paiva, Francisca Maria de Paiva,
Manoel Manoel de Oliveira, Rita Fernandes de Oliveira, Damiana de
Oliveira, Francisca de Amorim, Hilda Francisca de Queiroz, Ma
riana Alves Francisco Paulo Neto, Maria Elza Mei
Antonio Soares Sobrinho, Antonio Manoel de Paiva, Maria
Antônia Rita Maia, Maria Magna Maia, Ivo de Paiva,
Amândio de Paiva, Antônio Santos de Brito Duarte, Evaristo
Pessoa da Silva, Ivo de Paiva de Paiva, José de Paiva
de Paiva, Ivo de Paiva de Paiva, Ivo de Paiva de Paiva,
Ivo de Paiva de Paiva, Ivo de Paiva de Paiva, Ivo de Paiva de Paiva,
Antonio Aparecido Meneghetti, Ivo de Paiva de Paiva,

08.491.458/0001-00

UNICÃO REGISTRO

UNICÃO REGISTRO

UNICÃO REGISTRO, S/N

UNICÃO REGISTRO

UNICÃO REGISTRO - RN



CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMIRÃO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere
com o original. Dou fé.

Luciana RN. 05 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Souza
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUA DO REGISTRO CIVIL



1.458/0001-00

CARTÓRIO ÚNICO DE REGISTRO

CIVIL E DE IMÓVEIS

Luis Solano S/N

CEP 59.805-000

LUCECIA

ATA DA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE DESARROLVIM
DE LUCRÉCIA.

LISTA DE PRESENCAS

- 01- Raimundo Fomgo de Oliveira
- 02- Adus Lombo Alur Filla
- 03- ~~Edson Miguel de Sousa~~
- 04- ~~[Redacted]~~ ARROGO: CÍCERO JOSÉ DA SILVA
- 05- ~~Manoel Francisco~~
- 06- Ezequiel Guesline
- 07- Ypoo Figueiro de Queiroz
- 08- Antonio Pereira Sobrinho
- 09- Zé Carlos Neto de Medeiros
- 10- Celso de Fomondir Eiras
- 11- Antonio Maio Neto
- 12- Rita Maria Maia
- 13- Otilio Ypse da Silva
- 14- ~~[Redacted]~~ ARROGO: VICENTE ALVES DA CUNHA
- 15- ~~Edson de Oliveira Neto~~
- 16- Zé Dias de Queiroz
- 17- Francisco Carmo de Oliveira
- 18- Francisco Martim da Silva
- 19- Oronheo Dias Neto
- 20- Selerino José dos Ruyes
- 21- ~~[Redacted]~~ Amalia Dias da Cunha
- 22- ~~[Redacted]~~ ARROGO: JOSÉ MAIA DE OLIVEIRA
- 23- ~~[Redacted]~~ Zélio de Oliveira
- 24- ~~[Redacted]~~ Zélio de Oliveira
- 25- Rosali Costa da Silva
- 26- Maria José Melo Queiroz
- 27- Francisco Geraldo de Oliveira
- 28- Zélio Lúcio da Silva
- 29- Joana Dore Batista
- 30- Zélio Santos dos Santos
- 31- Manoel Ezequiel Gaudêncio

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMIRÃO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Deu fé.

Luciana - RN 05 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Saussana
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL



01.458/0001-00

COMARCA ÚNICA DE REGISTRO
CIVIL E DE IMÓVEIS

Luis Solano S/N

CEP 59.805-000

MACAÉ

32. Elinor Tolimiro da Silva
33. Wilson Rodrigues das Vacinas
34. Agostinho da Cunha
35. Espinosa, José de Cel
36. Benedito Santos de Laine
37. João de Matos e Cruz
38. Maria Josefa da Conceição
39. [REDACTED] ARROGO JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO
40. [REDACTED] B. do Nascimento
41. [REDACTED] família do Colônia
42. Luiz Gonzaga de Oliveira
43. [REDACTED] André de Medeiros
44. [REDACTED] ARROGO ADALTO MAIA DE OLIVEIRA
45. [REDACTED] Raimundo Duarte de Carvalho
46. Francisco Henrique de Brito
47. Pedro Maximiliano dos Santos
48. [REDACTED] Fernando da Silva
49. [REDACTED] ARROGO JOSE FERREIRA DOS SANTOS
50. [REDACTED] Maria Neto
51. Dilza Batista Alves de Queiroz
52. José Werreira da Silva
53. Volencio Bilego da Silva
54. José Dias de Queiroz
55. Elpidio José de Oliveira
56. José Clemente Albuquerque
57. José Dias de Oliveira
58. [REDACTED] Armando da Silva
59. Maria Salete O Silva
60. Ezequiel Soares de Moura
61. Francisca Ferreira da Silva
62. Francisco José da Silva
63. José Wilson Costa
64. Aldine Aldina Queiroz Oliveira
65. [REDACTED] ARROGO JOSE PAULO DA COSTA

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO

COMARCA DE ALMIRÃO AFONSO - RN

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Luíza - RN, 05 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Massana
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL



458/0001-00

**ÚNICO DE REGISTRO
E DE IMÓVEIS**

Av. Luís Solano, S/N

CEP 59.805-000

LUCECIA



- 66- ARROGO FRANCISCO FELICIANO DA SILVA
- 67- Antonio Henrique de Brito
- 68- SIMÃO Stigell de Oliveira
- 69- Rosimara Campos da Silva
- 70- Luiz Dias da Costa
- 71- Da Costa da Oliveira
- 72- ARROGO FRANCISCO PEDRO FILHO
- 73- Maria Silva Lópes
- 74- Yedra Rezende Soares Amoral
- 75- ARROGO DAMIÃO PEREIRA DE OLIVEIRA
- 76- João de Tulo Peron
- 77- Ademar Soares de Oliveira
- 78- Manoel de Almeida
- 79- ARROGO SEVERINO RAMOS DOS SANTOS
- 80- Francisco Dias de Almeida
- 81- Manoel de Almeida
- 82- João de Almeida
- 83- Manoel de Almeida
- 84- Ubirajara Garcia dos Santos
- 85- Francisco Dias da Cunha
- 86- Manoel de Almeida
- 87- ARROGO FRANCISCO BATISTA DIAS
- 88- Maria Salte de Brito Amoral
- 89- João Maria de
- 90- Maria Júlia Bezerra
- 91- Maria da Conceição de Brito Mueghetti
- 92- Maria Elizabeth Rezende
- 93- Cornélia Leite de Paiva
- 94- Maria Gaspar da Silva
- 95- Elias Fernandes de Almeida
- 96- Maria de Almeida da Silva
- 97- Francisco de Almeida da Silva
- 98- Luiz Carlos da Silva
- 99- João de Almeida da Silva

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMIRÃO AFONSO - RN

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Luizana - RN, 05 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Salsgund
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUA DO REGISTRO CIVIL



1.458/0001-00


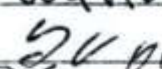
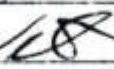
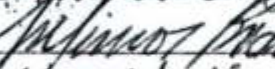
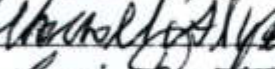
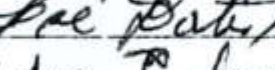
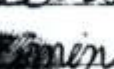


ÚNICO DE REGISTRO

CIVIL E DE IMÓVEIS

Luiz Solano S/N

CEP 59.805-000

LUCECIA

100. Sebastião Soares de Souza
101. Maria Blóhina da Silva
102. Benedita Pailla do Amaral Oliveira
103. Rita Ferreira da Silva
104. Severina Rainunda Silva
105. Glândia Paune Pessa Fernandes Paup.
106.  ARROGO FRANCISCA SEVERINA DE SOUZA GOMES
107. Nilda Lucia de Paiva
108. Francisca de Fátima Freitas Silva Cruz
109. Maria da Conceição Silva
110. Francisca Guedes da Silva
111. Antonia Rita Maria Silva
112. Aldemora Dantas de Brito
113. Maria de Fátima Maia e Silva
114. Maria Helena Costa Soares
115. Maria Lucia ALVES
116. Maria Francisca da Conceição Fernandes
117. Francisco das Chagas Silva
118. Walter Evaristo do Vale
119.  Cavalheiro
120. Francisca Maria de Oliveira
121. Maria Magalhães de Araújo
122. Reinaldo José 
123.  de Moura
124.  de Almeida
125.  de Almeida
126. José Pedro da Costa
127. Roberto  de Oliveira
128.  ARROGO JOSE FIRMINO DE QUEIROZ
129.  de Almeida
130. Augusto Almeida
131. Antonio Aparício Almeida
132. Francisco Alves Salgueiro
133. Maria dos Anjos Silva

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMIRÃO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico esta presente cópia conferida com o original. Dos 10.

Luana - RN, 05 / 09 / 13

Luana

Layla de Freitas

TABELA, ESCRIVA, OFICIALA SUBSTITUA DO REGISTRO CIVIL



01.458/0001-00

CARTÓRIO ÚNICO DE REGISTRO
DE IMÓVEIS

Luiz Solano S/N

CEP 59.805-000

UICRPA

- 134 - ~~Francisco~~ ~~Paulo~~ da ~~Silva~~.
- 135 - ~~Francisco~~ ~~Barbosa~~ do ~~Amaral~~.
- 136 - ~~ARROGO~~ JOSEFA DIAS DA CONCEIÇÃO
- 137 - ~~Francisco~~ ~~Carlos~~ do ~~Silva~~
- 138 - Maria mônica Duarte de Oliveira
- 139 - Helena Milla da Silva Gomes
- 140 - ~~Barbosa~~ ~~Paulo~~ da ~~Silva~~
- 141 - Adalberto Maria da Silva
- 142 - ~~João~~ ~~Te~~ da ~~cunha~~ ← José Leite da Cunha
- 143 - ~~ARROGO~~ MARIA AIRES DE LIMA F. SILVA
- 144 - ~~João~~ ~~Dias~~ da ~~Costa~~
- 145 - ~~Francisco~~ ~~Antônio~~ ~~de~~ ~~Oliveira~~
- 146 - ~~João~~ ~~Antônio~~ ~~do~~ ~~Amorim~~
- 147 - ~~ARROGO~~ Boudelina de Almeida
- 148 - ~~João~~ ~~Antônio~~ ~~da~~ ~~Silva~~
- 149 - Antônio Rômulo de Almeida
- 150 - Maria Helena Soares
- 151 - Maria do Espírito Santo
- 152 - ~~ARROGO~~ ~~Comunicação~~ ~~do~~ ~~Silva~~
- 153 - ~~ARROGO~~ Maria de Lourdes Andrade de Almeida
- 154 - ~~ARROGO~~ MARIA DAS GRAÇAS TRAJANO
- 155 - ~~Francisco~~ ~~Baptista~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 156 - ~~Francisco~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 157 - ~~Francisco~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 158 - ~~Francisco~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 159 - Francisco Sales Henriques de Almeida
- 160 - Maria Helena Pimenta de Almeida Santos
- 161 - Helena Sereginha da Costa Araújo
- 162 - Maria José Camargo Silva
- 163 - ~~Francisco~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 164 - Maria Benedita de Almeida Moraes
- 165 - Maria Francisca de Almeida
- 166 - Cristina Pimenta de Almeida
- 167 - ~~Francisco~~ ~~de~~ ~~Almeida~~

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMIRÃO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Dm fã:

Lucrécia RN, 05 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Sussana
TABELA, ESCRIVÃ, OFICIALA SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL



.458/0001-00

ÚNICO DE REGISTRO
E DE IMÓVEIS

Luís Solano, S/N

CEP 59.805-000

LUCRECIA

168. José de Brito Sobrinho
169. Maria Tânia Moraes
170. Maria José de Araújo
171. Francisco Maria da Conceição Barabante
172. Cosma Amoral de Oliveira e Silva
173. Vancilene de Paiva Oliveira Santos
174. Rita Eneas Bezerra de Araújo
- 174a. Maria Eneas Bezerra
175. Francisco Eneas Bezerra de Araújo
176. [REDACTED] ARROGO: VALDEMAR LAZARO DA SILVA
177. [REDACTED] Francisco de Sá Filho
178. João de Brito Soares
179. Maria José Brito de Oliveira
180. Maria de Lourdes da Costa Cunha
181. [REDACTED] ARROGO: JZABEL MARIA DA CONCEIÇÃO
182. Maria do Socorro Brito Soares
183. George José da Silva
184. Maria da Conceição de Souza
185. Juracy de Queiroz
186. [REDACTED] ARROGO: BERTULEZA NUNES DA SILVA
187. Maria Dióscleia Dias de Oliveira
188. Maria Jzuzelly de Tiro
- 188 [REDACTED] ARROGO: JOSE EUZÉBIO DA CUNHA
190. [REDACTED] ARROGO: ANTONIA MORAIS GOMES
191. [REDACTED] Francisco Paulo de S
192. Rita Antônia da Silva
193. José Daniel de Oliveira
194. Mário Benício Gonçalves
195. José Quintino de Almeida
196. Francisco José Marques
197. Mateus Barroso da Costa

Aos vinte um dias do mês de maio do ano de Hum mil e oitenta e nove, na Escola Municipal Joaquim Xavier - Em

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMIRÃO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Buriana RN, 05 / 08 / 13

Lyvia de Freitas Saussuna
TABELIA, ESCRIVA, OFICIALA SUBSTITUA DO REGISTRO CIVIL



491.458/0001-00

ORTO ÚNICO DE REGISTRO
CIVIL E DE IMÓVEIS

v. Luis Solano, S/N

CEP 59.805-000

LUCECIA



AUTENTICAÇÃO
25 NOV. 2013
Karina Olimpio Faria C. Brito - Substituta
Paulo Sérgio M. de C. Filho - Substituto
Mário de Andrade - Esc. Autorizada

Lyvia de Freitas Soares
Tabelão, Escrivã e Oficial Substituto
do Registro Civil
CIN: 412 474 474-20
Município das Comunicações - SECE

Cita da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - Lucrécia - RN, aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e treze, às dezoito horas, na sede da referida Associação, situada na Rua Julieta Dantas, 210, Bairro Centro no Município de Lucrécia - RN, o presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - Lucrécia - RN, senhor Wagner Cavalcante Soares, convocou uma Assembleia geral extraordinária, para tratar dos seguintes assuntos:

a) Alteração Estatutária, para se adequar ao Código Civil de 2002, a Lei 11.127 de 28 de junho de 2005, e as normas do Ministério das Comunicações, que ficará com a seguinte redação: b) Eleição da diretoria executiva e do Conselho fiscal para um mandato de 4 (quatro) anos.

Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, Alteração Estatutária, Título I - Da Personalidade jurídica, da Sede e Foro dos Fins e Duração. Art. 1º - A Associação de Desenvolvimento comunitário de Lucrécia, com sede na Rua Julieta Dantas, 210 - Centro, Lucrécia, Cep: 59.305-000 - Estado do Rio Grande do Norte. É constituída na forma acima como instituição de caráter privado conforme previsto na seção III do capítulo II, do título I do Código Civil Brasileiro e terá duração por tempo indeterminado, sem discriminação de sexo, raça e religião. Art. 2º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, é uma entidade sem fins econômicos, gozando de autonomia administrativa, financeira e patrimonial no grau conveniente ao exercício de suas atividades, e se rege pelo presente estatuto e normas legais que lhe forem aplicáveis.

Título II, da Finalidade, Art. 3º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, tem como finalidade executar, direta ou indiretamente, a política de pesquisas sociais, Planejamento urbano e da Cidadania, visando à elevação dos padrões sócio econômicos das populações, e atuar de forma integrada com órgãos e entidades de objetivos afins do Governo Federal, Estadual e Municipal, incluindo-se ainda, os seguintes objetivos: 1 - Executar o serviço de Rádio-



AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia
reprográfica e reprodução fiel do
original que me foi apresentado.

25 NOV. 2013

Comunicações
58
Rubrica

divulgação comunitária conforme inciso
9.612 de 19 de fevereiro de 1998, o
comunitária tem por finalidade o atendimento a comunidade
de beneficiária com vistas a: a) Dar oportunidade à divulgação
de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da
comunidade; b) Operar mecanismos à formação e integração da
comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos servi-
ços de defesa civil, sempre que necessário; d) Contribuir para
o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas
e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expre-
são da forma mais acessível possível. II - Incentivo ao associati-
vismo formal e informal com vistas à aplicação de participação po-
pular no processo social e no desenvolvimento comunitário; III -
preparação e mobilização de grupos e comunidades em favor de sua
autopromoção e participação no processo social e no desenvolvimento
(digo) de desenvolvimento social; IV - Planejamento, implantação
e coordenação de unidades de equipamentos comunitários em
áreas urbanas; V - Estimulo as entidades públicas e privadas
para realização de promoção social das populações carente do Esta-
do; VI - Capacitar lideranças comunitárias para aperfeiçoamento
do trabalho desenvolvido pelas entidades com as comunidades caren-
te da população; VII - Prestar assistência e apoio aos grupos de me-
ninos de rua, crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades
que possam promover a integração e capacitá-los para o traba-
lho de mercado; VIII - Incentivar a prática esportiva entre crianças
e jovens para o desenvolvimento social, físico e mental; IX -
Resgatar a memória do esporte, constituindo um acervo histórico
documental das diversas modalidades esportivas; X - Promover e
apoiar a integração entre os grupos de terceira idade propor-
cionando entretenimento subsidiando as atividades realizadas;
XI - Instituir um corpo de assessorios técnicos, para prestar



AUTENTICAÇÃO
Cópia e reprodução fiel do
original que me foi apresentado.

25 NOV. 2013

☒ Karine Olimpio Vieira C. Brito - Substituta
☒ Paulo Sérgio M. da Costa Filho - Substituto
☒ Gláucia Maria de Andrade - Esc. Autorizada

Lyvia de Freitas Superti
Tabelão, Escrivã, e Oficial Substituto
do Registro Civil
CIB 819 878 874-20

Ministério das Comunicações
Fts 59
Rubrica 6

assessoria nas áreas de educação, saúde, arquitetura, planejamento urbano, movimento comunitário e outras áreas afins aos objetivos da Associação; XII - Incentivar a criação de núcleos produtivos na região, visando aproveitar o potencial econômico da comunidade e a capacidade de trabalho existente nas localidades e a incrementação do Comércio; XIII - Reunir produtores e pequenos comerciantes visando o associativismo e o fortalecimento dos setores que representam a economia informal; XIV - Manter cursos de capacitação técnica, organizar congressos, simpósios e outros eventos que visem a difundir a história, política e administração civil; XV - Editar obras, cadernos, revistas, monografias e textos que vejam sobre assuntos dentro de suas finalidades; XVI - Promover por todos os meios a defesa, recuperação e preservação da memória cultural e do patrimônio histórico dos demais municípios do Estado do Rio Grande do Norte e Nordeste. XVII - Coordenação, execução, acompanhamento e avaliação dos objetivos ou atividades desenvolvidas pela associação, repositores a melhorias de vida dos indivíduos e grupos carenciados; XVIII - Desenvolver atividades técnicas na área da engenharia. XIX - Zelar pela saúde; XX - Colaborar com os poderes públicos e particulares, no sentido de promover o mais eficientemente possível em todo município, o amparo à maternidade e à infância, como prescreve a Constituição Federal e leis posteriores; XXI - Organizar e instalar postos, centros de puericultura e apoio a outras instituições com o mesmo objetivo; XXII - Prestar serviços na área da saúde, através da cessão de profissionais a outras instituições ou remunerando profissionais de outras instituições; XXIII - Incentivar e prestar assistência através de comodato, para outra instituição com os mesmos fins, como também fazer doação dos mesmos. Título III Do Patrimônio Art. 4º - O Patrimônio da associação será constituído: 1 - Pelos bens e direitos a ela destinados, especialmente aqueles correspondentes aos programas, projetos e atividades compreendidos na área comunitária, planejamento urbano e cidadania. 11 - Pelos



AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia
reprográfica e reprodução fiel do
original que me foi apresentado.

25 NOV. 2013

Karina Olimpio Faria, O. B. - Substituta
Paulo Sérgio M. de Costa, O. B. - Substituto
Cláudia Maria de Andrade - Esc. Autorizada
Marta Maria Costa Gomes - Esc. Autorizada

Ministério das Comunicações
Fls. 60
Rubrica

bens móveis e imóveis do Estado e ou entidades nacionais e estrangeiras. III - Por recursos, de qualquer natureza, de corrente de acordo ou convênios que firma. IV - Pelas doações, donativos, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras. V - Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de prestação de serviços. VI - Pela arrecadação de fundos especiais que proporcionem recursos financeiros para o seu funcionamento. VII - Pelo rendimento de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio. VIII - Pelos bens que vier adquirir. Da Administração Art. 5º - Constituem órgãos da administração da Associação: 1 - Assembleia Geral 2 - Diretoria Executiva 3 - Conselho Fiscal Art. 6º - Compete a Assembleia Geral: I) Eleger os administradores II) Destituir os administradores III) Aprovar os Contas IV) Alterar os Estatutos A Assembleia Geral é órgão máximo de decisão e convocada ordinariamente para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de (Contas) digo Contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual, homologação da composição do Conselho Comunitário e discussões gerais da Associação. Parágrafo único para deliberação a que se referem os incisos II e IV do art. 5º do Código Civil 2002, é exigido o voto concorde de (2/3) dois terços dos presentes a Assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados, ou com menos de (1/3) um terço nas convocações seguintes. Alterada pela Lei 14.127 de 28/06/2005, que as alterações estatutárias e/ou destituição dos Administradores serão tratadas em Assembleia especialmente para este fim. A deliberação dos Órgãos deliberativos far-se-á na forma do Estatuto garantindo a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.



25 NOV. 2013

☐ Karina Olimpio Freire D. Brito - Substituta
☐ Paulo Sérgio M. da Costa Filho - Substituto
☐ Cidra Maria de Azevedo - Esc. Autorizada
☐ Maria Helena Dantas Barbalho - Esc. Autorizada

Ministério das Comunicações
 616
 Rua de Freitas Siqueira
 Tabelão, Escrivã e Oficial Substituto
 do Registro Civil
 Rubrica
 CTR 813 479 874-20

Seção I Diretoria Executiva Art. 7º - A Diretoria Executiva será compo-
 ta de 06 (seis) membros, eleitos pelos Associados em Assembleia, com
 mandatos de 04 (quatro) anos podendo ser renovado por igual pe-
 ríodo. É obrigatório que todos os dirigentes, residam na área da
 comunidade atendida. Parágrafo único - A Diretoria Executiva te-
 rá a seguinte composição: I - Presidente II - Vice-Presidente III - 1º Se-
 cretário IV - 2º Secretário V - 1º Tesoureiro VI - 2º Tesoureiro Art. 8º -
 Compete à Diretoria Executiva: a) Dirigir a Associação de acordo
 com o presente estatuto, administrar o patrimônio social, pro-
 movendo o bem geral dos associados; b) Cumprir e fazer cum-
 prir o presente estatuto e as demais decisões da Assembleia Ge-
 ral; c) Reunir-se ordinariamente a cada 03 (três) meses e ex-
 traordinariamente quando houver convocação da maioria da
 Diretoria; d) Promover e incentivar a criação de comissões de
 departamentos com função de assessoria às atividades da en-
 tidade; Parágrafo único - As decisões da Diretoria deverão ser tomadas
 por maioria dos votos, com participação garantida na maioria
 simples dos seus membros; Art. 9º - O Secretário da Diretoria
 será composto pelo Presidente, 1º Tesoureiro e 2º Secretário que
 dividirão entre si as tarefas e atribuições do secretaria-
 do de forma a viabilizar não só as decisões da Diretoria
 colegiada, como fazer frente à administração da entidade.
 Seção II Do Presidente Art. 10º - Compete ao Presidente: A) Represen-
 tar a Associação em juízo e fora dele ativa e passivamente; B) Con-
 vocar e presidir as reuniões da Diretoria; C) Convocar e instalar as
 Assembleias Gerais; D) Ordenar as despesas autorizadas e com
 o tesoureiro assinar cheques e documentos contábeis; E) Orga-
 nizar um relatório das ocorrências do ano anterior, apresen-
 tando à Assembleia Geral Ordinária obrigatório de prestação
 de contas. O relatório deverá conter os principais eventos
 de exercício, relação dos associados e balanço do exercício
 financeiro; F) juntamente com o tesoureiro abrir e manter con-
 tas bancárias; G) O voto minerva, ou voto decisivo nas vo-

SEI 53000.006656/2013-25 / pg. 79



Lyvia de Freitas Succi
Tabelão, Escrivã, e Oficial Substituto
do Registro Civil
CIC 813 878 874-20

63

gãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes; IV) Assumirem a responsabilidade com o pagamento da contribuição mensal de conformidade com este estatuto social e deliberações tomadas pela entidade; V) Pessoas físicas, maiores de dezoito (18) anos e capazes para os atos civis, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, ambas sediadas na localidade. VI) Sócios Fundadores Aqueles que assinarem o Ata e Estatuto de Constituição da Associação. VII) Sócios Efetivos Aqueles que ingressarem na associação após a Assembleia de Fundação. Art. 20º A demissão do Associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida a Diretoria da Associação, sendo por esta levada ao conhecimento de todos os Associados durante reunião marcada para tal fim, após a decisão, será procedida a averbação do demissionário no livro de matrícula, mediante termo de demissão assinado pela diretoria. O demissionário não terá direito à devolução de qualquer taxa ou contribuição anteriormente feita. Art. 21º Os sócios que, de alguma forma, infringir as disposições desse estatuto, nas normas e regulamentos da Associação, ficam sujeitos a sanções impostas pela Diretoria Executiva: 1) Advertência, sempre por escrito, em caráter reservado; 2) Suspensão de um (01) a doze (12) meses: a) Os reincidentes em infração punida em advertência; b) Os que estejam em atraso, há três (03) meses ou mais, com o pagamento das contribuições sociais; c) Os que deixarem de participar, anualmente, de cinquenta (50) por cento (%) das reuniões, Assembleias gerais e atividades realizadas pela Associação. § 1º A suspensão sob pena de nulidade, deverá ser procedida em audiência com o associado, que poderá apresentar defesa escrita ou verbal, obrigatoriamente tomada por termo, no prazo de quinze (15) dias, contados a partir do recebimento da notificação. § 2º A pena de suspensão não isenta os sócios de suas obrigações, porém, os impedem de obterem vantagens conquistadas pela Associação. 1. 11- da exclusão a) Os reincidentes em infração, punida com suspensão, mediante aprovação da Assen-

...e a presente copia
...e reprodução fiel do
...me foi apresentada
...64
23 NOV. 2013
3038
...Substituta
...Assistente
...Assistente

Assembleia Geral convocada especialmente para discutir e aprovar o estatuto, bem como, pagar, pontualmente, a sua contribuição mensal e participar das atividades da Associação. 1) São parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados. Tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandatos eletivos que lhe assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. Art. 23º Os associados não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação. Art. 24º As despesas provenientes de prestação de serviço à Associação, pelos associados, são financeiramente de responsabilidade da entidade, As funções em cargos de direção são inteiramente gratuitas, vedada a percepção de ordenados ou gratificações. Seção VI Conselho Comunitário O Conselho Comunitário será regido de acordo com a Lei Nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. Art. 8º. Isto é, será composto no mínimo por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local. Exercício Financeiro e Demonstrativo) digão Demonstrações Financeiras Art. 25º - O exercício financeiro coincide com o ano civil. Art. 26º - Ao término do exercício, em 31 de dezembro de cada ano, levanta-se o balanço patrimonial da Associação de Desenvolvimento Comunitário de bairros observada as prescrições legais aplicáveis. Parágrafo 1º - Os resultados líquidos das atividades em cada exercício seguinte, a critério da Assembleia Geral. Parágrafo 2º - Os recursos da (Assembleia) digão Associação de Desenvolvimento Comunitário de bairros, são integralmente aplicados para manutenção e desenvolvimento de suas finalidades. Parágrafo 3º - O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, depois de receber o parecer do Conselho Fiscal, e são submetidas à apreciação da Assembleia Geral. Seção VII Dis-

65
Rubrica
Comunicações

Aural, Lucrécia/RN Primeiro Tesoureiro: Fábio Jorge Dias Cavalcante,
CPF: 052.361.674-00, RG: 1.977.697 SSP/RN, Rua Agostinho Fonseca, Nº
614, Centro, Lucrécia/RN Segundo Tesoureiro: José Edson Soares,
CPF: 538.355.734-20, RG: 849-534-SSP/RN, Endereço: Rua Julieta
Dantas, 410, Centro, Lucrécia/RN Conselho Fiscal Presidente: Josefa
Honória de Oliveira, CPF: 018.711.084-03, RG: 707.679-SSP/RN,
Endereço: Av: Lauro Maia, Centro, Lucrécia/RN membro: Alge-
vânia Clemente de Queiroz, CPF: 970.647.504-49, RG: 1.786.537, Rua
Julieta Dantas, nº 410, Centro, Lucrécia/RN membro: Mariete
Paulo da Costa, CPF: 033.927.824-24, RG: 957.132, Rua Francis-
co José, Centro, Lucrécia/RN Todos os assuntos acima cita-
dos, foram aprovados pela unanimidade dos presentes na
da mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e eu,
Ivaneide Dias de Queiroz Garcia servindo de secretário, lavrei
a presente Ata que vai devidamente assinada por mim, pelo
presidente e os demais presentes. Lucrécia/RN, 18 de setembro de
2013. Ivaneide Dias de Queiroz Garcia, Joana Dias da C. Neto,
Eliabe Varanqueles Soares, Edilma Soares de Paiva, Fábio
Jorge Dias Cavalcante, Tronamaria de Conceição Cavalcante,
Eda Tuane C. Soares, Josefa Honória de Oliveira,
Antônio Roberto de Queiroz, Paulo da Costa, Agnônia,
Clemente de Queiroz, Mariete Paulo da Costa,
Maria Junior da Costa, Natanael Soares de Oliveira,
Hilibrando Maia
de Oliveira, Francisco Edilson Soares, Rosângela Maria
Maia Soares, Ivanivaldo Cavalcante, Comitê de
Paiva, Wagner Cavalcante Soares
Intem Soares de Paiva

Emenda: Na linha duzentos e setenta e três onde se
lê serviços da Associação de Desenvolvimento Comuni-
tário de Lucrécia. Acrescente-se Art. 28º - A Associação
de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, não remun-
nera, nem concede vantagens por qualquer



AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia
reproduz a reprodução do
original que me foi apresentado.

25 NOV. 2013

Paulo Sérgio M. da Costa Filho - Substituto
Júlia Maria de Paiva - Substituto
Talia Pinheiro Martins Rocha - Esc. Autorizada

Lyvia de Freitas Supena
Taboão, Escrivã, e Oficiala Substituto
do Registro Civil
CIB 819 578 874/20

forma ou título os seus diretores, associados, conselheiros, ins-
tituídos, benfeitores ou equivalente, bem como não distribuir re-
sultados dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu
patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. Parágrafo único
os integrantes dos órgãos referidos neste artigo têm direito
à indenização das despesas realizadas a serviço da As-
sociação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia (...).
Lucrécia/RN, 18 de setembro de 2013. Eu Ivaneide Dias de Quei-
roz Garcia, secretária lavrei a presente emenda. Ivaneide
Dias de Queiroz Garcia.

08.491.458/0001-00

CARTÓRIO ÚNICO DE REGISTRO

CIVIL E DE IMÓVEIS

Av. Luis Sotelo, S/N

CEP 59.806-000

LUCRÉCIA



AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia
reprográfica é reprodução fiel do
original que me foi apresentado.

25 NOV. 2013

☐ Karina Olímpio Faria Q. Brito - Substituta
☐ Paulo Sérgio M. de Costa Filho - Substituto
☐ Cláudia Maria de Aguiar - Esc. Autorizada
☐ Maria Helena Pereira Barbalho - Esc. Autorizada

**ATA DA AS
DESENVOLVIM**

**ATA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE
TÁRIO DE LUCRÉCIA - LUCRÉCIA-RN.**

Lyvia de Freitas Soares
Tahira Escrivã e Oficial Substituta

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e treze, às dezoito horas, na sede da referida Associação, situada na Rua Julieta Dantas, 210, Bairro Centro no Município de Lucrécia - RN, o presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - Lucrécia -RN, senhora Vagner Cavalcante Soares, convocou uma Assembleia geral extraordinária, para tratar dos seguintes assuntos: a) Alteração Estatutária, para se adequar ao código civil de 2002, a lei 11.127 de 28 de junho de 2005, e as normas do Ministério das Comunicações, que ficará com a seguinte redação: b) Eleição da diretoria executiva e do conselho fiscal para um mandato de 4 (quatro) anos: Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, Alteração Estatutária, Título I – Da Personalidade Jurídica, da Sede e Foro dos Fins e Duração. Art. 1º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, com sede na Rua Julieta Dantas, 210 – Centro, Lucrécia, CEP: 59.805-000 – Estado do Rio Grande do Norte. É constituída na forma acima como instituição de caráter privado conforme previsto na seção III do capítulo II, do título I, do Código Civil Brasileiro e terá duração por tempo indeterminado, sem discriminação de sexo, raça e religião. Art. 2º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, é uma entidade sem fins econômicos, gozando de autonomia administrativa, financeira e patrimonial no grau conveniente ao exercício de suas atividades, e se rege pelo presente Estatuto e normas legais que lhe forem aplicáveis. Título II da Finalidade. Art. 3º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, tem como finalidade executar, direta ou indiretamente, a política de pesquisas sociais, Planejamento Urbano e da Cidadania, visando à elevação dos padrões sócios econômicos das populações, e atuará de forma integrada com órgãos e entidade de objetivos afins do Governo Federal, Estadual e Municipal, incluindo-se ainda, os seguintes objetivos: I- Executar o serviço de Radiodifusão Comunitária conforme incisos I a V do artigo 3º da Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, o serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento a comunidade beneficiada com vistas a: a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; b) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; c) Prestar serviços de utilidade Pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. II – Incentivo ao associativismo formal e informal com vistas à aplicação de participação popular no processo social e no desenvolvimento comunitário; III – Preparação e mobilização de grupos e comunidades em favor de sua autopromoção e participação no processo (social e no desenvolvimento) (digo) de desenvolvimento social; IV – Planejamento, implantação e coordenação de unidades de equipamentos comunitários em áreas urbanas; V – Estimulo as entidades públicas e privadas para realização de promoção social das populações carentes do Estado; VI – Capacitar lideranças comunitárias para aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelas entidades com as camadas carentes da população; VII – Prestar assistência e apoio aos grupos de meninos de rua, crianças e adolescente, desenvolvendo atividades que possam promover a integração e capacitá-los para o trabalho de mercado; VIII – Incentivar a prática esportiva entre crianças e jovens para o desenvolvimento social, psíquico e mental; IX – Resgatar a memória do esporte, constituindo um acervo histórico documental das diversas modalidades esportivas; X – Promover e apoiar a integração entre os grupos de terceira idade proporcionando entretenimento subsidiando as atividades realizadas; XI – Instituir um corpo de assessórios técnicos, para prestar assessoria nas áreas de educação, saúde, arquitetura, planejamento urbano, movimento comunitário e outras áreas afins aos objetivos da Associação; XII – Incentivar a criação de núcleos produtivos na região, visando aproveitar o potencial econômico da comunidade e a capacidade de trabalho existente nas localidades e a incrementação do comercio; XIII – Reunir produtores e pequenos comerciantes visando o associativismo e o fortalecimento dos setores que representam a economia informal; XIV – Manter cursos de capacitação técnica, organizar congressos, simpósios e outros eventos que visem a difundir a historia, política e administração civil; XV – Editar obras, cadernos, revistas, monografias e testes

que versem sobre assuntos dentro de suas finalidades; VXI – Promover por todos os meios à defesa, recuperação e preservação da memória cultural e do patrimônio histórico dos demais municípios do Estado do Rio Grande do Norte e Nordeste. XVII- Coordenação, execução, acompanhamento e avaliação dos objetivos ou atividades desenvolvidas pela associação, referentes a melhorias de vida dos indivíduos e grupos carenciados; XVIII – Desenvolver atividades técnicas na área da engenharia. XIX – Zelar pela saúde; XX – Colaborar com os poderes públicos e particulares, no sentido de promover o mais eficientemente possível em todo município, o amparo à maternidade e à infância, como preceitua a Constituição Federal e leis posteriores; XXI – Organizar e instalar postos, centros de puericultura e apoio a outras instituições com o mesmo objetivo; XXII – Prestar serviços na área da saúde, através da cessão de profissionais a outras instituições ou remunerando profissionais de outras instituições; XXIII – Incentivar e prestar assistência através de comodato, para outra instituição com os mesmos fins, como também fazer doação dos mesmos. Título III do Patrimônio.

Art. 4º - O patrimônio da associação será constituído: I- Pelos bens e direitos a ela destinados, especialmente aqueles correspondentes aos programas, projetos e atividades compreendidos na área comunitária, planejamento urbano e cidadania. II- Pelos bens móveis e imóveis que lhe forem doados pelo Governo do Estado e ou entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras. III- Por recursos, de qualquer natureza, decorrente de acordo ou convênios que firma. IV- Pelas doações, donativos, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras. V- Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de prestação de serviços. VI- Pela arrecadação de fundos especiais que proporcionem recursos financeiros para o seu funcionamento. VII- Pelo rendimento de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicação do seu patrimônio. VIII- Pelos bens que vier adquirir. Da Administração.

Art. 5º - Constituem órgão da administração da Associação: 1- Assembléia Geral 2-Diretoria Executiva 3- Conselho Fiscal. Art. 6º - Compete a Assembléia Geral: I) Eleger os administradores II) Destituir os administradores III) Aprovar as Contas IV) Alterar os Estatutos. A Assembleia Geral é órgão máximo de decisão é convocada ordinariamente para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de (contatos) digo contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual, homologação da composição do Conselho Comunitário e discussão gerais da Associação. Parágrafo Único – para deliberação a que se referem os incisos II e IV do art. 5º do código civil 2002, é exigido o voto concorde de (2/3) dois terço dos presentes a Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos e (1/3) um terço nas convocações seguintes. Alterada pela Lei 11.127 de 28/06/ 2005, que as alterações Estatutárias e/ ou Destituição dos Administradores serão tratadas em Assembleia especialmente para este fim. A deliberação dos Órgãos deliberativos far-se-á na forma do Estatuto garantindo a 1/5 (um quinto) dos Associados o direito de promovê-la.

Seção I Diretoria Executiva. Art. 7º - A Diretoria Executiva será composta de 06 (seis) membros, eleitos pelos Associados em Assembléia, com mandatos de 04 (quatro) anos podendo ser renovado por igual período. É obrigatório que todos os dirigentes, residam na área da comunidade atendida. Parágrafo Único – A Diretoria Executiva terá a seguinte composição: I- Presidente II- Vice-Presidente III- 1º Secretário IV- 2º Secretário V- 1º Tesoureiro VI- 2º Tesoureiro. Art. 8º - Compete à Diretoria Executiva: a) Dirigir a Associação de acordo com o presente estatuto, administrar o patrimônio social, promovendo o bem geral dos associados; b) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as demais decisões da Assembléia Geral; c) Reunir-se ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente quando houver convocação da maioria da Diretoria; d) Promover e incentivar a criação de comissões de departamentos com função de assessoria às atividades da entidade; Parágrafo Único – As decisões da Diretoria deverão ser tomadas por maioria dos votos, com participação garantida na maioria simples dos seus membros; Art. 9º - O Secretariado da Diretoria será composto pelo Presidente, 1º Tesoureiro e 1º Secretário que dividirão entre si as tarefas e atribuições do secretariado de forma a viabilizar não só as decisões da Diretoria colegiada, como

fazer frente à administração da entidade. Seção II do Presidente. Art. 10º - Compete ao Presidente: A) Representar a Associação em juízo e fora dele ativa e passivamente; B) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; C) Convocar e instalar as Assembleias Gerais; D) Ordenar as despesas e com o tesoureiro assinar cheques e documentos contábeis; E) Organizar um relatório

25 NOV. 2013



Karina Olimpio Faria G. Brito - Substituto
Paulo Sérgio M. da Costa Filho - Substituto
Clória Maria de Andrade - Esc. Autenticada
Tribunal do Poder Judiciário - Rio Grande do Norte

das ocorrências do ano anterior, apresentando à Assembléia Geral Ordinária obrigatória de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos de exercício, relação dos associados e balanço do exercício financeiro; F) Juntamente com o tesoureiro abrir e manter contas bancárias; G) O voto minerva, ou voto decisivo nas votações da Diretoria que resultarem empatadas. Art. 11º - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente na sua ausência. Seção III do Secretário Art. 12º - Compete ao Secretário: a) Redigir e manter a transcrição em dia das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria; b) Redigir a correspondência da Associação; c) Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretária. Art. 13º - Compete ao 2º Secretário substituir o Secretário na sua ausência. Seção IV do Tesoureiro. Art. 14º - Compete ao Tesoureiro: a) Zelar pelo patrimônio da sociedade; b) Manter em, contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-lo, ouvida a Diretoria; c) Assinar com o presidente, os cheques; d) Efetuar pagamentos autorizados e recebimentos; e) Supervisionar o trabalho da tesouraria e contabilidade; f) Apresentar ao Conselho Fiscal balancetes semestrais e balanço anual. Art. 15º - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o Tesoureiro na sua ausência. Seção V do Conselho Fiscal Art. 16º - O Conselho Fiscal, órgão de controle interno é responsável pelo exame apreciação das contas atos e fatos administrativos da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia. Art. 17º - O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros, 01(um) Presidente, 02 (dois) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser renovado por igual período. Art. 18º - Compete ao Conselho Fiscal: I- Examinar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras sobre estes emitindo seu parecer; II- Opinar, por solicitação do Conselho Diretor ou da Diretoria Executiva, sobre, matéria de natureza econômica e financeira. Dos Sócios. Art. 19º Serão admitidos como Associados da Associação todos aqueles que atenderem os seguintes requisitos: I) Manifestarem seu desejo de vincular-se à Associação preenchendo a correspondente proposta de inscrição; II) Pessoas Físicas sediadas na localidade, o direito de votar ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos Administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberativas existentes; III) Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes; IV) Assumirem a responsabilidade com o pagamento da contribuição mensal de conformidade com este estatuto social e deliberações tomadas pela entidade; V) Pessoas físicas, maiores de dezoito (18) anos e capazes para os atos civis, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, ambas sediadas na localidade: I) Sócios Fundadores Aqueles que assinarem a Ata e Estatuto de constituição da Associação. II) Sócios Efetivos Aqueles que ingressarem na associação após a Assembléia de Fundação. Art. 20º A demissão do associado que não poderá ser negada, dar-se à unicamente a seu pedido e será requerida a Diretoria da Associação, sendo por esta levada ao conhecimento de todos os Associados durante reunião cada para tal fim, após a decisão, será procedida à averbação do demissionário no livro de matrícula, mediante termo de demissão assinado pela diretoria. O demissionário não terá direito à restituição de qualquer taxa ou contribuição anteriormente feita. Art. 21º Os sócios que, de alguma forma, infringir as disposições desse estatuto, nas normas e regulamentos da Associação, ficam sujeitos a sanções impostas pela Diretoria Executiva: Advertência, sempre por escrito, em caráter reservado: I) Suspensão de um (01) a doze (12) meses: a) Os reincidentes em infração punida em advertência; b) Os que estejam em atraso, há três (03) meses ou mais, com o pagamento das contribuições sociais; c) Os que deixarem de participar, anualmente, de cinquenta (50) por cento (%) das reuniões, Assembleia gerais e atividades realizadas pela Associação. § 1º A suspensão sob pena de nulidade, devera ser procedida em audiência com o associado, que poderá apresentar defesa escrita ou verbal, obrigatoriamente tomada por termo, no prazo de quinze (15) dias, contando a partir do recebimento da notificação. § 2º A pena de suspensão não isenta os sócios de suas obrigações, porem, os impedem de obterem vantagens conquistadas pela Associação, I. II – da exclusão a) Os reincidentes em infração, punida com suspensão, mediante aprovação da Assembleia Geral convocada especialmente para esta finalidade com pelo menos metade mais um dos associados presentes; a) Por morte de pessoas físicas. Art. 22º É direito de cada associado votar, ser votado, auferir de todas as vantagens garantidas pela Associação. É dever de cada um respeitar o Estatuto, as

decisões da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva, bem como, pagar, pontualmente, a sua contribuição mensal e participar das atividades da Associação. I) Só farão parte da Diretoria, Brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados. Tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandatos eletivos que lhe assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. Art. 23º Os associados não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação. Art. 24º As despesas provenientes de prestação de serviço à Associação, pelos associados, são financeiramente de responsabilidade da entidade, as funções em cargos de direção são inteiramente gratuitas, vedada a percepção de ordenados ou gratificações. Seção VI Conselho Comunitário. O Conselho Comunitário será regido de acordo com a Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, Art. 8º. Isto é, será composto no mínimo por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local. Exercício Financeiro e (Demonstrativo) digo Demonstrações Financeiras. Art. 25º - O exercício financeiro coincide com o ano Civil. Art. 26º - Ao término do exercício, em 31 de dezembro de cada ano, levanta-se o balanço patrimonial da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, observada as prescrições legais aplicáveis. Parágrafo 1º - Do resultado, líquido das atividades em cada exercício seguinte, a critério da Assembleia Geral. Parágrafo 2º - Os recursos da (Assembleia) digo Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, são integralmente aplicados para manutenção e desenvolvimento de suas finalidades. Parágrafo 3º - O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, depois de receber o parecer do Conselho Fiscal, e são submetidas à apreciação da Assembleia Geral. Seção VII (Dispositivos) Disposições Gerais. Art. 27º - Os instituidores da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título os seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalente, bem como não distribuir resultados dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. Parágrafo Único - Os integrantes dos órgãos referidos neste artigo têm direito à indenização das despesas realizadas a serviço da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia. Art. 29º - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia pode contratar pessoal necessário à execução de suas atividades e, com terceiros, a prestação de serviços técnicos ou especializados. Parágrafo Único - O regime de pessoal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia é o da consolidação das leis do trabalho. Art. 30º - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia extingui-se nos casos previsto em lei ou verificada a impossibilidade de realizar seus fins, o remanescente do seu patrimônio líquido será destinado, por deliberação dos Associados, à instituição Municipal, Estadual ou Federal de fins idênticos ou semelhantes. Parágrafo Único - Em caso dissolução ou extinção, destina eventual patrimônio remanescente a entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou entidade pública, a critério da instituição. Art. 31º - Os casos omissos, se não regulados por outro instrumento legal, são decididos pelo Conselho Diretor. Art. 32º - O presente Estatuto só poderá ser reformado com a presença de 2/3 (dois terços) dos presentes na Assembleia Geral. Diretoria Executiva Presidente: Vagner Cavalcante Soares, CPF: 565.231.304-87, ID: 920.786 SSP/RN, Rua Julieta Dantas, nº 410, Centro, Lucrécia/RN, Vice Presidente: Joana Dias da Cunha Neta, CPF: 023.720.954-39, ID: 1.365.364 SSP/RN, Sitio Baixio da Onça 10, S/N, Zona Rural, Lucrécia/RN, Primeiro Secretário: Ivaneide Dias de Queiroz Garcia, CPF: 538.356.114-53, ID: 957.106 SSP/RN, Rua Antônio Leite, nº 343, Centro, Lucrécia/RN, Segundo Secretário: Edilma Soares de Paiva, CPF: 030.710.014-60, RG: 1.344.016 SSP/RN, Povoado de Cabore 4, S/N, Zona Rural, Lucrécia/RN, Primeiro Tesoureiro: Fábio Jorge Dias Cavalcante, CPF: 052.361.674-00, RG: 1.977.697 SSP/RN, Rua Agostinho Fonseca, nº 614, Centro, Lucrécia/RN, Segundo Tesoureiro: José Edson Soares, CPF: 538.355.734-20, RG: 849.534 - SSP/RN, Endereço: Rua Julieta Dantas, 410, Centro, Lucrécia/RN, Conselho Fiscal Presidente: Josefa Honorina de Oliveira, CPF: 018.711.084-03, RG: 707.679 - SSP/RN, Endereço: Av. Lauro Maia, Centro, Lucrécia/RN, Membro: Algevínia Clemente de Queiroz, CPF: 970.647.504-49, RG: 1.786.337, Rua Julieta Dantas, nº 410, Centro, Lucrécia/RN, Membro: Marliete Paulo da Costa, CPF: 033.927.824-24, RG: 957.132, Rua Francisco José, Centro, Lucrécia/RN. Todos os assuntos acima citados, foram aprovados por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e eu, Ivaneide Dias de Queiroz Garcia



servindo de secretária, lavrei a presente Ata que vai devidamente assinada por mim, pelo presidente e os demais presentes. Lucrécia/RN, 18 de Setembro de 2013.

(AA) Ivaneide Dias de Queiroz Garcia
(AA) Joana Dias da Cunha Neta
(AA) Eliabe Vasconcelos Soares
(AA) Edilma Soares de Paiva
(AA) Fábio Jorge Dias Cavalcante
(AA) Francisca Maria da Conceição Cavalcante
(AA) Eda Tuane Cavalcante Soares
(AA) Josefa Honorina de Oliveira
(AA) Antônio Costa de Oliveira
(AA) José Avanildo da Silva
(AA) Algevânia Clemente de Queiroz
(AA) Marliete Paulo da Costa
(AA) Maria Irenir da Costa
(AA) Natanael Soares de Oliveira
(AA) Antônio Edilson Soares
(AA) Hildebrando Maia de Oliveira
(AA) Francisco Edmilson Soares
(AA) Rosangela Maria Maia Soares
(AA) Ivan Cavalcante
(AA) Carmelita Leite de Paiva
(AA) José Edson Soares
(AA) Vagner Cavalcante Soares
(AA) Antônio Soares de Paiva



Emenda: Na linha duzentos e setenta e três onde se lê serviços da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia. Acrescente-se Art. 28º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título os seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalente, bem como não distribuir resultados dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. Parágrafo Único - Os integrantes dos órgãos referidos neste artigo têm direito à indenização das despesas realizadas a serviço da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia (...). Lucrécia/RN, 18 de setembro de 2013. Eu Ivaneide Dias de Queiroz Garcia, secretária, lavrei a presente emenda. (AA) Ivaneide Dias de Queiroz Garcia.

Nada mais, era somente o que continua, que aqui bem fielmente translatei do seu próprio original pelo qual me reporto em meu poder e Cartório. O referido é verdade e dou fé.

Lucrécia/RN, 21 de Novembro de 2013.

Lyvia de Freitas Suassuna
Lyvia de Freitas Suassuna
Oficiala Designada do Registro de Pessoas Jurídicas

08.491.458/0001-00
CARTÓRIO ÚNICO DE REGISTRO
CÍVEL E DE IMÓVEIS
Av. Luis Solano, S/N,
CEP 59.805-000
LUCRÉCIA





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CARTÓRIO ÚNICO DE LUCRÉCIA

Av. Luis Solano, S/N - Centro - Lucrécia/RN. CEP: 59.805-000. Tel. (51) 3333-3000
CGC/MF N.º 08.491.458/0001-00

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data infra, foi apresentado para **REGISTRO** a presente **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - LUCRÉCIA-RN**. O qual foi devidamente prenotado no protocolo do Livro n.º A-3, deste Cartório Único de Lucrécia/RN.

CERTIFICO mais ainda que, o presente documento foi devidamente **REGISTRADO** sob o n.º 89, às Fls. 25 a 27, no Livro n.º A-3 de Pessoas Jurídicas, deste Cartório Único de Lucrécia/RN.

O referido é verdade e dou fé.

Lucrécia/RN, 21 de Novembro de 2013.

Lyvia de Freitas Suassuna
Lyvia de Freitas Suassuna
Oficiala Designada do Registro de Pessoas Jurídicas



AVERBAÇÃO

CERTIFICO que nesta data infra, foi apresentado para **AVERBAÇÃO** a presente **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - LUCRÉCIA-RN**. O qual foi devidamente prenotado no protocolo do Livro n.º 1-A, deste Cartório Único de Lucrécia/RN.

CERTIFICO mais ainda que, o presente documento foi devidamente **AVERBADO** no registro de n.º 23, às Fls. 55 a 60, no Livro n.º 1-A de Pessoas Jurídicas, deste Cartório Único de Lucrécia/RN.

O referido é verdade e dou fé.

Lucrécia/RN, 21 de Novembro de 2013.

Lyvia de Freitas Suassuna
Lyvia de Freitas Suassuna
Oficiala Designada do Registro de Pessoas Jurídicas



AUTENTICO
Certifico que a presente
radiográfica é reprodução
fidel e verdadeira da
original que me foi apresentado.

SET. 2013

Olímpio Freire C. Brito - Substituto
Sérgio M. da Costa Filho - Substituto
Mário de Aguiar - Esc. Autorizada



riachuelo **R**

Fatura Mensal (Cartão de Crédito)

Central de Atendimento Riachuelo
3003-4342 capitais e regiões metropolitanas
0800-701-4342 demais localidades
Atendimento 24 horas de segunda a domingo

01008076



CTCE NATAL RN TTO G

VAGNER CAVALCANTE SOARES

R JULIETA DANTAS 410

CENTRO LUCRECIA RN

59805-000



7211050330043080000000807630250213

Nº SORTEIOS - PRODUTOS FINANCEIROS

DEMONSTRATIVO

| Data | Loja | Descrição das |
|------|------|---------------|
|------|------|---------------|

| | | |
|----------|-----|-------------|
| 23/11/12 | 132 | COMPRA PARC |
|----------|-----|-------------|

| | | |
|----------|-----|-------------|
| 07/12/12 | 083 | COMPRA PARC |
|----------|-----|-------------|

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Buenos Aires - RN, 06 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Suassuna
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUA DO REGISTRO CIVIL





anos desde
empresário não
bem como o e

Tribuna Social da Energia Elétrica, criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

15.434,00 20

Constante 1,00000

Ajuste

Consumo 78,00

| Descrição | Quantidade | Valor Atualizado maio/2013 | Limite Mensal | Unidade | Limite Mensal |
|---|------------|----------------------------------|--------------------|---------|------------------|
| DIC - Nº. de horas sem energia | A L M | 6,83 | 10,58 | 21,17 | 42,34 |
| DIC - Nº. de vezes sem energia | AFONSO | 3,00 | 7,83 | 15,64 | 31,28 |
| DIC - Duração máxima de interrupção contínua | | 4,85 | 5,88 | 9,00 | 9,00 |
| DIC - Duração de interrupção em dia crítico | | | | | |
| | | | Limite DICR: 18,80 | | |

Informações importantes sobre a conta de energia

A partir de 2014, o cliente em vigor o sistema de faturamento mensal, onde a conta de energia é emitida mensalmente, com vencimento em 10 dias úteis após o término do mês de consumo.

O cliente é responsável por manter a leitura correta do medidor de energia, bem como a manutenção do mesmo, conforme o manual de instruções do fabricante.

O cliente é responsável por manter a leitura correta do medidor de energia, bem como a manutenção do mesmo, conforme o manual de instruções do fabricante.

O cliente é responsável por manter a leitura correta do medidor de energia, bem como a manutenção do mesmo, conforme o manual de instruções do fabricante.



MARIA FERREIRA DA COSTA

SI BAIÃO DA ONÇA 10 SN

ZONA RURAL/AREA RURAL
59805-000 LUCRECIA RN



www.cosern.com.br

Conta Contrato: 0678450014

Medidor: H361660

Un. Leitura: 13072109

Sequência: 00458

Poste: CD44592

Quando recortar a Outilidade da Cosern?

Se houver uma situação que não foi resolvida em um dos nossos canais de atendimento.

É fácil. Com o procedimento de 1º atendimento, siga para o 8000 084 0804.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1977697- 2. VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 09/02/2006

NOME FABIO JORGE DIAS CAVALCANTE

RELACÃO

FRANCISCO JORGE CAVALCANTE
MATILDE DIAS CAVALCANTE

NATURALIDADE

MOSSORO RN DATA DE NASCIMENTO 05/12/1983

CERT. NASC. No. 46410 L. 82 F. 187

MOSSORO RN 00 CARTÓRIO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

Foto

Assinatura

Comunicado

74



CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia confere com o original.

Lucrecia - RN, 05 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Suassuna
TABELIA, ESCRIVA, OFICIAL SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL



CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia confere com o original.

Lucrecia - RN, 05 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Suassuna
TABELIA, ESCRIVA, OFICIAL SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL



Comunicações - SCEL
 is AD
 fabrica
 Mil

| DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL | | | | | | | | | |
|--|----------------|------------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|--------|---------|
| Número do Medidor | Tipo de Funcão | Anterior | | Atual | | Diferença | Constante | Ajuste | Consumo |
| | | Data | Leitura | Data | Leitura | | | | |
| B833365 | CAT | 15/02/2012 | 18.281,00 | 15/03/2012 | 18.364,00 | 32 | 1.000,00 | - | 83,00 |

DATA PREVISTA PARA PRÓXIMA LEITURA: 15/04/2012 - 0980320010364

ATENÇÃO! INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pagamento em atraso gera: Multa (Fluitem, 414/ANEE: 09/05/10) e Juros (Lei n. 10.438/2004), no próximo mês. O cliente é compensado quando há redução na continuidade individual ou do nível de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia (Lei n. 10.438/2004) - R\$ 18,37. O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

| Descrição | Consumo | Valor Ajustado | Valor Baseado | Valor Social | Valor Final |
|--|---------|----------------|---------------|--------------|-------------|
| DIC - N.º de horas sem energia | A L 8 | 0,98 | 5,21 | 10,82 | 21,2 |
| FC - N.º de vezes sem energia | AFORNO | 1,00 | 3,58 | 7,10 | 14,2 |
| DMC - Duração máxima de interrupção contínua | | 0,59 | 3,00 | 0,00 | 0,0 |

EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 6,97

Tudo Consumidor pode solicitar a aplicação das indicações DIC, FC e DMC e solicitar:

NÍVEL DE TENSÃO

| Tensão Nominal | Limite de Variação (%) | |
|----------------|------------------------|---------|
| | 10 anos | 15 anos |
| 220 | 201 | 231 |



cosern
 Grupo Nippon Energia

MATILDE DIAS CAVALCANTE

RUA AGOSTINHO FONSECA 614

SETOR VAREJA URBANA
 00 LUCRECIA RN

COSERN

19 ABR. 2012

VENCIMENTO PRORROGADO

www.cosern.com.br



Conta Contrato: 0851267050
 Medidor: B833365
 Un. Leitura: 18072103
 Sequência: 00358
 Poste: CD62978

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL - FÁBULA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA



www.cosern.com.br
Companhia Energética de Rio Grande do Norte
Rua Memm, 151, Balaio
Natal, Rio Grande do Norte - CEP 58025-250
CNPJ 06.324.198/0001-91 | Insc. Est. 30001199-0

Índice de Vencimento

Total a Pagar (R\$):

20,67

Teleatendimento - 116

Atendimento ao cliente através ou de fax: 0800 281 0142
ARSEP: 0800 084 1009
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 187 - Ligue 15
de telefones fixos e também na origem para telefones celulares

INSCRIÇÃO
BAIXA RENDA COM MES
Módulo

Conta Contrato

0051267050

CPF: 047.781.964-82

RG: 16433730067

RECEBEMOS DO CONSUMIDOR

CENTROÁREA URBANA
58005-000 LUCRECIA RN

NÚMERO DA
000770004

DATA DE EMISSÃO
20/03/2012

DATA DA
20/03/2012

SÉRIE DA
S5005 00000

NÚMERO
3000010000

NÚMERO DA
3000010000

2300.FE68.BDCC.CESS.DEST.DTFS.BD00.FA01

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010),
termos, produtos, serviços prestados se encontram à disposição para
consulta, em nossas unidades de atendimento e no site
www.cosern.com.br

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

| Consumo Abaixo de 30 kWh | Quantidade | Preço Unit. | Valor (R\$) | PERÍODO DE CONSUMO |
|---|------------|-------------|-------------|--------------------|
| Grupo A até 30 kWh a 30 dias 100 kWh | 01.000.000 | 0,2518228 | 25,18 | FEV 12 61 |
| CMS-Parcela Subvencionada | | | 2,64 | JAN 12 71 |
| Multa por atraso ANEEL 000786118 - 17/02/12 | | | 0,25 | DEZ 11 77 |
| Multa por atraso ANEEL 000786118 - 17/02/12 | | | 0,05 | NOV 11 80 |
| | | | | OUT 11 73 |
| | | | | SET 11 78 |
| | | | | AGO 11 80 |
| | | | | JUL 11 70 |
| | | | | JUN 11 80 |
| | | | | MAY 11 85 |
| | | | | ABR 11 83 |



CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Buença.....RN, 06 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Suassuna
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL

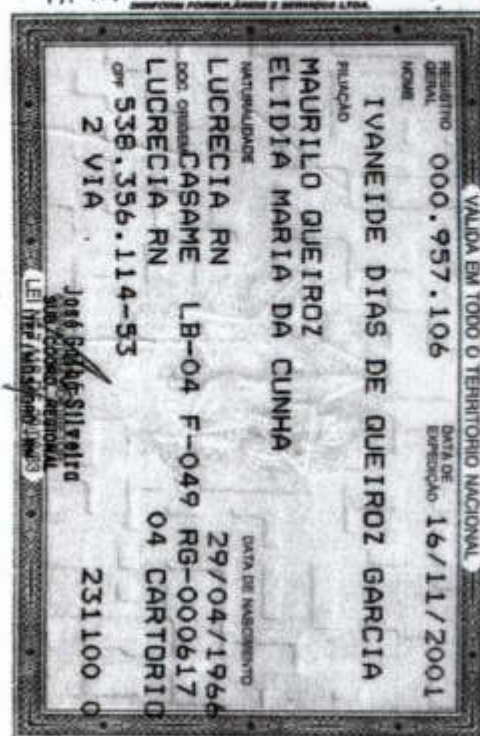


CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Buença.....RN, 06 / 09 / 13

Lyvia de Freitas Suassuna
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL



79
90
FSC
FSC
FSC



Você, sem fronteiras.

Nota Fiscal - Fatura de Serviços de Telecomunicações
Número: 000.068.504-AA
TIM Celular S.A.
Av. Hermes da Fonseca, 1148-Natal-RN
CNPJ: 04.206.050/0006-31 - I.E.: 20.098.409-8
CNPJ da Matriz: 02.421.421/0001-11

Página 1 de 2
Cliente: 1.30222761
CPF/CNPJ: 53838611453
Emissão: 14/07/13 Postagem: 22/07/13
Referência: JUL/13 Período: 14/06/13 a 13/07/13
Débito automático: 130222761014
CFOP: 5307

Endereço Fiscal

IVANEIDE DIAS DE QUEROZ GARCIA
ANTONIO LEITE, 343
CENTRO
59805-000 - LUCRECIA - RN

IVANEIDE DIAS DE QUEROZ GARCIA
ANTONIO LEITE, 343
CENTRO
59805-000 - LUCRECIA - RN

VENCIMENTO
07/08/13

VALOR
R\$ 29,90

"T.I.M." é marca dos serviços de telecomunicações do Grupo TIM no Brasil

A partir de 25/08/13, nas áreas de DDDs 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 e, a partir de 27/10/13, nas áreas de DDDs 21, 22, 24, 27 e 28 os celulares terão 9 dígitos. Será acrescentado o "9" antes do número atual, passando para o formato: (DDD) 9xxxx-xxxx. Mais informações em www.tim.com.br/9digito

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
EDILMA SOARES DE PAIVA

Data do Nascimento
07/04/71

Nº de Inscrição
030710014-80

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Lucrécia - RN, 06/09/13

Lyvia de Freitas Suassuna
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL

11.458/0001-00

CARTÓRIO ÚNICO DE REGISTRO
CIVIL E DE IMÓVEIS

AV. Luis Solano, S/N
CEP 59.805-000

AKR 003809

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
Edilma Soares de Paiva

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 15/03/97

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÃO DE IDENTIDADE

Edilma Soares de Paiva

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia confere com o original. Dou fé.

Lucrécia - RN, 06/09/13

Lyvia de Freitas Suassuna
TABELIA, ESCRIVÁ, OFICIALA SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL

11.458/0001-00

CARTÓRIO ÚNICO DE REGISTRO
CIVIL E DE IMÓVEIS

AV. Luis Solano, S/N
CEP 59.805-000

AKR 003810

CARTÃO DE IDENTIDADE

REGISTRO CIVIL
NOME
EDILMA SOARES DE PAIVA

DATA DE EXPEDIÇÃO
23.04.1997

NATURALIDADE
LUCRECIA RN

CERT. NASC. 324 LV 2 FLS 125 DO
CART. DE LUCRECIA RN

DATA DE NASCIMENTO
07.04.1971

CPF



ANTONIO EDILSON SOARES

PO DE CABORE 4 SN

ZONA RURAL/AREA RURAL
59805-000 LUCRECIA RN



www.cosern.com.br

Conta Contrato: 0255964011
Medidor: 1127914
Un. Leitura: 13072109
Sequência: 00103
Poste: CD43976





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE LUCRECIA
CNPJ: 70.030.739/0001-21

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:27:24 do dia 25/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.


João Leônidas de Lima Freire
Mat. ST-PE - 6455250

**RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA**

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, REUNIRAM-SE NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA LOCALIZADA RUA JULIETA DANTAS, 210, BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE LUCRÉCIA-RN, OS CINCO(5) MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO, PARA ANALISAR E COMENTAR SOBRE A PROGRAMAÇÃO VEICULADA PELA EMISSORA.

FOI POR UNANIMIDADE DO REFERIDO CONSELHO, QUE TODA PROGRAMAÇÃO FOI APROVADA DE ACORDO COM A LEI 9.612, DE 1998, BEM COMO DO ITEM 21.4.1, DA NORMA 01/2011.

Lucrécia/RN, 22 de Novembro de 2013.

Fábio Jorge Dias Cavalcante

NOME: FABIO JORGE DIAS CAVALCANTE
RG: 1.977697
CPF: 052361674-00
ENDEREÇO: RUA AGOSTINHO FONSECA, 614



Edilma Soares de Paiva

NOME: EDILMA SOARES DE PAIVA
RG: 1344.016
CPF: 030710014-60
ENDEREÇO: Sítio Cabore - Lucrécia - RN





Josefa Honorina de Oliveira

NOME: JOSEFA HONORINA DE OLIVEIRA
RG: 7076292
CPF: 018711084-03
ENDEREÇO: AV. LAURO MAIA, 349

Maric Rgolin de Oliveira Galvão

NOME: MARIZALIA DE OLIVEIRA GALVÃO
RG: 2740006
CPF: 069701744-33
ENDEREÇO: Sítio Cabaré - Leucécia - RN

Marilene Dias de Oliveira

NOME: MARILENE DIAS DE OLIVEIRA
RG: 1.652.647
CPF: 027.007.834-76
ENDEREÇO: Sítio Cabaré - Leucécia - RN





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

| | | | |
|---|---|--|--------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 70.030.739/0001-21 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 08/11/1993 |
| NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENV COMUNITARIO DE LUCRECIA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADECOL | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA | | | |
| LOGRADOURO R JULIETA DANTAS | NÚMERO 210 | COMPLEMENTO | |
| CEP 68.805-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO LUCRECIA | UF RN |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 28/11/2012 às 10:58:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 28/11/2012



DI

Remetente:

Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia
Rua Julieta Dantas, 210 - Centro
CEP: 59805-000 – Lucrécia - RN

Destinatário

**Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônicas
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo B – Sala 300 –
CEP: 70044-900
Brasília/DF**





JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **VAGNER CAVALCANTE SOARES (Título Eleitoral: 008332121660)** é **PRESIDENTE (exercício 20/12/2011 a 20/12/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Orgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - LUCRÉCIA/RN**
Vigência: **Início: 20/12/2011 Final: 20/12/2015**
Código: **F+TI.AELD.\$A4H.\$Q\$8.**
Certidão emitida às: **24/09/2014 12:42:33**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **IVANEIDE DIAS DE QUEIROZ GARCIA (título eleitoral: 008328391600)** é **SECRETARIA-GERAL (exercício 20/12/2011 a 20/12/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - LUCRÉCIA/RN**
Vigência: **Início: 20/12/2011 Final: 20/12/2015**
Código: **ZA9T.QGGK.AE#U.17W8.**
Certidão emitida às: **03/09/2014 10:41:25**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **EDILMA SOARES DE PAIVA (título eleitoral: 012970821643)** é **VICE-PRESIDENTE (exercício 20/12/2011 a 20/12/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - LUCRÉCIA/RN**
Vigência: **Início: 20/12/2011 Final: 20/12/2015**
Código: **RZVW.BXTS.BT+W.CXG\$.**
Certidão emitida às: **03/09/2014 10:40:05**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOSE EDSON SOARES (Título Eleitoral: 008321511651)** é **DELEGADO A CONVENÇÃO ESTADUAL (exercício 20/12/2011 a 20/12/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Orgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - LUCRÉCIA/RN**
Vigência: **Início: 20/12/2011 Final: 20/12/2015**
Código: **4NYN.CPGM.ECL3.DP\$6.**
Certidão emitida às: **24/09/2014 12:41:36**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 9525/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.006656/2013-25**

Processo de Outorga nº: 53780.000254/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia (ADECOL)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Lucrécia/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Cópia do ato que estabeleceu a composição do **Conselho Comunitário**, nos termos dos itens 21.4 e 21.4.2 da Norma nº 01/2011.

II. Último relatório do Conselho Comunitário, **constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011**, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

"21.4.1 O **Conselho Comunitário** deverá **encaminhar** ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária."

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias ou comerciais, em infringência ao disposto no **art. 11 da Lei 9612/98**, vez que quatro dentre os seis membros que compõem a diretoria são, simultaneamente, filiados a um mesmo partido e membros do respectivo órgão partidário na localidade de prestação do serviço, conforme certidões obtidas junto ao Tribunal Superior Eleitoral, doc SEI 0153753 motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** os pontos acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do artigo 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:09, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Joao Carlos da Silva, Engenheiro de Operacoes**, em 26/09/2014, às 09:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0117458** e o código CRC **AB14EFD7**.



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino
CEP: 05311-900 São Paulo-SP
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 10175/2014/SEI-MC

São Paulo, 03 de setembro de 2014

Ao Senhor

VAGNER CAVALCANTE SOARES

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia (ADECOL)

Rua Julieta Dantas, 210 - Centro

59805-000 / Lucrécia - RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.006656/2013-25.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **9525/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:10, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0117536** e o código CRC **35FAC975**.

| PREENCHER COM LETRA DE FORMA | | AR | |
|---|--|--|--|
| DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE | | | |
| Ofício nº 10175/2014/SEI-MC | | SÃO PAULO, 03 de setembro de 2014 | |
| Ao Senhor | | | |
| VAGNER CAVALCANTE SOARES | | | |
| Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia (ADECOL) | | | |
| Rua Julieta Dantas, 210 - Centro | | UF PAÍS / PAYS | |
| 59805-000 / Lucrécia - RN | | | |
| Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.006656/2013-25. | | NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI | |
| | | <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR | | DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON | |
| MATILDE DIAS CAVALCANTE | | 14/10/14 | |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR | | CABELO DE ENTREGA / UNIFORME DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION | |
| Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR | | RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'EMPLOYÉ | |
| | | José Augusto Torres de Araújo Agente de Correios - Carteiro Matrícula 8.628.157-7 | |
| ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO | | | |

75240203-0 FC0463 16 114 x 100 mm

| | | | | |
|---|---|--|--|-----|
|  AVISO DE RECEBIMENTO AR | AVISO DE RECEBIMENTO AR | | JH 32643351 0 BR | |
| | DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 11/02/2014 | | TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON | |
| UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT SÃO PAULO | | : h | | : h |
| PREENCHER COM CÉLULA DE FORMA | | NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR | | |
| ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR | | SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA FONES (11) 3101-3123 - FAX (11) 3101-0680 CIDADE / LOCALITÉ CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP | | |
| | | UF | | |
| | | BRASIL | | |
| | | 5 3 1 1 1 0 0 0 | | |



Ao Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino

CEP: 05311-900 São Paulo – SP

Fone: (11) 3101-0123

53900.030077/2014-31

29/11/14

0250321

Em resposta ao ofício nº 10175/2014/SEI-MC, datado de 03 de Setembro de 2014, esclarecemos o seguinte:

- a) Segue em anexo ata do Conselho Comunitário.
- b) Segue também a grade de programação da rádio.
- c) Quanto ao vínculo político-partidário estamos enviando os ofícios endereçados ao juiz eleitoral, solicitando as desfiliações do partido.
- d) Para maiores esclarecimentos estamos anexando cópia da relação de documentos, enviado ao Ministério das Comunicações para a renovação da Rádio Comunitária.

Lucrécia /RN, 13 de Novembro de 2014.

Atenciosamente

Vagner Cavalcante Soares

Representante legal da ADECOL

[illegible]

ALTERNATIVA FM 104,9

| HORÁRIO | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA |
|-----------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 7:00H - 8:00H | VOZ DO EVANGELHO | BEM VIVER | BOM DIA AMIGO | PALAVRA DE PAZ | VOZ DO EVANGELHO |
| 8:00H - 11:00H | CONEXÃO ALTERNATIVA | CONEXÃO ALTERNATIVA | CONEXÃO ALTERNATIVA | CONEXÃO ALTERNATIVA | CONEXÃO ALTERNATIVA |
| 11:30H - 12:00H | INFORMATIVO 104.9 | INFORMATIVO 104.9 | INFORMATIVO 104.9 | INFORMATIVO 104.9 | INFORMATIVO 104.9 |
| 12:00H - 14:00H | LUCRÉCIA AO SOM DA VIOLA | LUCRÉCIA AO SOM DA VIOLA | LUCRÉCIA AO SOM DA VIOLA | LUCRÉCIA AO SOM DA VIOLA | LUCRÉCIA AO SOM DA VIOLA |
| 14:00H - 17:00H | SHOW DA TARDE | SHOW DA TARDE | SHOW DA TARDE | SHOW DA TARDE | SHOW DA TARDE |
| 17:00H - 19:00H | QUEM SABE FAZ AO VIVO | QUEM SABE FAZ AO VIVO | QUEM SABE FAZ AO VIVO | QUEM SABE FAZ AO VIVO | QUEM SABE FAZ AO VIVO |
| 19:00H - 20:00H | VOZ DO BRASIL | VOZ DO BRASIL | VOZ DO BRASIL | VOZ DO BRASIL | VOZ DO BRASIL |

| HORÁRIOS | SÁBADO | DOMINGO |
|-----------------|-------------------------|----------------|
| 7:00z - 8:00z | BOM DIA AMIGO | PALAVRA DE PAZ |
| 8:00z - 11:30z | CONEXÃO ALTERNATIVA | MUSICAL |
| 11:30H - 12:00z | MOMENTO DE CIDADANIA | ÚOLA NA REDE |
| 12:00H - 14:00H | A HORA E A VEZ DO BREGA | MUSICAL |
| 14:00H - 17:00H | AS MELHORES DA SEMANA | GALERIA MASSA |
| 17:30H - 19:00H | MUSICAL | MUSICAL |
| 19:30H - 20:30H | MUSICAL | MUSICAL |

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 55^a ZONA
ELEITORAL DE ALMIRÃO AFRONSO /RN

IVANEIDE DIAS DE QUEIROZ GARCIA, portador do título eleitoral nº
008328391600 Zona 055 Seção 0038, vem, respeitosamente, à presença Vossa
Excelência requerer a minha desfiliação do Partido DEM,
documento anexo.

Pede deferimento.

Lucrécia km1 de NOVEMBRO de 2014.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
55ª Zona Eleitoral

PROTOCOLO Nº:

36.891/2014

Data: 11/11/14

Hora: 13 h 52 min

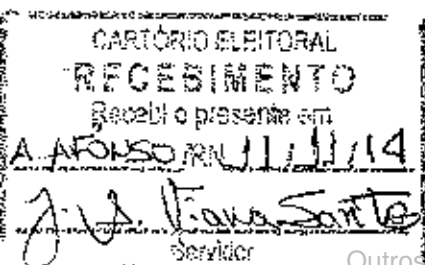
J. H. Vianna Santa
Assinatura do Servidor(a)

Ivaneide Dias de Queiroz Garcia

Recebi

11
11
2014

Admiral



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 55^ª ZONA
ELEITORAL DE Almino Afonso /RN

Fabio Jorge Lins Covalcontti, portador do título eleitoral nº
020269131678 Zona 055, Seção 0037, vem, respeitosamente, à presença Vossa
Excelência requerer a minha desfiliação do Partido DEMOCRATAS - DEM,
documento anexo.

Pede deferimento.

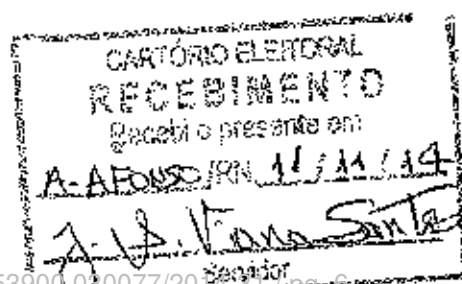
Senância/RN, 11 de novembro de 2014.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
55ª Zona Eleitoral
PROTOCOLO Nº:

36.892/2014
Data: 11/11/2014
Hora: 13 h 53 min

J. H. Lima Santa
(Assinatura da Servidora)

Fabio Jorge Lins Covalcontti



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 055ª ZONA
ELEITORAL DE ALMIRAO AFONSO /RN

JOSÉ EDSON SOARES portador do título eleitoral nº
008321511651 Zona 055 Seção 0035, vem, respeitosamente, à presença Vossa
Excelência requerer a minha desfiliação do Partido DEM,
documento anexo.

Pede deferimento.

Lucrécia, 11 de NOVEMBRO de 2014.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
55ª Zona Eleitoral

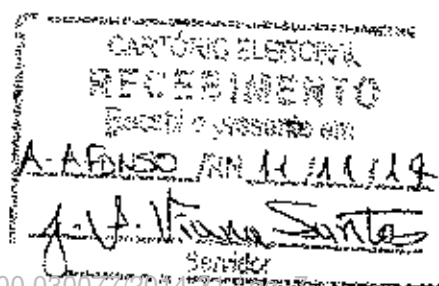
PROTOCOLO Nº:

36890/2014

Data: 11/11/14

hora: 13h51 min

J. V. Vianna Santos
(Assinatura do Servidor(a))



JOANA DIAS DA CUNHA NETA, portador do título eleitoral nº 011984941651 Zona 055 Seção 041, vem, respeitosamente, à presença Vossa Excelência requerer a minha desfiliação do Partido DEM, documento anexo.

Pede deferimento.

LUCRÉCIA/RN 11 de NOVEMBRO de 2014.

Joana Dias da Cunha Neta

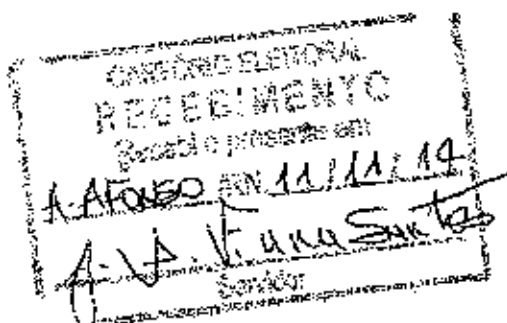
recebi

11

11

2014

Recebi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE
55ª Zona Eleitoral

PROTOCOLO Nº:

36889/2014

Data: 11/11/2014

13 h 49 min

LUCRECIA

RELACÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 26.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

| | |
|-----|--|
| 1 | - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12); |
| 2 | - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação; |
| 3 | - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; |
| 4 | - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual; |
| 5 | - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3; |
| 6 | - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas; |
| 7 | - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que é emissora: |
| 7.1 | não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural; |
| 7.2 | reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; |
| 7.3 | Cumpra a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal; |
| 8 | - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação; |
| 9 | - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora; |
| 10 | - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede; |
| 11 | - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme item 12.1.1; |
| 12 | - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência, ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme item 12.1.1 |

DH

Ao Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações

No estado de São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino – Vila Leopoldina

CEP: 05311-900 São Paulo – SP



Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia – ADECOL
Rua Julieta Dantas, 210 – Centro
59805-000 / Lucrécia – RN



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Processo nº: 53000.006656/2013-25

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 02 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ivagna Ferreira Mendes, Agente Administrativo**, em 02/12/2014, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0268047** e o código CRC **D9DD69A0**.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: VAGNER CAVALCANTE SOARES

Inscrição: 008332121660

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido UF Município Data de Filiação

1 DEM **RN** LUCRÉCIA 25/08/2011

Certidão emitida às 10:07:05 de 09/03/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **OG5X.JLPW.39RK.7PI1**



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **VAGNER CAVALCANTE SOARES (Título Eleitoral: 008332121660)** é **PRESIDENTE (exercício 20/12/2011 a 20/12/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - LUCRÉCIA/RN**
Vigência: **Início: 20/12/2011 Final: 20/12/2015**
Código: **BFXS.\$AGV./IEA.VL7C.**
Certidão emitida às: **09/03/2015 10:02:32**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: EDILMA SOARES DE PAIVA

Inscrição: 012970821643

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido UF Município Data de Filiação

1 DEM **RN** LUCRÉCIA 05/10/2011

Certidão emitida às 10:08:11 de 09/03/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **R5V9.5NQX.GZ+G.ECNH**

**Registro de Candidatura - Vereador (LUCRÉCIA / RN)**

Nome para urna eletrônica: EDILMA SOARES
Nome completo: EDILMA SOARES DE PAIVA
Data de nascimento: 07/04/1971
Nacionalidade: Brasileira nata
Grau de instrução: Superior completo
Endereço do site do candidato:

Número: 25555
Sexo: Feminino
Estado civil: Solteiro(a)
Naturalidade: LUCRÉCIA / RN
Ocupação: Comerciante

Partido: Democratas - DEM - (25)
Coligação: O FUTURO É AGORA
Composição da coligação: PT / PMDB / PSC / DEM
No. processo: 115-69.2012.6.20.0055

No. protocolo: 344552012**Situação do Registro**[\[Sobre a Situação do Registro\]](#)

APTO
(Deferido)

CNPJ de campanha: 15.995.492/0001-70

Limite de gastos: 20.000,00

Ver dados da(s) eleição (ões) de: 2008



Voltar



Gerar PDF

Dados fornecidos pelo candidato no processo de registro de candidaturas. Outras informações, entrar em contato com o cartório eleitoral do município.

Declaração de bens

Certidões criminais

Situação do processo

Prestação de contas

| Seq. | Descrição do bem | Tipo do bem | Valor do bem (R\$) |
|------|---|--|--------------------|
| 1 | MOTO HONDA NXR 150 BROS ES - COR PRETA - ANO 2009 - PLACA NNO2665 | Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel, moto, etc. | 7.000,00 |
| | | | Total: 7.000,00 |

1 bem(ns) encontrado(s).

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Intranet MiniCom - Minist... home Sites Sugeridos Intranet MiniCom Lexmark X792 Galeria do Web Slice

Página Segurança Ferramentas

Estatísticas TSE

eleições2012

Estatísticas e Resultados da Eleição - Resultado da Eleição

- Os quantitativos de votos nominais, de legenda, brancos, nulos e anulados estão sujeitos a alterações em virtude do processamento de retotalização.

Última Atualização 08/03/2015 - 19:14

☐ Parâmetros de pesquisa

UF **RN**

Município **LUCRÉCIA**

Eleição **ELEICAO ORDINARIA** Turno **1º Turno - 07/10/2012 - Eleição Municipal 2012**

Situação **Eleito/2º Turno** Cargo **Vereador** **Pesquisar**

☐ Resultado da eleição

[Exportar dados](#)

Última totalização: 07/10/2012 - 17:52:48

| UF | Município | Cargo | Nr | Candidato | Partido | Situação | Qt Votos Válidos | % Válidos |
|----|-----------|----------|--------|----------------------------------|---------|------------------|------------------|-----------|
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 40.777 | ROMULO SOARES VIEIRA LIBERATO | PSB | Eleito por QP | 342 | 11,411 |
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 40.000 | FRANCISCO PAULO DIAS | PSB | Eleito por QP | 291 | 9,710 |
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 40.123 | FRANCISCO JOSIMAR DE OLIVEIRA | PSB | Eleito por QP | 268 | 8,942 |
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 40.666 | MANOEL HELIO HOLANDA MAIA | PSB | Eleito por QP | 261 | 8,709 |
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 40.333 | EDIVAN MIGUEL DE QUEIROZ | PSB | Eleito por QP | 255 | 8,509 |
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 43.333 | JOILMA TEREZINHA DA COSTA ARAUJO | PV | Eleito por média | 233 | 7,774 |
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 25.666 | EDA TUANE CAVALCANTE SOARES | DEM | Eleito por QP | 343 | 11,445 |
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 20.000 | LINDALICE CARLOS DE PAIVA BRITO | PSC | Eleito por QP | 268 | 8,942 |
| RN | LUCRÉCIA | Vereador | 25.555 | EDILMA SOARES DE PAIVA | DEM | Eleito por QP | 169 | 5,639 |

[Exportar dados](#)

1 - 9

Repositório de dados eleitorais

PT 10:18 09/03/2015



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **EDILMA SOARES DE PAIVA (Título Eleitoral: 012970821643)** é **VICE-PRESIDENTE (exercício 20/12/2011 a 20/12/2015)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - LUCRÉCIA/RN**
Vigência: **Início: 20/12/2011 Final: 20/12/2015**
Código: **GSTW.C\$UG.YPGA.8M2E.**
Certidão emitida às: **09/03/2015 10:00:33**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 4732/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.006656/2013-25**

Processo de Outorga nº: 53780.000254/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Lucrécia/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, diante da documentação encaminhada em resposta ao Ofício nº 10175/2014/SEI-MC, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio e o esclarecimento dos itens dispostos abaixo:

I. A entidade deverá ainda apresentar o seguinte documento:

i) Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes dos itens 21.4.1 da Norma nº 01/2011, contendo a descrição da grade de programação veiculada pela emissora e a sua avaliação por parte dos membros do Conselho assinado por seus membros, considerando-se as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, já que o relatório encaminhado de 22/11/2013 está assinado por 2 diretores da entidade, um representando a própria entidade e outro representando a Câmara Municipal da localidade, contrariando ao disposto no item 21.4 da Norma nº 01/2011;

*21.4. A entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária deverá instituir um Conselho Comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, **tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria entidade executora do***

serviço, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem ainda indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto **no art. 11 da Lei 9612/98**, conforme se observa abaixo:

a) O Presidente da entidade, Vagner Cavalcante Soares, filiado ao partido DEM, qualifica-se como Membro Presidente do órgão partidário municipal, conforme certidões do TSE (Anexo 1 - NT 4732/2015);

b) A Segunda Secretária da entidade, Edilma Soares de Paiva, filiada ao partido DEM, eleita para o cargo de Vereadora nas eleições 2012 no município de Lucrécia/RN e qualifica-se como Membro Vice-Presidente do órgão partidário municipal, conforme certidões do TSE (Anexo 2 - NT 4732/2015).

II. Observa-se que, caso ocorra alteração na diretoria, torna-se necessário apresentar a Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, bem como o CPF e documento que comprove que os atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados. Não será aceita, a título de comprovação de nacionalidade, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;

"21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização."

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Engenheiro de Operações**, em 12/03/2015, às 17:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217130



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 13/03/2015, às 08:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0404055** e o código CRC **OCD96B40**.

Minutas e Anexos

Anexo 1 - NT 4732/2015 (0404044) - Certidões do Tribunal Superior Eleitoral - Vagner Cavalcante Soares

Anexo 2 - NT 4732/2015 (0404052) - Certidões do Tribunal Superior Eleitoral - Edilma Soares de Paiva



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 6978/2015/SEI-MC

São Paulo, 09 de março de 2015

Ao(À) Senhor(a)
VAGNER CAVALCANTE SOARES
Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia
Rua Julieta Dantas, 210 - Centro
59805-000 / Lucrécia - RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.006656/2013-25.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4732/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Engenheiro de Operações**, em 12/03/2015, às 17:02, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217130



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



0404907 e o código CRC **E30A21BC**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 6978/2015/SEI-MC

São Paulo, 09 de março de 2015.

Ao(A) Senhor(a)
VAGNER CAVALCANTE SOARES
Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia
Rua Julieta Dantas, 210 - Centro
59805-000 / Lucrécia - RN

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.006656/2013-25.

DI DESTINATAIRE

UF

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

20/03/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

20 MAR 2015

DR/RN

X Maria Regalia de Oliveira Almeida
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMRECAMINHO
SIGNATURE

Jose Augusto Torres de Araujo
Agente de Correios - Carteiro
Matrícula 8.628.157-7

X 0690713344

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

5240203-0

FC0463 / 16

114 x 100 mm



**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

JH 32647345 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
____/____/____

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

| TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON | | | | | |
|---|----------------|----------------|--|--|--|
| ____/____/____ | ____/____/____ | ____/____/____ | | | |
| : h | : h | : h | | | |

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA

FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-0600

CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITÉ

UF
BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

22/04/15

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

AOS TREZE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE, REUNIRANSE NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA – ADECOL, LOCALIZADA NA RUA JULIETA DANTAS, Nº 210, BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE LUCRÉCIA-RN, OS CINCO (5) MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO, PARA ANALISAR E COMENTAR SOBRE A PROGRAMAÇÃO VEICULADA PELA EMISSORA.

FOI POR UNANIMIDADE DO REFERIDO CONSELHO, QUE TODA PROGRAMAÇÃO FOI APROVADA DE ACORDO COM A LEI 9.612, DE 1998, BEM COMO DO ITEM 21.4.1, DA NORMA 01/2011. SEGUE EM ANEXO A GRADE DA PROGRAMAÇÃO.

LUCRÉCIA/RN, 13 DE ABRIL DE 2015.

Maria Rozália de Oliveira Galdêncio

MARIA ROZÁLIA DE OLIVEIRA GALDÊNCIO

CPF: 069.701.744-33

REPRESENTANTE PASTORAL DA CRIANÇA

Ana Flávia Xavier da Silva

ANA FLÁVIA XAVIER DA SILVA

CPF: 061.928.034-47

REPRESENTANTE IGREJA CATÓLICA

Hildegivânia Dias Maia

HILDEGIVÂNIA DIAS MAIA

CPF: 068.851.464-20

REPRESENTANTE GRUPO DE JOVENS SEMENTES DE FÉ

Ivaneide Lazaro da Silva

IVANEIDE LAZARO DA SILVA

CPF:028.704.144-12

REPRESENTANTE DA E.E. JOSEFINA XAVIER

Marilene Dias de Oliveira

MARILENE DIAS DE OLIVEIRA

CPF: 027.007.834-76

REPRESENTANTE IGREJA EVANGELICA

GRADE DE PROGRAMAÇÃO

RADIO ALTERNATIVA FM 104,9

| HORÁRIOS | SEGUNDA-FEIRA | TERÇA-FEIRA | QUARTA-FEIRA |
|-----------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 7:00H - 8:00H | VOZ DO EVANGELHO | BEM VIVER | BOM DIA AMIGO |
| 8:00H - 11:30H | CONEXÃO ALTERNATIVA | CONEXÃO ALTERNATIVA | CONEXÃO ALTERNATIVA |
| 11:30H - 12:00H | INFORMATIVO 104.9 | INFORMATIVO 104.9 | INFORMATIVO 104.9 |
| 12:00H - 14:00H | LUCRECIA AO SOM DA VIOLA | LUCRECIA AO SOM DA VIOLA | LUCRECIA AO SOM DA VIOLA |
| 14:00H - 17:00H | SHOW DA TARDE | SHOW DA TARDE | SHOW DA TARDE |
| 17:00H - 19:00H | TOCA TODO | TOCA TODO | TOCA TODO |
| 19:00H - 20:00H | VOZ DO BRASIL | VOZ DO BRASIL | VOZ DO BRASIL |

| HORÁRIOS | QUINTA-FEIRA | SEXTA-FEIRA |
|-----------------|--------------------------|--------------------------|
| 7:00H - 8:00H | PALAVRA DE PAZ | VOZ DO EVANGELHO |
| 8:00H - 11:30H | CONEXÃO ALTERNATIVA | CONEXÃO ALTERNATIVA |
| 11:30H - 12:00H | INFORMATIVO 104.9 | INFORMATIVO 104.9 |
| 12:00H - 14:00H | LUCRECIA AO SOM DA VIOLA | LUCRECIA AO SOM DA VIOLA |
| 14:00H - 17:00H | SHOW DA TARDE | SHOW DA TARDE |
| 17:00H - 19:00H | TOCA TODO | TOCA TODO |
| 19:00H - 20:00H | VOZ DO BRASIL | VOZ DO BRASIL |

| HORÁRIOS | SABADO | DOMINGO |
|-----------------|-------------------------|---------------------|
| 7:00H - 8:00H | BOM DIA AMIGO | PALAVRA DE PAZ |
| 8:00H - 11:30H | CONEXÃO ALTERNATIVA | CONEXÃO ALTERNATIVA |
| 11:30H - 12:00H | MOMENTO DE CIDADANIA | SOLA NA REDE |
| 12:00H - 14:00H | A HORA E A VEZ DO SREGA | MUSICAL |
| 14:00H - 17:00H | AS MELHORES DA SEMANA | GALERA MASSA |

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO D. COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA – ADECOL. Localizada à Rua Julieta Dantas, 210 – Centro – Lucrécia - RN. Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Março de 2015 (dois mil e quinze), às 16h 30m em sua sede própria reuniram-se os senhores e senhoras associados atendendo ao convite da Senhora Vagner Cavalcante Soares, Presidenta da Diretoria Executiva, a qual manifestou a decisão de renunciar o mandato, sendo a vacância preenchida pela vice presidenta a Senhora Joana Dias da Cunha Neta. Na mesma assembleia a Senhora Edilma Soares de Paiva 2ª Secretária e o Senhor José Edson Soares 2º Tesoureiro, também manifestaram a decisão de renunciarem os respectivos cargos, deixando ambos em vacâncias. Expostos os motivos que justificaram os pedidos de renúncias dos membros da Diretoria mencionados neste documento, a assembleia aprovou por aclamação. A nova diretoria foi composta da seguinte forma: Presidente: Joana Dias da Cunha Neta; 1ª Secretária: Ivaneide Dias de Queiroz Garcia; Tesoureiro: Fábio Jorge Dias Cavalcante; Concelho Fiscal: Presidente: Josefa Honorina de Oliveira, Membros: Algevânia Clemente de Queiroz e Marliete Paulo da Costa. Após a apresentação da Diretoria, não havendo mais nada a discutir, a Presidenta agradeceu aos presentes e pediu que eu Ivaneide Dias de Queiroz Garcia 1ª Secretária, lavrasse a presente ata que após lida e apreciada vai assinada por mim e demais presentes. Lucrécia – RN 29 de Março de 2015.

(A.A) Ivaneide Dias de Queiroz Garcia

(A.A) Algevânia Clemente de Queiroz

(A.A) José Edson Soares

(A.A) Edilma Soares de Paiva

(A.A) Fábio Jorge Dias Cavalcante

(A.A) Vagner Cavalcante Soares

(A.A) Joana Dias da Cunha Neta

(A.A) Antônio Edilson Soares

(A.A) Rosangela Maria Maia Soares

(A.A) Hildebrando Maia de Oliveira

(A.A) Maria Irenir Costa

(A.A) Marliete Paulo da Costa

(A.A) Antônio Costa de Oliveira

(A.A) Josefa Honorina de Oliveira



Nada Mais, era somente o que continua, que aqui bem fielmente transladei do seu próprio original pelo qual me reporto em meu poder e Cartório. O referido é verdade e dou fé.

Lucrécia/RN, 10 de Abril de 2015.
Lyvia de Freitas Suassuna
Lyvia de Freitas Suassuna
Oficiala Designada do Registro de Pessoas Jurídicas



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CARTÓRIO ÚNICO DE LUCRÉCIA

Av. Luis Solano, S/N - Centro - Lucrécia/RN. CEP: 59.805-000. Tel. 3396 - 0060
CGC/MF N.º 08.491.458/0001-00



REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

CERTIFICO que nesta data infra, foi apresentado para **ARQUIVAMENTO** a presente **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO D. COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL**. O qual foi devidamente prenotado no protocolo do Livro n.º A-3, deste Cartório Único de Lucrécia/RN.

CERTIFICO mais ainda que, o presente documento foi devidamente **ARQUIVADO** sob o n.º 105, às Fls. 79 à 80, no Livro n.º A-3 de Pessoas Jurídicas, deste Cartório Único de Lucrécia/RN.

O referido é verdade e dou fé.

Lucrécia/RN, 10 de Abril de 2015.

Lyvia de Freitas Suassuna
Lyvia de Freitas Suassuna
Oficial Designada do Registro de Pessoas Jurídicas



2º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Alexandre de Alencar, 1130 - Natal/RN
VARUZE OLÍMPIO FREIRE - TABELIA
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO.

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia
reprográfica é reprodução fiel do
original que me foi apresentado.

13 ABR. 2015

[Signature]
Karina Olimpio Freire Q. Brito - Substituto
Paulo Sérgio M. da Costa Filho - Substituto
Clóris Maria de Andrade - Esc. Autorizada
Maria Cleora Pereira Barbalho - Esc. Autorizada
Rafaela de Maciel Martins - Esc. Autorizada

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia
reprográfica é reprodução fiel do
original que me foi apresentado.

13 ABR. 2015

| | |
|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Karina Olimpio-Ferreira G. Brito - Substituta |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Paulo Sérgio M. da Costa Filho - Substituto |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Clóris Maria de Andrade - Esc. Autorizada |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Maria Cícera Pereira Barbalho - Esc. Autorizada |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Priscila de Mendonça Aragão - Esc. Autorizada |



82

Cta da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária de Lucrécia ADECOL. Localizada à rua Julieta Dantas, 210 - Centro - Lucrécia - RN. Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de 2015 (dois mil e quinze), às 16h30m em sua sede própria reuniram-se os senhores e senhoras associados atendendo ao convite da senhora Wagner Cavalcante Soares, presidenta da Diretoria Executiva, a qual manifestou a decisão de renunciar o mandato, sendo a vacância preenchida pela vice presidenta a senhora Joana Dias da Cunha Neta. Na mesma assembleia a senhora Edilma Soares de Paiva 2ª secretária e o senhor José Edison Soares 2º tesoureiro, também manifestaram a decisão de renunciarem os respectivos cargos, deixando ambos em vacâncias. Expostos os motivos que justificaram os pedidos de renúncias dos membros da diretoria mencionados neste documento, a assembleia aprovou por aclamação. A nova diretoria foi composta da seguinte forma: Presidente: Joana Dias da Cunha Neta; 1ª Secretária: Ivaneide Dias de Queiroz Garcia; Tesoureiro: Fábio Jorge Dias Cavalcante; Conselho Fiscal: Presidente: Josefa Honorina de Oliveira, membros: Algevania Clemente de Queiroz e Mariete Paulo da Costa. Após a apresentação da diretoria, não havendo mais nada a discutir, a presidenta agradeceu aos presentes e pediu que eu Ivaneide Dias de Queiroz Garcia 1ª secretária, lavasse a presente ata que após lida e apreciada vai assinada por mim e demais presentes. Lucrécia - RN 29 de março de 2015. Ivaneide Dias de Queiroz Garcia, Algevania Clemente de Queiroz, José Edison Soares, Edilma Soares de Paiva, Fábio Jorge Dias Cavalcante, Wagner C. Soares, Joana Dias da Cunha Neta, Mariete Paulo da Costa, Rosângela Maria Maia Soares, Hildegardo Maia de Oliveira, Joana Maria Costa - ex Mariete Paulo da Costa



Antônio Carlos de L. Lima, Josefa Xanorina &
Pêreira

05.491.458/0001-00
CARTÃO DE REGISTRO
P. 2 DE 10 PÁGINAS
ROLAND, S/N
Cidade de LUCRÉCIA - RN



AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia
reprográfica é reprodução fiel do
original que me foi apresentado.

13 ABR. 2015

7477

☒ Karina Olimpio Figueira O. Brito - Substituto
☒ Paulo Sérgio M. da Costa Filho - Substituto
☒ Clóris Maria de Andrade - Esc. Autorizada
☒ Maria Clotilde Pereira Barbalho - Esc. Autorizada
☒ Centro de Documentação Judicial - For. Autorizada

Ministério das Comunicações
Ministério das Comunicações

- Bloco 1 - Mezanino -

Paulo - SP



Associação de Desenvolvimento Comunitário de Leucécia
Rua Julieta Santos, 210 - Centro
CEP: 59805-000 - Leucécia - RN

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2027-6000

Memorando nº 1651/2015/SEI-MC

São Paulo, 20 de maio de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

| <u>Entidade</u> <u>Localidade</u> | <u>CNPJ</u> |
|--|--------------------|
| 01. Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio Afrânio/PE | 02.830.824/0001-14 |
| 02. Associação de Comunicação Comunitária Taquarense Taquara/RS | 02.212.614/0001-62 |
| 03. Associação Comunitária do Bairro São José Carpina/PE | 01.766.842/0001-11 |
| 04. Associação Cultural de Triunfo Triunfo/PE | 02.906.262/0001-45 |
| 05. Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga Nuporanga | 02.770.910/0001-89 |
| 06. Associação Palmares de Radiodifusão Palmares/PE | 02.778.747/0001-09 |
| 07. Associação Assistencial Cultural Irmã Eliza Coronel Ezequiel/RN | 02.483.441/0001-17 |
| 08. Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro Cacimba de Dentro/PB | 02.698.351/0001-43 |
| 09. Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL Lucrécia/RN | 07.030.730/0001-21 |
| 10. Associação de Radio Comunitária de Pocinhos 02.716.753/0001-23 Pocinhos/PB | |

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 20/05/2015, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0516453** e o código CRC **2D76E49A**.


[Menu Principal](#)

Sistemas Interativos

 SRD » » Consultas » » Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: RN
Município: Lucrécia
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL
Nome Fantasia: RÁDIO ALTERNATIVA
Logradouro: RUA JULIETA DANTAS
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 70.030.739/0001-21
Bairro: CENTRO
Número: 210
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 70030739000121

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 59805000
Número: 210
Município: Lucrécia
Telefone: 00 0000000000
Logradouro: RUA JULIETA DANTAS
Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: RN
Distrito:
SubDistrito:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 59805000
Número: 210
Município: Lucrécia
Logradouro: RUA JULIETA DANTAS
Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: RN
Distrito:
SubDistrito:

Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 18/11/2002
Data Limite Instalação: 05/03/2020
Número do Processo: 537800002541998
Fistel: 50011440783
Caixa: **Sequência:**

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

| Nº Ato | Tipo do documento | Órgão | Data Ato | Data DOU | Razão | Natureza |
|--------|---------------------|-------|------------|------------|---|----------|
| 743 | Portaria | MC | 12/12/2000 | 26/12/2000 | Autoriza Executar Serviço | Jur. |
| 22703 | ATO | SCM | 06/02/2002 | 14/02/2002 | Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM | Téc. |
| 282 | Decreto Legislativo | CN | 14/11/2002 | 18/11/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jur. |

| | | | | | | |
|-------|-----|-------|--------------|------------|--|------|
| 54839 | ATO | CMPRL | 16/12/2005 1 | 19/12/2005 | Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM | Téc. |
|-------|-----|-------|--------------|------------|--|------|

▣ Característica da Estação Instalada

▣ Dados do Licenciamento

| | |
|--|--|
|  Tela Inicial |  Imprimir |
|--|--|

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.043064/2015-11**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL**

Em atenção ao Memorando nº 1651/2015/SEI-MC, informamos que, após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia, Estado de Rio Grande do Norte.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 28/09/2015, às 14:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0679041** e o código CRC **CAF60359**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 10511/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.006656/2013-25**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Lucrécia/RN**, por meio da Portaria nº **743**, publicada no DOU de 26/12/2000, e Decreto Legislativo nº **282**, publicado no DOU de 18/11/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 18/11/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 13/02/2013 (páginas 02 e 04 do evento SEI 0066831), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011 (então vigente), aprovada pela Portaria nº 462/2011 (então vigente). O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

| |
|--|
| REQUERENTE |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL |

| |
|--|
| QUADRO DIRETIVO |
| <p>Joana Dias da Cunha Neta - Presidente</p> <p>Ivaneide Dias de Queiroz Garcia - 1ª Secretária</p> <p>Fabio Jorge Dias Cavalcante - 1º Tesoureiro</p> <p>Observação: Vice-Presidente, 2º Secretário e 2º Tesoureiro - Cargos vagos, já que a Vice-Presidente assumiu o cargo de Presidente e os diretores dos cargos de 2º Secretário e 2º Tesoureiro renunciaram, conforme Ata, datada de 29/03/2015 - páginas 04 e 05 do evento SEI (0471497) do documento 53900.019699/2015-99</p> |

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

| ITEM | | ANÁLISE |
|------|---|---|
| 1. | Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011 e da Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015. | Ok, páginas 83 a 88 do evento SEI (0066831) |
| | | Ok, páginas 83 a 88 do evento SEI (0066831) |

| | | |
|----|---|---|
| 2. | Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. | Páginas 04 a 07 do evento SEI (0471497) do documento 53900.019699/2015-99 |
| 3. | Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes. | Ok, páginas 91, 93 e 98 do evento SEI (0066831) |
| 4. | Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | Ok, página 54 do evento SEI (0066831) |
| 5. | Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel. | Ok, página 102 do evento SEI (0066831) |
| 6. | Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual. | Ok, página 105 do evento SEI (0066831) |

| | | |
|----|--|---|
| | | |
| 7. | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011 (então vigente), versando sobre a programação veiculada pela emissora. | Ok, páginas 01 a 03 do evento SEI (0471497) do documento 53900.019699/2015-99 |

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0679041 processo anexado 53900.043064/2015-11.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 30/09/2015, às 16:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 30/09/2015, às 16:47, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 04/11/2015, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga**, **Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 15/12/2015, às 14:00, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins**, **Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 30/12/2015, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0513424** e o código CRC **F132BCF5**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.006656/2013-25**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia / RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006656/2013-25 e nº 53780.000254/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lucrécia/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

| | DOCUMENTOS | | SIM | NÃO | Fls. / nº do doc. |
|------|--|------------------------------|-----|-----|----------------------------|
| | | | | | |
| 1 | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. | | | | |
| 1.1. | | O requerimento é tempestivo? | | | |

| | | | | |
|-----|---|--|--|--|
| 2 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | | | |
| 3 | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel. | | | |
| 4 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual. | | | |
| 5 | Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998. | | | |
| 6 | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. | | | |
| 7 | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes. | | | |
| 8 | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora. | | | |
| 9 | Relatório de apuração de infrações. | | | |
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização? | | | |
| 9.2 | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica. | | | |

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.006656/2013-25

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0743155), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

| | DOCUMENTOS | SIM | NÃO | PÁGINA E EVENTO SEI |
|-----|---|-----|-----|--|
| 1 | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. | X | | Página 04 do evento SEI (0066831) |
| 1.1 | O requerimento é tempestivo? | X | | |
| 2 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | X | | Ok, página 54 do evento SEI (0066831) |
| 3 | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel. | X | | Ok, página 102 do evento SEI (0066831) |
| 4 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual. | X | | Ok, página 105 do evento SEI (0066831) |
| 5 | Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998. | X | | Ok, páginas 83 a 88 do evento SEI (0066831) |
| 6 | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas | X | | Ok, páginas 83 a 88 do evento SEI (0066831) Páginas 04 a 07 do evento SEI (0471497) do documento 53900.019699/2015-99 |
| 7 | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes. | X | | Ok, páginas 91, 93 e 98 do evento SEI (0066831) |
| 8 | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora. | X | | Ok, páginas 01 a 03 do evento SEI (0471497) do documento 53900.019699/2015-99 |

| | | | |
|-----|--|---|--|
| 9 | Relatório de apuração de infrações | X | Evento SEI (0679041) processo anexado 53900.043064/2015-11 |
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização? | X | |
| 9.2 | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica. | X | |



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0743169** e o código CRC **18E086F7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 79/2016/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006656/2013-25 e nº 53780.000254/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lucrécia/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912400** e o código CRC **63E6651A**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006656/2013-25, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia / RN.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912414** e o código CRC **D132711B**.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 73, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071344/2013-92 e nº 53730.000075/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E COMUNITÁRIA DE ESPERANÇA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Esperança/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 74, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025272/2013-10 e nº 53710.001503/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE ARAÚJOS - ACCA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Araújos / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 75, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055726/2012-98 e nº 53103.000671/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Venturosa/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 76, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059286/2011-67 e nº 53740.000891/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE IBIPORÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibiaporá / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 77, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.039925/2013-30 e nº 53830.001538/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IGARAPAVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Igarapava/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 78, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014554/2013-83 e nº 53800.000066/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jarú/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 79, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006656/2013-25 e nº 53780.000254/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lucrécia/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 80, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057905/2011-89 e nº 53710.000976/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23/02/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE ARCOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Arcos/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 81, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040771/2013-29 e nº 53830.001788/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pereiras/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 82, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058083/2011-53 e nº 53780.000126/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL CULTURAL IRMÃ ELÍZA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Coronel Ezequiel/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 83, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.003928/2014-16 e nº 53710.000999/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada ao SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Conselheiro Pena/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 84, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.017052/2013-12 e nº 53103.000890/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PALMARES DE RÁDIO DIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Palmares/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 85, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.049700/2013-91 e nº 53690.000805/1998, resolve:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.006656/2013-25**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrecia - ADECOL**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 79, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 12/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Lucrecia/RN**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.006656/2013-25**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976115** e o código CRC **AE70CFA8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: 53000.006656/2013-25

Entidade: Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 79, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 12/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Lucrécia/RN**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.006656/2013-25**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0976115** e o código CRC **AE70CFA8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Recebi

Em.

18/03/16

[Assinatura]
Nome Legível

Brasília, 4 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006656/2013-25, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia / RN.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência

da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

| DOCUMENTOS | | SI M | NÃ O | Fls. / nº do doc. |
|------------|---|---------|---------|-------------------------|
| 1 | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. | | | |
| 1.1. | O requerimento é tempestivo? | | | |
| 2 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | | | |
| 3 | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel. | | | |
| 4 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual. | | | |
| 5 | Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998. | | | |
| 6 | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. | | | |
| 7 | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes. | | | |
| 8 | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora. | | | |

9 Relatório de apuração de infrações.

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

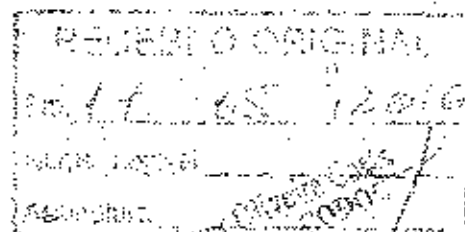
Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242/6225

Ofício nº 16135/2016/SEI-MC

Ao Senhor,

JOÃO PAULO BACHUR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da
Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de
3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo,
os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

✓ EM nº 247/2016 MC
- 53000.006751/2002

✓ EM nº 250/2016 MC
- 53000.019002/2013

✓ EM nº 251/2016 MC
- 53000.054055/2013

✓ EM nº 252/2016 MC
- 53000.030353/2009

✓ EM nº 253/2016 MC

- 53000.053977/2012

EM nº 254/2016 MC

- 53000.013444/2010

EM nº 255/2016 MC

- 53000.014137/2010

EM nº 256/2016 MC

- 53000.007049/2014

EM nº 257/2016 MC

- 53000.022913/2013

EM nº 258/2016 MC

- 53000.075017/2013

EM nº 262/2016 MC

- 53000.028353/2009

EM nº 263/2016 MC

- 53000.022892/2010

EM nº 264/2016 MC

- 53000.005810/2014

EM nº 265/2016 MC

- 53000.072966/2013

EM nº 266/2016 MC

- 53000.057718/2012

EM nº 267/2016 MC

- 53000.036682/2009

EM nº 268/2016 MC

- 53000.023966/2010

EM nº 269/2016 MC

- 53000.014142/2010

EM nº 270/2016 MC

- 53000.016097/2012

EM nº 273/2016 MC

- 53000.007104/2013

EM nº 274/2016 MC

- 53000.006656/2013

EM nº 277/2016 MC

- 53000.019020/2014

EM nº 278/2016 MC

- 53000.003928/2014

EM nº 279/2016 MC

- 53000.009899/2013

EM nº 280/2016 MC

- 53000.007039/2013

✓ EM nº 281/2016 MC
- 53000.070516/2013

✓ EM nº 282/2016 MC
- 53000.071797/2013

✓ EM nº 283/2016 MC
- 53000.007045/2013

✓ EM nº 284/2016 MC
- 53000.061548/2013

✓ EM nº 285/2016 MC
- 53000.015608/2013

✓ EM nº 286/2016 MC
- 53000.007049/2013

✓ EM nº 287/2016 MC
- 53000.021788/2012

✓ EM nº 288/2016 MC
- 53000.057858/2013

✓ EM nº 289/2016 MC
- 53000.015823/2013

✓ EM nº 290/2016 MC
- 53000.054438/2013

✓ EM nº 291/2016 MC
- 53000.059286/2011

✓ EM nº 292/2016 MC
- 53000.003434/2014

✓ EM nº 293/2016 MC
- 53000.014914/2013

✓ EM nº 294/2016 MC
- 53000.059291/2011

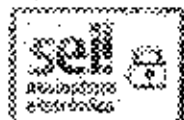
✓ EM nº 295/2016 MC
- 53000.060438/2013

✓ EM nº 296/2016 MC
- 53900.034453/2015

✓ EM nº 297/2016 MC
- 53000.042938/2009

Atenciosamente,

BRUNO LINS
Coordenador-Geral, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Alves Cruz Luna Lins**,
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete, Substituto, em 10/05/2016, às 15:39,
conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **1124883** e o código CRC **9605049F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17517/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

VAGNER CAVALCANTE SOARES

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia

Rua Julieta Dantas, 210 - Centro

59805-000 / Lucrécia - RN

CNPJ nº 70.030.739/0001-21

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.006656/2013-25.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia, sediada em **Lucrécia - RN**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **18 de novembro de 2012**, conforme Portaria nº 79, de 01/02/2016, publicada no DOU de 12/02/2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1136555** e o código CRC **EA7A0B6B**.

Ofício nº 17517/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.006656/2013-25

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SCE/CGRC

Of. nº 17517/2016/SEI-MC, 18/05/2016.

53000.006656/2013-25

VAGNER CAVALCANTE SOARES

ASSC. DE DESENVOLV. COMUNIT. DE LUCRECIA

RUA JULIETA DANTAS 210 - CENTRO

59805 -000

LUCRECIA - RN

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

* Maria Rozalia de Oliveira Galdeacio

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

MARIA ROZALIA DE OLIVEIRA GALDEACIO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

060091-3344

RUBRICA E MAT. DO EXPEDIENTE
SIGNATURE DE VAGNER SOARES DE ARAUJO
José Augusto Soares de Araújo
Agente de Cartões - Carteiro
Matrícula 8.628.157-7DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

06/06/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

06 JUN 2016

DRRN

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 39168249 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

| | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|---|---|---|
| <div></div> <div></div> <div></div> | <div></div> <div></div> <div></div> | <div></div> <div></div> <div></div> | | | |
| : | h | : | h | : | h |

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Service Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Autarquia de Serviços de Comunicação Eletrônica
Espaço dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-01

CIDADE 70344-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.006656/2013-25

Referência: Ofício nº 16135/2016/SEI-MC, de 10 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 16135/2016/SEI-MC, de 10 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 16 de maio de 2016.



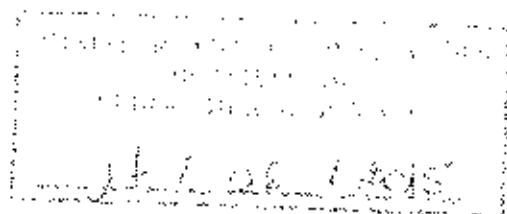
Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 16/05/2016, às 14:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1136736** e o código CRC **3BA12692**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

Atenciosamente,


ANDRÉ BUCAR

Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|----|---|-----------------------|----|--------------|------------------|------------------------|-----|------|---|
| 1 | Associação Cultural da Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). | Santa Tereza do Oeste | PR | 2011 | Outorga | Rádio FM Educativa | 169 | 2015 | Associação Cultural da Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). EM nº 169/2016 MC - 53000.052845/2011 |
| 2 | J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravataí (PE) | Gravataí | PE | 2008 | Renovação | Rádio FM | 171 | 2016 | J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravataí (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008 |
| 3 | Universidade Federal do Pará - UFFA - Marabá (PA). | Marabá | PA | 2011 | Outorga | Rádio FM Educativa | 172 | 2016 | Universidade Federal do Pará - UFFA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011 |
| 4 | UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS). | Dourados | MS | 2011 | Outorga | Rádio FM Educativa | 173 | 2016 | UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS). EM nº 173/2016 MC - 53000.057405/2011 |
| 5 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE). | Juazeiro do Norte | CE | 2011 | Outorga | Rádio FM Educativa | 174 | 2016 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE). EM nº 174/2016 MC - 53000.058755/2011 |
| 6 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO). | Anápolis | GO | 2011 | Outorga | Rádio FM Educativa | 175 | 2016 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO). EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011 |
| 7 | Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG). | Matias Cardoso | MG | 2001 | Outorga | Rádio FM | 176 | 2016 | Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG). EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001 |
| 8 | Comunicação Vale FM Ltda. - Montevânia (MG). | Montevânia | MG | 2001 | Outorga | Rádio FM | 177 | 2016 | Comunicação Vale FM Ltda. - Montevânia (MG). EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001 |
| 9 | Associação Comunitária Matienso de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG). | Matias Barbosa | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 178 | 2016 | Associação Comunitária Matienso de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG). EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013 |
| 10 | Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO). | Goiás | GO | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 179 | 2016 | Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO). EM nº 179/2016 MC - 53000.074980/2013 |
| 11 | Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG). | Lagoa Formosa | MG | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 181 | 2016 | Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG). EM nº 181/2016 MC - 53000.056209/2011 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|----|--|-----------------------|----|--------------|---------------------------|------------------------|-----|------|---|
| 12 | Associação Cultural de Brotas – Mirafina (CE). | Mirafina | CE | 2011 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 182 | 2016 | Associação Cultural de Brotas – Mirafina (CE) EM nº 182/2016 MC - 53000.077302/2011 |
| 13 | Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS). | Faxinal do Soturno | RS | 2013 | Renovação | Rádio FM | 183 | 2016 | Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS) EM nº 183/2016 MC - 53000.077343/2013 |
| 14 | Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS) | Dourados | MS | 2011 | Outorga | Rádio e TV | 184 | 2016 | Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS) EM nº 184/2016 MC - 53000.053405/2011 |
| 15 | Associação Cultural do Município de Indiará - Indiará (GO) | Indiará | GO | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 186 | 2016 | Associação Cultural do Município de Indiará - Indiará (GO) EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2014 |
| 16 | Associação Beneficente e Cultural Comunitária Pingo da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA). | Antônio Gonçalves | BA | 1998 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 187 | 2016 | Associação Beneficente e Cultural Comunitária Pingo da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA) EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998 |
| 17 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS). | Santana do Livramento | RS | 2012 | Outorga | Rádio FM Educativa | 188 | 2016 | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS) EM nº 188/2016 MC - 53000.004850/2012 |
| 18 | Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO). | Catalão | GO | 2010 | Alteração contrato social | Rádio e TV | 189 | 2016 | Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO) EM nº 189/2016 MC - 53000.025725/2010 |
| 19 | Fundação Champagnat – Curitiba (PR) | Curitiba | PR | 2015 | Renovação | Rádio FM Educativa | 190 | 2016 | Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007381/2015 |
| 20 | RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luis (MA) | São Luis | MA | 2005 | Alteração contrato social | Rádio e TV | 191 | 2016 | RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luis (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005 |
| 21 | Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP). | Hortolândia | SP | 2012 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 192 | 2016 | Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia - Hortolândia (SP) EM nº 192/2016 MC - 53000.003804/2012 |
| 22 | REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC). | Rio Branco | AC | 2014 | Renovação | Rádio FM | 193 | 2016 | REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC) EM nº 193/2016 MC - 53000.003934/2014 |
| 23 | Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM). | Barcelos | AM | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 194 | 2016 | Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM) EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013 |
| 24 | Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina - Palestina (SP). | Palestina | SP | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 195 | 2016 | Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina - Palestina (SP) EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011 |
| 25 | Associação Comunitária Monte Sinai – Itaboraí (RJ). | Itaboraí | RJ | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 196 | 2016 | Associação Comunitária Monte Sinai – Itaboraí (RJ) EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|----|--|------------------------|----|--------------|------------------|------------------------|-----|------|--|
| 26 | Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP). | Porangaba | SP | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 197 | 2015 | Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP). FM nº 197/2015 MC - 53000.067258/2013 |
| 27 | Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC). | Itajaí | SC | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 198 | 2016 | Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC). EM nº 198/2016 SAC - 53000.019194/2014 |
| 28 | Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). | Carmo do Paranaíba | MG | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 199 | 2015 | Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM nº 199/2015 MC - 53000.056208/2011 |
| 29 | Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO). | Abadiânia | GO | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 200 | 2015 | Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO). EM nº 200/2015 MC - 53000.031941/2012 |
| 30 | ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM). | Autazes | AM | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 201 | 2015 | ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM). EM nº 201/2015 MC - 53000.056079/2011 |
| 31 | Associação Cultural Ebenézer – Santa Helena de Goiás (GO). | Santa Helena de Goiás | GO | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 202 | 2015 | Associação Cultural Ebenézer – Santa Helena de Goiás (GO). EM nº 202/2015 MC - 53000.059476/2011 |
| 32 | ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITARIA ARAGUARI – Ferreira Gomes (AP). | Ferreira Gomes | AP | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 203 | 2015 | ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITARIA ARAGUARI – Ferreira Gomes (AP). EM nº 203/2015 MC - 53000.005809/2012 |
| 33 | Rádio Comunitária Cruz das Armas – João Pessoa (PB) | João Pessoa | PB | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 204 | 2016 | Rádio Comunitária Cruz das Armas FM EM nº 204/2016 MC - 53000.048665/2012 |
| 34 | Associação de Moradores de Lagoão do Tabocal - Lagoão do Tabocal (BA) | Lagoão do Tabocal | BA | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 205 | 2015 | Associação de Moradores de Lagoão do Tabocal - Lagoão do Tabocal (BA). EM nº 205/2015 MC - 53000.038271/2013 |
| 35 | Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). | Rio Maria | PA | 2015 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 206 | 2015 | Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). EM nº 206/2015 MC - 53000.029909/2015 |
| 36 | Rádio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). | Viamão | RS | 2013 | Renovação | Rádio FM | 207 | 2015 | Rádio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). EM nº 207/2015 MC - 53000.025205/2013 |
| 37 | Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR). | Paranaguá | PR | 2011 | Outorga | Rádio e TV | 208 | 2016 | Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR). FM nº 208/2016 MC - 53000.061812/2011 |
| 38 | SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). | Aparecida de Goiânia | GO | 2008 | Renovação | Rádio OM | 209 | 2015 | SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM nº 209/2015 MC - 53000.029016/2008 |
| 39 | Associação dos Moradores de Aracruz - Luis Eduardo Magalhães (BA). | Luis Eduardo Magalhães | BA | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 210 | 2015 | Associação dos Moradores de Aracruz - Luis Eduardo Magalhães (BA). EM nº 210/2015 MC - 53000.056672/2011 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|----|---|-----------------------|----|-----------------|---------------------|---------------------------|-----|------|---|
| 40 | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPANADA DE PACAEMBU (AMSBF) – Pacaembu (SP). | Pacaembu | SP | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 211 | 2016 | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPANADA DE PACAEMBU (AMSBF) – Pacaembu (SP). EM nº 211/2016 MC - 53000.051845/2012 |
| 41 | Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO). | Palmeirópolis | TO | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 212 | 2016 | Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis – Palmeirópolis (TO). EM nº 212/2016 MC - 53000.058098/2011 |
| 42 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA) | Vargem Grande | MA | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 213 | 2016 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM nº 213/2016 MC - 53000.062221/2012 |
| 43 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA). | Botuporã | BA | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 214 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ – Botuporã (BA). EM nº 214/2016 MC - 53000.062165/2014 |
| 44 | ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA). | Macajuba | BA | 2015 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 215 | 2016 | ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO – Macajuba (BA). EM nº 215/2016 MC - 53000.016191/2015 |
| 45 | Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR). | Jataizinho | PR | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 216 | 2016 | Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR). EM nº 216/2016 MC - 53000.057354/2011 |
| 46 | Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetibá - Santa Maria de Jetibá (ES). | Santa Maria de Jetibá | ES | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 217 | 2016 | Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetibá - Santa Maria de Jetibá (ES). EM nº 217/2016 MC - 53000.030397/2012 |
| 47 | Associação Beneficente Renascer Aquidauanaense - Aquidauana/MS. | Aquidauana | MS | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 218 | 2016 | Associação Beneficente Renascer Aquidauanaense - Aquidauana/MS. EM nº 218/2016 MC - 53000.034631/2012 |
| 48 | Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE. | Camocim | CE | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 219 | 2016 | Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE. EM nº 219/2016 MC - 53000.053921/2012 |
| 49 | ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC. | Lebon Régis | SC | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 220 | 2016 | ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC. EM nº 220/2016 MC - 53000.018092/2014 |
| 50 | Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN | Apodi | RN | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 221 | 2016 | Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN. EM nº 221/2016 MC - 53000.056632/2011 |
| 51 | Associação Pro desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS. | Vera Cruz | RS | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 222 | 2016 | Associação Pro desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS. EM nº 222/2016 MC - 53000.027685/2013 |
| 52 | Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP. | Pereiras | SP | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 223 | 2016 | Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP. EM nº 223/2016 MC - 53000.046771/2013 |
| 53 | Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO | Cabixi | RO | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 224 | 2016 | Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO. EM nº 224/2016 MC - 53000.022289/2013 |
| 54 | ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT. | Vila Rica | MT | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 225 | 2016 | ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT. EM nº 225/2016 MC - 53000.016766/2013 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|----|---|------------------|----|--------------|------------------|------------------------|-----|------|--|
| 55 | ASMP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente da Paula - São Gotardo / MG | São Gotardo | MG | 2015 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 225 | 2016 | ASVP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente da Paula - São Gotardo / MG. EM n° 226/2016 MC - 53000.040711/2013 |
| 56 | Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Morais - São João Del Rei / MG | São João Del Rei | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 227 | 2016 | Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Morais - São João Del Rei / MG. EM n° 227/2016 MC - 53000.047754/2013 |
| 57 | Rancho Verde Viva - RVV - Salgueiro/PE. | Salgueiro | PE | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 228 | 2016 | Rancho Verde Viva - RVV - Salgueiro/PE. EM n° 228/2016 MC - 53000.024854/2013 |
| 58 | Associação Comunitária Moriah (Moriah FM) - Jales/SP. | Jales | SP | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 229 | 2016 | Associação Comunitária Moriah (Moriah FM) - Jales/SP. EM n° 229/2016 MC - 53000.051661/2012 |
| 59 | Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP | Igarapava | SP | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 230 | 2016 | Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM n° 230/2016 MC - 53000.039525/2013 |
| 60 | Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Góia - Glória do Góia/PE. | Glória do Góia | PE | 2010 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 231 | 2016 | Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Góia - Glória do Góia/PE. EM n° 231/2016 MC - 53000.046267/2013 |
| 61 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. | Belo Jardim | PE | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 232 | 2016 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM n° 232/2016 MC - 53000.056210/2011 |
| 62 | Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão Itanhandu/MG | Itanhandu | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 233 | 2016 | Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM n° 233/2016 MC - 53000.056841/2013 |
| 63 | Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG | Machado | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 234 | 2016 | Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. EM n° 234/2016 MC - 53000.041602/2013 |
| 64 | Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. | Getulina | SP | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 235 | 2016 | Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM n° 235/2016 MC - 53000.021870/2013 |
| 65 | RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE. | Venturosa | PE | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 236 | 2016 | RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE. EM n° 236/2016 MC - 53000.055726/2012 |
| 66 | SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. | Patu | RN | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 237 | 2016 | SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM n° 237/2016 MC - 53000.049742/2012 |
| 67 | Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG | Araújo | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 238 | 2016 | Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA - Araújo / MG - EM n° 238/2016 MC - 53000.025277/2013 |
| 68 | Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro Barro Duro (PI). | Barro Duro | PI | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 239 | 2016 | Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM n° 239/2016 MC - 53000.05523/2011 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|----|---|-----------------------|----|--------------|------------------|------------------------|-----|------|---|
| 69 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE. | Carpina | PE | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 242 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM nº 240/2016 MC - 53000.044338/2012 |
| 70 | Rádio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS. | Santana do Livramento | RS | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 243 | 2016 | Rádio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS EM nº 241/2016 MC - 53000.045886/2013 |
| 71 | Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN. | Apodi | RN | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 242 | 2016 | Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM nº 242/2016 MC - 53000.035879/2012 |
| 72 | ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE. | Itaíçaba | CE | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 243 | 2016 | ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaíçaba/CE.EM nº 243/2016 MC - 53000.027786/2013 |
| 73 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJPA - Ji-Paraná/RO. | Ji-Paraná | RO | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 244 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJPA - Ji-Paraná/RO.EM nº 244/2016 MC - 53000.013860/2014 |
| 74 | Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG | Coromandel | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 245 | 2016 | Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM nº 245/2016 MC - 53000.047332/2013 |
| 75 | Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB. | Boqueirão | PB | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 246 | 2016 | Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM nº 246/2016 MC - 53000.041226/2011 |
| 76 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA/SC | Criciúma | SC | 2011 | Outorga | Rádio FM Educacional | 248 | 2016 | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA/SC - FM nº 248/2016 MC - 53000.059022/2011 |
| 77 | ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. | Milhã | CE | 2010 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 249 | 2016 | ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM nº 249/2016 MC - 53000.065119/2010 |
| 78 | Rádio Jornal da Hoje Ltda. - Macaé (RJ). | Macaé | RJ | 2007 | Renovação | Rádio FM | 250 | 2016 | Rádio Jornal da Hoje Ltda. - Macaé (RJ). - FM nº 180/2016 MC - 53000.041498/2007 |
| 80 | Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). | Engenheiro Coelho | SP | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 305 | 2016 | Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM nº 305/2016 MC - 53000.058874/2013 |
| 81 | Beneficência Básica Integrada (BBI) - Sanharó (PE). | Sanharó | PE | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 306 | 2016 | Beneficência Básica Integrada (BBI) - Sanharó (PE). - EM nº 306/2016 MC - 53000.057907/2011 |
| 82 | Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). | Patrocínio | MG | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 307 | 2016 | Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - FM nº 307/2016 MC - 53.000.007674/2014 |
| 83 | Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). | Manoel Viana | RS | 2015 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 308 | 2016 | Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM nº 308/2016 MC - 53000.065762/2015 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|----|---|------------------------|----|--------------|------------------|------------------------|-----|------|---|
| 84 | Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP). | Campinas | SP | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 309 | 2016 | Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009519/2014 |
| 85 | ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jarú (RO). | Jarú | RO | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 310 | 2016 | ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jarú (RO). - FM nº 310/2016 MC - 53000.014534/2013 |
| 86 | Associação Luverdansa de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). | Lucas do Rio Verde | MT | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 311 | 2016 | Associação Luverdansa de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013 |
| 87 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSAISL - Lagamar (MG). | Lagamar | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 313 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSAISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013 |
| 88 | Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG). | Diamantina | MG | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 313 | 2016 | Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058024/2011 |
| 89 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MOURADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). | Vitória de Santo Antão | PE | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 314 | 2016 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MOURADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011 |
| 90 | Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS). | São Pedro do Sul | RS | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 315 | 2016 | Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013 |
| 91 | Associação Novabarense de Comunicação e Radiodifusão (ANOCRA) - São José da Barra (MG). | São José da Barra | MG | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 317 | 2016 | Associação Novabarense de Comunicação e Radiodifusão (ANOCRA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013 |
| 92 | Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). | Tabira | PE | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 318 | 2016 | Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - FM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013 |
| 93 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuiuna (MG). | Ipuiuna | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 319 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPUIUNA - Ipuiuna (MG). - FM nº 319/2016 MC - 53000.063835/2013 |
| 94 | ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipauçu (SP). | Ipauçu | SP | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 320 | 2016 | ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipauçu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013 |
| 95 | Associação Cultural e Comunitária de Itatiaçu - Itatiaçu (MG). | Itatiaçu | MG | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 321 | 2016 | Associação Cultural e Comunitária de Itatiaçu - Itatiaçu (MG). - FM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013 |
| 96 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Xerópolis (GO). | Xerópolis | GO | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 322 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Xerópolis (GO). - FM nº 322/2016 MC - 53000.055900/2013 |
| 98 | FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). | Pará de Minas | MG | 2002 | Outorga | Rádio FM | 347 | 2016 | FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.004757/2002 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|-----|---|------------------------|----|--------------|------------------|------------------------|-----|------|---|
| 99 | Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). | Aramari | BA | 2013 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 250 | 2016 | Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013 |
| 100 | Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA) | Ibiassucê | BA | 2013 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 251 | 2016 | Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013 |
| 101 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). | Ibirapitanga | BA | 2009 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 252 | 2016 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009 |
| 102 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). | Campestre de Goiás | GO | 2012 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 253 | 2016 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053577/2012 |
| 103 | Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). | Campo Magro | PR | 2010 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 254 | 2016 | Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010 |
| 104 | Associação Tucui de Arte Cultural e Comunicação - Marituba (PA). | Marituba | PA | 2010 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 255 | 2016 | Associação Tucui de Arte Cultural e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014134/2010 |
| 105 | Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). | Prainha | PA | 2014 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 256 | 2016 | Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014 |
| 106 | Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). | Manoel Emídio | PI | 2012 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 257 | 2016 | Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013 |
| 107 | Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). | Itabirinha | MG | 2013 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 258 | 2016 | Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013 |
| 108 | Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ - João Pessoa (PB). | João Pessoa | PB | 2009 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 262 | 2016 | Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.026353/2009 |
| 109 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ACOBRADE) - Contagem (MG) | Contagem | MG | 2010 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 263 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ACOBRADE) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022837/2010 |
| 110 | Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião do Utinga - Wagner (BA). | Wagner | BA | 2014 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 264 | 2016 | Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião do Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014 |
| 111 | Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPA) - São João do Paraíso (MG) | São João do Paraíso | MG | 2013 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 265 | 2016 | Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPA) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072266/2013 |
| 112 | Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). | São Sebastião do Passé | BA | 2012 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 266 | 2016 | Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|-----|---|-----------------------|----|-----------------|---------------------|---------------------------|-----|------|---|
| 113 | Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE) | Jupi | PE | 2009 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 267 | 2010 | Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE) - EM nº 267/2010 MC - 53000.026682/2010 |
| 114 | Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG) | Boa Esperança | MG | 2010 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 268 | 2010 | Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG) - EM nº 268/2010 MC - 53000.023965/2010 |
| 115 | Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA) | Humberto de Campos | MA | 2010 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 269 | 2010 | Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA) - EM nº 269/2010 MC - 53000.014142/2010 |
| 116 | Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT) | Pontal do Araguaia | MT | 2012 | Outorga | Rádio FM Comunitária | 270 | 2016 | Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT) - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012 |
| 117 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR) | Mariluz | PR | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 273 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR) - EM nº 273/2016 MC - 53000.007104/2013 |
| 118 | ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADÉCOL - Lucrécia (RN) | Lucrécia | RN | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 274 | 2016 | ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADÉCOL - Lucrécia (RN) - EM nº 274/2016 MC - 53000.006356/2013 |
| 119 | Associação Pró-Cidadania Avereense - Avaré (SP) | Avaré | SP | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 277 | 2016 | Associação Pró-Cidadania Avereense - Avaré (SP) - EM nº 277/2016 MC - 53000.019070/2014 |
| 120 | Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG) | Conselheiro Pena | MG | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 278 | 2016 | Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG) - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014 |
| 121 | Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão - Dianópolis (TO) | Dianópolis | TO | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 279 | 2016 | Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão - Dianópolis (TO) - EM nº 279/2016 MC - 53000.009299/2013 |
| 122 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP) | Nuporanga | SP | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 280 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP) - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013 |
| 123 | FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB) | Cabaceiras | PB | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 281 | 2016 | FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB) - EM nº 281/2016 MC - 53000.070616/2013 |
| 124 | ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB) | Pocinhos | PB | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 282 | 2016 | ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB) - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013 |
| 125 | ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB) | Cacimba de Dentro | PB | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 283 | 2016 | ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB) - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013 |
| 126 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE) | Triunfo | PE | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 284 | 2016 | ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE) - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013 |

| Nº | INTERESSADO | MUNICÍPIO | UF | ANO PROCESSO | TIPO DE PROCESSO | VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | EM | ANO | DADOS COMPLETOS DO PROCESSO |
|-----|---|-----------------------|----|--------------|----------------------|------------------------|-----|------|--|
| 127 | Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). | São Vicente | RN | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 265 | 2015 | Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN) - EM nº 285/2015 MC - 53000.015508/2013 |
| 128 | Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). | Porto Nacional | TO | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 286 | 2016 | Associação Porto Real - Porto Nacional (TO) - EM nº 736/2016 MC - 53000.007045/2013 |
| 129 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urutiga (RS). | São João da Urutiga | RS | 2012 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 287 | 2016 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urutiga (RS) - EM nº 287/2016 MC - 53000.001768/2011 |
| 130 | Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). | Quatro Pontes | PR | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 288 | 2016 | Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR) - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013 |
| 131 | Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). | Jarinu | SP | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 289 | 2016 | Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP) - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013 |
| 132 | REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). | Fortaleza | CE | 2013 | Transferência direta | Rádio e TV | 290 | 2016 | REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE) - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013 |
| 133 | Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR). | Ibiporã | PR | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 291 | 2016 | Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã - Ibiporã (PR) - EM nº 291/2016 MC - 53000.059285/2011 |
| 134 | Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). | São José do Rio Preto | SP | 2014 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 292 | 2016 | Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP) - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014 |
| 135 | Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). | Rio Novo do Sul | ES | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 293 | 2016 | Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES) - EM nº 293/2016 MC - 53000.024914/2013 |
| 136 | Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). | Bom Conselho | PE | 2011 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 294 | 2016 | Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE) - EM nº 294/2016 MC - 53000.069701/2011 |
| 137 | Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). | Sombrio | SC | 2013 | Renovação | Rádio FM Comunitária | 295 | 2016 | Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC) - EM nº 295/2016 MC - 53000.007438/2013 |
| 138 | Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). | Fortaleza | CE | 2015 | Renovação | Rádio e TV | 296 | 2016 | Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE) - EM nº 296/2016 MC - 53000.034053/2015 |
| 139 | TV Nova Conexão para a TV PB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). | Francisco Beltrão | PR | 2009 | Transferência direta | Rádio e TV | 297 | 2016 | TV Nova Conexão para a TV PB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR) - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009 |

118

53000.006656/2013-25

EM nº 00274/2016 MC

Brasília, 4 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006656/2013-25, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia / RN.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

| DOCUMENTOS | | SI M | NÃ O | Fls. / nº do doc. |
|------------|--|---------|---------|-------------------------|
| 1 | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. | | | |
| 1.1. | O requerimento é tempestivo? | | | |
| 2 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do | | | |

Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico



Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.006656/2013-25

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 10511/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1245037** e o código CRC **CF1F17B2**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006656/2013-25, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia / RN.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.006656/2013-25**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/03/2017, às 16:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734089** e o código CRC **2E94F534**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.006656/2013-25

SEI nº 1734089

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.006656/2013-25**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 16/03/2017, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734090** e o código CRC **47E1CBF4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.006656/2013-25

SEI nº 1734090

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.006656/2013-25**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 10511/2015 (Evento SEI 0513424) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (Evento SEI 0743155), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 16/03/2017, às 21:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734091** e o código CRC **BD981470**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006656/2013-25, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **18 de novembro de 2012**, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia / RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.006656/2013-25

SEI nº 1734091

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006656/2013-25, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia / RN.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 22:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742579** e o código CRC **F6B8950E**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1881642** e o código CRC **CF7FB7EF**.

Referência: Processo nº 53000.006656/2013-25

SEI nº 1881642

Brasília, 18 de Agosto de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006656/2013-25, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Lucrécia / RN.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 36709/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.



| Nº EM | Nº PROCESSO | ENTIDADE INTERESSADA |
|----------|----------------------|--|
| 573/2017 | 53000.065763/2013-95 | Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí |
| 575/2017 | 53000.069249/2013-29 | Comissão de Apoio à Criança e ao Adolescente |
| 576/2017 | 53000.014554/2013-83 | Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruiense |
| 577/2017 | 53000.002920/2012-71 | Associação de Difusão Comunitária de Bacabeira |
| 578/2017 | 53000.062335/2013-19 | Associação Cultural de Taquaritinga do Norte |
| 579/2017 | 53000.056213/2011-13 | Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro |
| 580/2017 | 53000.059764/2010-58 | Associação de Comunicação, Cultura e Desportos de Jaicós |
| 587/2017 | 53000.050951/2012-38 | Associação Beneficente de Ouricuri-ABO |
| 588/2017 | 53000.031922/2012-77 | Fundação Rosa Leal |
| 589/2017 | 53000.015825/2013-18 | Associação Comunitária Artística e Cultural Catanduvense |
| 590/2017 | 53000.059290/2011-25 | Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambei |
| 591/2017 | 53000.058080/2011-10 | Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil |
| 596/2017 | 53000.007104/2013-34 | Associação Comunitária de Apoio a Mariluz - ACAM |
| 598/2017 | 53000.071599/2013-55 | Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença |
| 599/2017 | 53900.015016/2015-24 | Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho |
| 603/2017 | 53000.040872/2012-19 | Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras |
| 609/2017 | 53000.020885/2010-18 | Associação Cultural e Educativa da Rádio Comunitária Interativa FM |
| 610/2017 | 53000.057301/2012-13 | Associação Comunitária Monte Sinai |
| 611/2017 | 53000.058083/2011-53 | Associação Assistencial Cultural Irmã Eliza |
| 612/2017 | 53000.015608/2013-28 | Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade |
| 634/2017 | 53000.020718/2012-21 | Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho |
| 636/2017 | 53000.026025/2011-61 | Associação Rádio Comunitária Barra Velha (radio Cidade) |
| 660/2017 | 53000.003653/2013-30 | Associação de Difusão Comunitária Rainha |
| 662/2017 | 53000.000317/2013-35 | Associação Comunitária Amapaense de Comunicação |
| 664/2017 | 53000.019020/2014-24 | Associação Pró-Cidadania Avareense |
| 675/2017 | 53000.045013/2013-05 | Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Arte de Onça do Pitangui |
| 676/2017 | 53000.007674/2014-13 | Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA |

| | | |
|----------|----------------------|---|
| 681/2017 | 53000 006656 2013 25 | Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL |
| 682/2017 | 53000 006880 2013 17 | Associação da Radio Comunitária Cidadania FM |
| 684/2017 | 53000 007034 2013 14 | Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo |
| 686/2017 | 53000 009899 2013 15 | Associação Comunitária Dianopolina de Radiodifusão |
| 689/2017 | 53000 016097 2012 81 | Associação de Radiodifusão Comunitária E Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) |
| 692/2017 | 53000 016939 2012 02 | Associação Comunitária de Comunicação Manairama |
| 693/2017 | 53000 019859 2008 14 | Associação de Apoio a Cultura de Carrasco Bonito |
| 702/2017 | 53000 055765 2011 12 | Associação Comunitária e Cultural Pantaneira |
| 704/2017 | 53000 057230 2011 78 | Associação de Amigos e Moradores de Brasnorte |
| 705/2017 | 53000 057355 2011 06 | Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho |
| 707/2017 | 53000 058099 2011 66 | Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis |
| 708/2017 | 53000 058119 2011 07 | Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí |
| 713/2017 | 53000 061976 2013 48 | Associação da Rádio Comunitária de Sertanópolis |
| 714/2017 | 53000 062401 2011 81 | Associação de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural, Artístico, Educativo e Econômico de Brejo dos Santos |
| 715/2017 | 53000 068251 2013 81 | Associação Cultural Comunitária Amigos de Severiano de Almeida |
| 716/2017 | 53000 070516 2013 19 | Fundação de Assistência Social de Cabaceiras |
| 717/2017 | 53900 020989 2014 02 | Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA - ALVA BLANCA |

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 05/09/2017, às 19:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2152349 e o código CRC AD92BB41.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 36709/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-41 - Nº SEI: 2152349

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.006656/2013-25
Referência: Ofício nº 36709/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 36709/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 26/09/2017, às 16:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2249466** e o código CRC **B8582BBA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.006656/2013-25

SEI nº 2249466

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.006656/2013-25.**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/07/2019, às 16:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4372833** e o código CRC **ABA470F5**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006656/2013-25, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL, inscrita no CNPJ nº 70.030.739/0001-21, explore pelo prazo de dez anos a partir de 18 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lucrécia, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10511/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 79, de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.006656/2013-25

SEI nº 4372833

| | | | |
|---|---|---|---------------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 70.030.739/0001-21 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 08/11/1993 |
| NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENV COMUNITARIO DE LUCRECIA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADECOL | | | PORTE DEMAIS |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.10-1-00 - Atividades de rádio 86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada | | | |
| LOGRADOURO R JULIETA DANTAS | NÚMERO 210 | COMPLEMENTO | |
| CEP 59.805-000 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO LUCRECIA | UF RN |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | | TELEFONE (84) 3396-0239 | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/07/2019** às **11:08:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Brasília, 3 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006656/2013-25, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário de Lucrécia - ADECOL, inscrita no CNPJ nº 70.030.739/0001-21, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 18 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Lucrécia, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10511/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3.

Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 79, de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.

4.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37220/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.006656/2013-25.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702413** e o código CRC **E626F386**.